

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER

Victor Hugo Nedel Oliveira
Daniel Giordani Vasques
(organizadores)



JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER

**Victor Hugo Nedel Oliveira
Daniel Giordani Vasques
(organizadores)**

2025

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER

Victor Hugo Nedel Oliveira
Daniel Giordani Vasques
(orgs.)

2025

Diagramação e revisão final: Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE – UFRGS – CNPq e Grupo de Estudos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer – GESOE – UFRGS – CNPq.

Imagem da capa: *Free-Photos*

A presente obra encontra-se sob os direitos da Creative Commons 4.0. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações – CC BY-NC-ND



O48juven

Oliveira, Victor Hugo Nedel (org.)
Vasques, Daniel Giordani (org.)

Juventudes, Territórios e Lazer / Victor Hugo Nedel Oliveira e Daniel Giordani Vasques (orgs.). – Porto Alegre, RS: GEPJUVE/GESOE, 2025.

206 f.

ISBN – 978-65-01-28744-7

1. Juventudes. 2. Territórios. 3. Lazer. 4. Skate. 5. Gepjuve/Gesoe
I. Oliveira, Victor Hugo Nedel. II. Daniel Giordani Vasques
III. Juventudes, Territórios e Lazer.

UFRGS

CDU: 911.3

CDD: 900

**Essa obra foi desenvolvida com apoio financeiro da
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande
do Sul (FAPERGS), por meio do Edital ARC 14/2022.**

**Essa é uma obra de distribuição gratuita.
Não é permitida sua venda ou comercialização.**

**O padrão ortográfico e sistema de citações e referências
bibliográficas são prerrogativas de cada autor.
Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de
inteira e exclusiva responsabilidade de sua respectiva
autoria.**

EXPEDIENTE – GEPJUVE

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM JUVENTUDES E EDUCAÇÃO

– Pesquisadores associados e Conselho Editorial –

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS) – Líder
Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales (UFC)
Profa. Dra. Cêrise Alvarenga (USP)
Prof. Dr. Daniel Girdani Vasques (UFRGS)
Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta (UFRGS)
Profa. Dra. Miriam Pires Corrêa de Lacerda (Unilasalle)
Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
Profa. Dra. Tatiana Prevedello (CMPR)

– Vinculação Institucional –

Departamento de Geografia/UFRGS
Instituto de Geociências/UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS
Pró-Reitora de Pesquisa/UFRGS
Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação/UFRGS

Acesso DGP/CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/744135>

EXPEDIENTE – GESOE

GRUPO DE ESTUDOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

– Pesquisadores associados e Conselho Editorial –

Prof. Dr. Daniel Giordani Vasques (UFRGS) – Líder
Prof. Dra. Cibele Kern Biehl (UFRGS)
Prof. Dr. Cristiano Mezzaroba (UFS)
Prof. Dr. Cristiano Neves da Rosa (Prefeitura Municipal de Alvorada)
Prof. Dr. Ekain Zubizarreta Zuzuarregi (Universidad del País Vasco)
Prof. Dr. Flávio Py Mariante Neto (ULBRA)
Prof. Dr. José Arlen Beltrão de Matos (UFRB)
Prof. Dra. Maitê Venuto de Freitas (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)
Prof. Dr. Mauro Myskiw (UFRGS)
Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

– Vinculação institucional –

Departamento de Educação Física, Fisioterapia e Dança/UFRGS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança/UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano/UFRGS
Pró-Reitoria de Pesquisa/UFRGS
Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação/UFRGS

Acesso DGP: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/776034>

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Miriam Pires Corrêa de Lacerda.....11

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER – APRESENTAÇÃO

Victor Hugo Nedel Oliveira

Daniel Giordani Vasques.....15

LAZER DE PERTO E DE DENTRO: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

José Guilherme Cantor Magnani.....25

JUVENTUDES E LAZERES: PRODUZINDO OPERAÇÕES CRÍTICAS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS

Raquel da Silveira

Andressa Vieira Allet

Janaína Fontes de Oliveira.....47

PARA ALÉM DO ESPORTE: UMA HISTÓRIA DO SKATE NO BRASIL

Leonardo Brandão.....65

JUVENTUDES NA CIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA COM O MOVIMENTO HIP-HOP EM JUIZ DE FORA

Clarice Cassab.....97

SKATE NA RUA: A CIDADINIDADE EM QUESTÃO

Giancarlo Marques Carraro Machado.....119

O LAZER COMO DIMENSÃO DAS VIVÊNCIAS JUVENIS Melissa de Mattos Pimenta.....	151
JUVENTUDES, SKATEBOARDING Y PRÁCTICAS CORPORALES URBANAS EN EL GRAN LA PLATA, ARGENTINA Jorge Ricardo Saraví.....	169
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	195
SOBRE AS/OS AUTORAS/ES.....	197
SOBRE O CURSO DE EXTENSÃO.....	203

PREFÁCIO

O chamamento dos Professores Victor Nedel e Daniel Vasques, organizadores do Curso de Extensão “Juventudes, Territórios e Lazer” e desta obra, para que os seus Convidados tomassem em questão conceitos caros à Sociologia das Juventudes, tanto por ocasião das suas aulas quanto através dos artigos que compõem este livro, resultou em uma importante contribuição teórica a todos que se dedicam ao fortalecimento deste campo de estudos.

Os textos que tive o privilégio de ler, desafiam a pensar o quanto, a diversidade das experiências e de oportunidades, as práticas sociais e de lazer nos contextos citadinos pelos quais transitam os jovens, favorecem a construção de vínculos em distintos territórios. Não se pode esquecer que diferentes marcadores socioculturais se, por uma parte, podem engendrar variadas formas de exclusão, por outro, podem mediante a ação juvenil através da música, do esporte, da arte, do lazer entre tantas manifestações criativas, gerar resistência, transformação e reinvenção no cenário urbano.

Os jovens não constituem um todo homogêneo, nem uma categoria universal, não importa o quanto eles compartilhem a experiência em um mundo globalizado, que ao expandir-se, oferece ao mesmo tempo em que reduz, para alguns deles, as possibilidades de acesso a variados

recursos. Portanto, não é fácil demarcar com precisão o que são as juventudes, especialmente, porque as singularidades que as configuram em distintos espaços, articulam contingências que lhes são próprias. No entanto, é possível pensar na existência de zonas estratégicas nas quais tensões sociais envolvendo esse coletivo, se mostram com maior nitidez e, uma delas, bem pode ser, as diferentes maneiras de que se valem os jovens, para fruir e ocupar os espaços da cidade.

Juventudes, lazer, território, sociabilidade quando articulados, nos permitem refletir acerca das distintas formas pelas quais, se autoriza ou não às juventudes, desfrutarem potenciais territórios de lazer. Território aqui tomado como “o lugar das tensões, dos conflitos, das imprevisibilidades latentes, do direito à cidade, ao uso não condicionado do espaço público” (Guatelli, 2014, p.19), como categoria política, enfim. Nesta ótica, a socialidade se faz presença nas formas pelas quais os jovens produzem relações sociais - por vezes, ditas transgressoras ao olhar que tudo quer controlar e vigiar - destacando o pertencimento, como qualidade primeira das práticas de lazer juvenis.

José Machado Pais, na década de 90, nos alertava para a necessária atenção dos pesquisadores das juventudes à temática do lazer. Na oportunidade escrevia: “quem não quiser falar de lazer deve calar-se sobre juventude(s)” isso porque “é no domínio do lazer que as culturas juvenis adquirem uma maior visibilidade e expressão” (Pais, 1990).

Efetivamente, o lazer configura-se como meio de expressão, liberdade e fuga, sendo ainda, um momento privilegiado para a criação de laços sociais que possibilitam, aos jovens, vivenciarem espaços de realização pessoal e coletiva.

Os artigos que compõem o livro “Juventudes, Territórios e Lazer” ao discutir os conceitos acima referidos harmonizam originalidade e competência constituindo uma valiosa contribuição para os estudiosos das juventudes.

Acompanhar jovens em suas incursões por distintos territórios exigiu apropriar-se de seus códigos e suas artimanhas. E foi com rigor que os autores dos distintos artigos ingressaram neste universo, dispostos a capturar a riqueza e a fugacidade do que acontece nestas vivências e experiências, seja através da discussão das práticas de lazer e educação em contextos urbanos; da articulada discussão da tríade juventude, território e lazer; da trajetória percorrida por uma prática inicialmente pensada como à margem até sua consolidação como esporte e fenômeno cultural; da articulação do Espaço Hip Hop em prol do direito de desfrutar os espaços urbanos; da ocupação dos skatistas paulistas para fruição da cidade; da necessária reflexão sobre a relevância do lazer para a constituição de si em uma sociedade que tem pressa e é hiperconectada, o que me levou a pensar acerca do que faremos com o que fizeram conosco?; ou ainda, dos significados e sentidos atribuídos a prática do skate tanto para seus adeptos quanto para a cidade que os acolhe.

Entendo que ao nos deixar atravessar pelas ricas experiências de conhecimento que os autores conosco compartilham, surgem novas perspectivas para estudos e pesquisas sobre as juventudes contemporâneas, na exata medida em que se abrem caminhos à invenção, que nos levarão, certamente, a pensar às bordas do já pensado. Obrigado a todos que nos presentearam com este livro.

Desejo que todos desfrutem desta ótima leitura.

Porto Alegre, janeiro de 2025.

Profa. Dra. Miriam Pires Corrêa de Lacerda
Professora Convidada – Unilasalle
Pesquisadora do campo das Juventudes

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER – APRESENTAÇÃO

Victor Hugo Nedel Oliveira

Daniel Giordani Vasques

O campo de pesquisa das juventudes trata das múltiplas facetas desse momento da vida repleto de transformações e experiências significativas que moldam a identidade dos indivíduos e suas interações sociais. Compreender e escutar as juventudes implica em reconhecer a pluralidade de contextos sociais e culturais que influenciam as vivências, práticas e formas de expressão das e dos jovens. Este livro é resultado do curso de extensão "Juventudes, Territórios e Lazer", organizado pelos Grupos de Pesquisa GEPJUVE/UFRGS e GESOE/UFRGS, que buscou explorar a complexidade das experiências juvenis, enfatizando a importância de investigar suas vozes, desafios e conquistas.

Composto por uma seleção diversificada de capítulos, este livro apresenta uma análise rica das vivências juvenis em vários âmbitos, refletindo o que foi discutido ao longo do curso realizado no primeiro semestre de 2024. Cada contribuição revela aspectos únicos da experiência jovem, abordando temas que vão desde a cultura do skate até as interações sociais em espaços públicos. Os capítulos são

organizados de forma a proporcionar uma visão integrada das práticas, desafios e significados que os jovens atribuem às suas experiências, permitindo uma reflexão mais ampla sobre o papel das juventudes na sociedade contemporânea.

Em *Lazer de Perto e de Dentro: Uma Abordagem Antropológica*, José Guilherme Cantor Magnani explora a contribuição da Antropologia Urbana para a compreensão de práticas de lazer e educação em contextos urbanos, revisitando temas que já desenvolveu em obras anteriores e adaptando-os ao formato da aula inaugural no curso de extensão “Juventudes, Territórios e Lazer”. O autor destaca a importância da interdisciplinaridade e apresenta categorias analíticas, sugerindo que essas ferramentas são úteis não apenas para antropólogos, mas também para pesquisadores de outras áreas que, igualmente, trabalham com a temática das juventudes. Magnani reflete sobre o método etnográfico, caracterizado pelo “olhar de perto e de dentro,” que permite capturar detalhes e dinâmicas sutis em espaços urbanos, embora com o desafio de evitar a “tentação da aldeia”, ou seja, o isolamento em recortes muito específicos. A proposta é complementar essa perspectiva com um “olhar de longe e de fora” para conectar pequenas análises ao contexto maior da cidade. Magnani conclui que o método etnográfico, ao valorizar esses detalhes aparentemente triviais, oferece contribuições significativas para diversas áreas e amplia a compreensão sobre como práticas de lazer refletem e ressignificam a vida urbana.

Em *Juventudes e Lazer: Produzindo Operações Críticas em Diferentes Territórios*, Raquel da Silveira, Andressa Vieira Allet e Janaína Fontes de Oliveira apresentam uma reflexão construída a partir da abordagem dos aspectos da tríade juventude, território e lazer. O texto organiza-se em três momentos: primeiro, apresenta cenas empíricas das pesquisas realizadas; em seguida, dialoga com a Sociologia Pragmática, a partir da qual se afastam das “teorias tradicionais” sobre o lazer; e, por fim, propõe apontamentos sobre o que o lazer pode ser ao se observar diferentes juventudes e territórios. As autoras revisitam teorias clássicas, como a funcionalista de Joffre Dumazedier, que atribui ao lazer funções sociais de descanso, desenvolvimento e diversão; a teoria crítica de base marxista, que considera o lazer tanto alienante quanto emancipatório; e a perspectiva configuracional de Norbert Elias, que enfatiza a liberação emocional no tempo livre. No entanto, o texto propõe investigar o lazer a partir das experiências individuais e em simetria com a compreensão das pesquisadoras, revelando-o como um espaço crítico de produção e transformação para crianças e adolescentes em territórios generificados e institucionalizados, onde justificativas sobre modos de vida são constantemente elaboradas e ressignificadas.

Em *Para Além do Esporte: Apontamentos sobre a História do Skate no Brasil*, Leonardo Brandão analisa como o skate, inicialmente uma prática marginal e contracultural, passou por transformações que o levaram a se consolidar como

esporte e fenômeno cultural, especialmente após a popularização impulsionada pelo “efeito Rayssa” nas Olimpíadas de Tóquio em 2021. Brandão observa o crescimento das escolas de skate e a adaptação de professores de Educação Física para atender à nova demanda por essa prática, destacando a frase emblemática de Rayssa Leal, “o skate é para todo mundo,” que reflete uma mudança nas dinâmicas de gênero e inclusão no esporte. O autor também aponta que o aumento da popularidade do skate é acompanhado por uma expansão na pesquisa acadêmica sobre o tema, com ênfase nas Ciências Sociais e Educação Física, como evidenciado em seu próprio percurso acadêmico. O autor relembra que, embora o skate tenha conquistado um espaço esportivo e midiático significativo, sua trajetória anárquica e criativa ainda encontra resistência em grupos urbanos, como o coletivo Flanantes, que ressignificam a prática como forma de expressão cultural e contestação política. Ao final, ao citar o veterano Cesinha Chaves, o texto reforça que, apesar dos esforços para enquadrar o skate como um esporte, ele continua a representar algo maior e mais fluido, uma resistência às regulamentações e uma busca pela liberdade que transcende as definições tradicionais de esporte.

Em *Juventudes na Cidade: Uma Experiência de Pesquisa com o Movimento Hip Hop em Juiz de Fora*, Clarice Cassab investiga como jovens organizados no coletivo "Espaço Hip Hop" transformam o vão de um viaduto central da cidade em

um lugar de encontro, pertencimento e visibilidade. A autora destaca que essa ocupação subverte a lógica urbana dominante, trazendo à cena a fruição e o direito de permanência no espaço público. Cassab argumenta que a juventude é uma categoria socialmente construída, marcada por experiências públicas que permitem aos jovens criar vínculos sociais e territoriais. Na pesquisa, são observadas três dimensões principais: o encontro como forma de pertencimento racial e cultural; a ocupação do centro como subversão da dinâmica econômica fragmentadora da cidade; e a produção de um espaço que, antes “morto,” se torna vivo e reivindicado como parte das culturas periféricas. Através de eventos que integram dança, música e grafite, o coletivo denuncia o racismo urbano, reivindicando a presença de corpos negros e periféricos no centro da cidade. Para Cassab, essas práticas socioespaciais são formas de resposta a um convite maior para ocupar a cidade, reafirmando a juventude como uma experiência social e espacial múltipla e plural.

Em *Skate na rua: a cidadinidade em questão*, Giancarlo Marques Carraro Machado explora como a prática do skate de rua em São Paulo desafia as normas urbanas ao transformar equipamentos comuns, como bancos e escadas, em “picos” para manobras, revelando uma apropriação criativa e fluida do espaço público. Machado demonstra que essa forma de circulação contrasta com a lógica de controle e mercantilização da cidade, colocando em evidência desigualdades sociais e reconfigurando o espaço urbano

como campo de disputas simbólicas. Embora a prática seja marginalizada por gerar conflitos e ser vista como intrusiva, o autor destaca que ela também repolitiza o cotidiano ao subverter normas de acessibilidade e vigilância, forçando uma convivência não planejada entre diferentes grupos sociais. Governanças urbanas tentam conter essa circulação por meio da esportivização e da construção de pistas, mas os skatistas resistem ao confinamento, quando exploram, por exemplo, as centralidades da cidade e apropriando-se de forma espontânea do espaço urbano. Machado argumenta que, em muitos casos, a presença dos skatistas é paradoxalmente combatida em áreas nobres e incentivada em zonas degradadas para afastar grupos considerados mais indesejáveis, como usuários de drogas ou pessoas em situação de rua. Por meio de suas manobras e trajetos, os skatistas reafirmam sua agência e visibilidade, resistindo a tentativas de domesticação e ressignificando a cidade como um lugar vivido e em constante transformação.

Em *O Lazer Como Dimensão das Vivências Juvenis*, Melissa de Mattos Pimenta analisa a importância do lazer nas experiências dos jovens, ressaltando como a sociedade contemporânea organiza o tempo e suas atividades em torno de diferentes marcadores temporais. Pimenta discute a noção de temporalidade, referindo-se como o tempo é percebido e estruturado nas vivências sociais, e argumenta que, em uma sociedade capitalista, a maior parte do tempo é destinada ao trabalho produtivo, enquanto o tempo livre, ou lazer, é

frequentemente considerado secundário. A autora destaca a influência das tecnologias, como o relógio, na gestão do tempo, que introduzem um regime temporal mecânico, separando o tempo em horas e minutos e distorcendo a relação com os ciclos naturais. Em um contexto de hiperprodutividade e hiperconexão, Pimenta enfatiza a necessidade de reavaliar a organização do tempo e suas consequências para a saúde e as relações sociais. Ela argumenta que a excessiva valorização do tempo produtivo prejudica a convivência familiar e social, enquanto o lazer emerge como uma dimensão vital para os jovens, possibilitando a construção de vínculos sociais e o atendimento a necessidades pessoais. Ao refletir sobre os impactos negativos da falta de tempo livre e acesso ao lazer, Pimenta defende que o lazer deve ser reconhecido como um direito fundamental, essencial para a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos.

Em *Juventudes, Skateboarding y Espacios en el Gran La Plata*, Jorge Ricardo Saraví analisa a prática do skate nas localidades de Ensenada, Berisso e La Plata, na província de Buenos Aires, Argentina, destacando como essa atividade é predominantemente realizada por jovens, mas também por crianças e adultos. O autor investiga as características, significados e sentidos do skate para os praticantes e para a sociedade em geral, utilizando uma abordagem interdisciplinar que abrange a antropologia, a sociologia, as ciências da educação e a educação física. A pesquisa enfatiza

a relação dos praticantes com diferentes espaços, como praças e skateparks, e investiga como essas interações influenciam a experiência do skate. Saraví aponta que o surgimento do skate como prática recreativa tem sido vinculado ao esporte por meio da organização de competições, especialmente após a inclusão da modalidade nos Jogos Olímpicos. Além disso, o estudo revela como os praticantes de skate se engajam em ações políticas e sociais, refletindo suas reivindicações e a diversidade de modos de prática. O autor observa que a prática street do skate, realizada em espaços não padronizados, proporciona uma experiência mais lúdica e imprevisível, desafiando os skaters a se adaptarem às condições de cada local. Ele conclui que a coexistência de modalidades de skate, tanto nas ruas quanto em pistas, deve ser considerada no ensino e treinamento da prática, evidenciando a importância da interação com o ambiente e a necessidade de uma abordagem sistêmica nas práticas corporais.

A pesquisa com juventudes é fundamental para compreendermos as dinâmicas sociais que permeiam a vida dos jovens, suas interações e as maneiras como se expressam em diferentes contextos. Os capítulos apresentados neste livro evidenciam a diversidade das experiências juvenis e apontam para a necessidade de um olhar atento e crítico sobre os desafios que esses indivíduos enfrentam. Cabe ressaltar que esta obra faz parte do projeto de pesquisa "Territórios do Skate da Orla do Guaíba: Um Estudo sobre o

Lazer das Juventudes", financiado pela FAPERGS. Esperamos que as reflexões aqui apresentadas sirvam como ponto de partida para novas investigações e diálogos, estimulando a busca por práticas que promovam a inclusão e a valorização das vozes jovens em nossa sociedade.

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste livro. Agradecemos aos autores pela dedicação e pelo comprometimento em compartilhar suas pesquisas e reflexões sobre a juventude. Agradecemos também aos membros dos Grupos de Pesquisa GEPJUVE e GESOE. Por fim, um agradecimento especial aos leitores, cuja curiosidade e interesse são fundamentais para a continuidade dos debates com as juventudes e suas experiências.

Porto Alegre, verão de 2025.

LAZER DE PERTO E DE DENTRO: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

José Guilherme Cantor Magnani

Introdução

Muitos dos temas que serão abordados neste capítulo já foram por mim desenvolvidos em artigos, livros, conferências; aqui será feita uma retomada de alguns deles seguindo mais a dinâmica de palestra – na verdade foi a aula inaugural do curso de extensão “Juventudes, Territórios e Lazer”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação e Grupo de Estudos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer da UFRGS. O próprio título é de uma coletânea já publicada (Magnani & Spaggiari, 2018), mas que se encaixa bem na proposta do referido curso.

A primeira observação é sobre a relevância da interdisciplinaridade: neste caso, a contribuição da Antropologia – e em especial, da Antropologia Urbana – para pesquisas nas áreas de Educação e mais especificamente, Educação Física, Lazer. Para tanto, começarei com uma apresentação em linhas gerais dos pontos em contato dessas áreas, em seguida um rápido histórico da formação da Antropologia no Brasil em duas instituições – ELSP e USP.

Na sequência, a formação das categorias de análise que vêm sendo desenvolvidas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, (LabNAU/USP) que coordeno juntamente com a professora Silvana Nascimento e que podem ser utilizadas não só pelos antropólogos, mas por pesquisadores de outras áreas. Para finalizar, vou elencar algumas pesquisas feitas ou orientadas por mim no Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, levando em conta, justamente, a sugestão do título deste capítulo.

Costumo começar fazendo alusão a uma ocorrência quando me dirijo a um público não familiarizado com a terminologia antropológica (não é o caso dos participantes deste curso...): um clima de surpresa e a exclamação, ao escutar o termo *Antropologia* – “Vai falar de índio!” Compreensível, pois esta disciplina é mais conhecida por seus estudos das chamadas sociedades de pequena escala – populações indígenas, habitantes de áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas, desde sua consolidação na área acadêmica: surge a partir do que classifiquei como o encontro com o “outro”¹. Como afirma Edmund Leach,

“Defendo que os conhecimentos dos antropólogos sociais têm uma qualidade especial devido à área onde exercitam sua imaginação artística. Essa área é o espaço vivo de alguma pequena comunidade de pessoas que vivem juntas em circunstâncias

¹ Ver o livro *Etnografias Urbanas: quando o campo é a cidade*, Magnani et al, 2023.

em que a maior parte das suas comunicações diárias dependem diretamente da interação. Isso não abrange toda a vida social humana, muito menos toda a história humana, mas todos os seres humanos ganham grande parte de suas vidas em contexto dessa espécie.” 1989, pg. 50-5-

Sem dúvida, esta asserção tem de ser levada em conta quando o objeto da análise é ou faz parte das chamadas “sociedades complexas”... Outra questão, quando se fala em Antropologia Urbana, é identificar ou reconhecer sua especificidade em comparação com o que estou denominando aqui de Antropologia Clássica: seria um ramo tardio com relação a esta última? Mais uma citação, de um autor da Escola Sociologia de Chicago, Robert Ezra Park, em 1925, ajuda a repensar essa dúvida:

“Nos dias de hoje, a antropologia e a ciência do homem têm se preocupado principalmente com estudos dos povos primitivos. Mas o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante. Ao mesmo tempo, sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são os mesmos nos dois casos. Os mesmos pacientes-métodos de observação, despendidos por antropólogos como Boas e Lowy, no estudo de vida e maneiras do índio norte-americano, deveriam ser empregados com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais de vida que prevalecem em

Little Italy, no baixo North Side de Chicago, ou no registro dos falkways, mais sofisticado dos habitantes do Greenwich Village, nas vizinhanças de Washington Square e Nova York.” Park,[1925] in Velho, 1999, pg. 26-67.

Datada de 1925, não está muito distante da obra clássica de Bronislaw Malinowski – o antropólogo polonês radicado na Inglaterra, que cruzou o oceano para estudar os nativos das ilhas Trobriand na Melanésia – *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicada em 1922: como se pode perceber, há uma coetaneidade entre esses estudos. Termino esta série de citações com uma de Evans Pritchard em sua obra *Os Nuer*, povo africano, que introduz uma última observação sobre a aplicação da Antropologia aos estudos urbanos.

“Da porta da minha barraca eu podia ver o que acontecia no acampamento ou na aldeia e todo o tempo era gasto nas companhias dos Nuer”. [1940] 1978: 20

Esta citação, além da anterior, de Edmundo Leach, traz mais um elemento para a presente discussão: o antropólogo urbano, da janela de sua quitinete, no meio da metrópole paulistana ou gaúcha, muitas vezes o máximo que consegue ver é a empena cega do edifício em frente ou, da porta de sua casa, no bairro, um muro todo pichado... Diferentemente de Evans- Pritchard, não tem diante de si o cotidiano da

sociedade urbana. Afinal, São Paulo tem 12 milhões de habitantes e Porto Alegre, um milhão e trezentos mil, para citar apenas duas metrópoles.

Claro, é possível – e assim ocorre muitas vezes – dedicar-se a um determinado recorte: uma festa nas redondezas, um coletivo juvenil que se reúne nesta ou naquela esquina, uma manifestação religiosa, uma forma de lazer, uma prática esportiva em determinada academia. Tal prática, com esse enfoque micro, se assemelha ao estilo do etnógrafo clássico, que convive com seus interlocutores no contexto da aldeia, do acampamento. O problema é que, no caso dos contextos urbanos contemporâneos, pode apresentar um desvio, que denominei de “a tentação da aldeia”: ficar preso nos limites desses grupos, virar especialista no tema.

Mas é possível transformar essa tentação em hipótese: não seria justamente essa a contribuição do enfoque etnográfico, diferentemente de outras disciplinas das ciências humanas que trabalham com unidades mais amplas? A hipótese, que vou denominar de um olhar “de perto e de dentro”, de escala micro, oferece para o antropólogo urbano uma perspectiva diferente, por exemplo, do sociólogo que trabalha com o conceito de classe social, do urbanista ou administrador público às voltas com o plano diretor da cidade, do demógrafo e os censos etc.

Para escapar dessa tentação e transformá-la em ferramenta de análise, é preciso complementar a visão “de

perto e de dentro” com seu oposto: “de longe e de fora”. ou seja, ter a visão de conjunto como horizonte. Assim, uma pesquisa focada em determinada academia de *fitness* precisa situá-la no *circuito* (categoria que será discutida mais adiante) dos demais espaços que oferecem esse serviço. A pesquisa etnográfica, nesses moldes, não seria definida como antropologia *da* cidade, mas *na* cidade e, à medida que se multiplicam e se interconectam os recortes, pode ter como meta um horizonte mais amplo. Desta forma, o olhar “de perto e de dentro”, que recupera a imersão do antropólogo em seu objeto de estudo, não fica limitado aos seus limites pois incorpora a dimensão “de longe e de fora”.

Antropologia Urbana

Duas instituições se destacam nos inícios da Antropologia Urbana em São Paulo: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e a então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FLCL), mais tarde Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, ambas na década de 1930. A primeira delas, iniciativa do economista e empresário Robert Simonsen, tinha como propósito a formação de quadros intelectuais diante de uma nova conjuntura que se avizinhava no estado, a passagem de uma economia basicamente agrária para uma sociedade urbano industrial. Para tanto, foi buscar justamente na Escola Sociológica de Chicago a inspiração – e professores – para a os programas dos cursos.

Cabe lembrar que Chicago, a partir dos anos 1920, começou a receber uma imensa leva de imigrantes europeus – vinham “fazer a América” – mas não conheciam a língua do país, ignoravam a cultura local, não sabiam que tipo de trabalho iriam encontrar nem onde morar. Imaginem-se os problemas de adaptação em uma cidade que ainda não tinha estrutura para os receber – problemas esses que foram classificados como “patologia social” pelos pesquisadores da referida escola – entre os quais o já citado Robert Ezra Park.

Mas foi principalmente o conceito “estudos de comunidade” que os integrantes da ELSP incorporaram em suas pesquisas e leituras e que orientou seus trabalhos pois, diferentemente do principal enfoque da Escola de Chicago, na ELSP o interesse esteve voltado para cidades do interior de São Paulo e seus processos de mudança social e econômica: veja-se, por exemplo, o significativo trabalho de Antônio Candido *Os Parceiros do Rio Bonito - estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*; a cidade em questão é Bofete; e outras mais: Cunha, Guaratinguetá, Itapetininga.... Mas não só em São Paulo: Charles Wagley, publicou *Uma comunidade amazônica*, sobre a cidade de Itá. A lista dos pesquisadores ligados à ELSP é notável, contém nomes como os de Florestan Fernandes, Gioconda Mussolini, Sergio Buarque de Holanda, Carmen Junqueira, Darcy Ribeiro, Juarez Brandão Lopez, Oracy Nogueira, Josildeth Gomes Consorte, entre tantos outros.

A outra instituição, inicialmente denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) da USP, por sua vez, recebeu outro tipo de influência: a “missão francesa”, constituída por Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide, Pierre Monbeig entre outros, influência que deixou sua marca na sociologia, com base em obras principalmente de autores europeus como Max Weber, George Simmel, Karl Mannheim. E a divergência logo se fez notar: em vez de “estudos de comunidade”, o mote agora eram variáveis macrossociológicas como as classes sociais: de certa forma, antropólogos versus sociólogos.

Não cabe aqui entrar nas minúcias dessa polêmica, que está mais desenvolvida no meu livro *Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana* (2012). Para a continuidade desta apresentação, que tem a ver com jovens, território e lazer, passo para outro tópico, a abertura do campo de estudos urbanos no Departamento de Antropologia da FFLCH/USP que, como era de praxe, tinha seu interesse voltado principalmente para etnologia indígena. Além disso – levando em conta a questão do protagonismo feminino na academia, tema hoje em destaque – foi iniciativa de duas mulheres, Eunice Durham e Ruth Cardoso, esta última minha orientadora de doutorado.

Nem “estudos de comunidade”, nem categorias sociológicas como classe, estamento, etc; na conjuntura dos anos 60 a cidade começa a ser tema de pesquisa numa outra visada, pois é a periferia urbana dos grandes centros – no

caso, São Paulo – que desperta o interesse como lugar de moradia dos migrantes oriundos tanto das zonas rurais como estrangeiros em busca de trabalho. Se para algumas análises essas áreas eram consideradas “bairros dormitórios”, os antropólogos começam a ver ali um novo modo de vida – com tradições culturais, formas de lazer, manifestações religiosas, relações de vizinhança. O entendimento era que ali também se fazia política – claro, diferente da tradicional militância no “chão de fábrica”, nos partidos de esquerda, sindicatos, agora reprimidos pelo golpe militar de 1964, com a conhecida perseguição aos setores progressistas.

Uma das contribuições que a orientação de Ruth e Eunice fez aflorar, nessa leitura etnográfica do modo de vida na periferia, foi um olhar sobre a presença e agência das mulheres, até então invisibilizada pois, enquanto seus maridos faziam a “grande política” nos sindicatos, nos partidos políticos, etc. elas ficavam restritas ao espaço de moradia, da vizinhança; mas não inativas, como então as novas pesquisas começam a revelar: movimentavam-se com abaixo assinados por maior segurança no bairros, petições por creches, iluminação pública, etc. Assim, essa atuação foi lida também da chave da política, como algumas das teses e dissertações por elas orientadas mostraram.

Bom, esse é o quadro geral da formação de uma antropologia urbana – e não só no contexto paulistano, pois vários orientando(a)s tinham como objeto de investigação a realidade de outras regiões do país. No meu caso, o tema da

tese escapava um pouco dessa linha – aliás, parecia de pouca importância, pois fui estudar circo-teatro, aparentemente nada a ver com política, movimentos sociais urbanos... De toda maneira, fazia parte do modo de vida dos moradores como forma de lazer e aqui já entra esse tema, um dos eixos do curso de extensão.

A reviravolta

Não vou detalhar todo o processo da pesquisa que redundou em minha tese de doutorado posteriormente publicada com o título *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. Quero apenas ressaltar uma das reviravoltas que ocorre na etnografia – e que certamente podem acontecer nos trabalhos em outras áreas que se aventuram com esse método – e a forma de encarar a situação. Como já desenvolvi em outra ocasião – no artigo “Etnografia como prática e experiência” (Horizontes Antropológicos (vol. 15, n. 32, 2009, pg. 129/156) a pesquisa etnográfica, contrariamente ao senso comum, não se resume a idas ao campo com a atitude “tabula rasa”, exige uma cuidadosa preparação – é a “etnografia como prática”: leitura de trabalhos já feitos sobre o tema, feitura de um projeto bem articulado, conhecimento da bibliografia teórica, etc. A “etnografia como experiência”, por outro lado, é o que a antropóloga Jeanne Favret-Saad denomina com a expressão “ser afetado”, ou seja, estar aberto aos imprevistos que podem até mudar o rumo da pesquisa.

Foi o que sucedeu. O quadro geral da pesquisa era cultura popular e uma das perguntas envolvidas era a dicotomia então em voga. “ideologia versus cultura”, que levantou a questão de se os dramas e comédias circenses eram “conservadores” ou “progressistas”: a resposta que obtive quando fui com essa questão ao campo foi – não nesses termos obviamente – “Professor, pouco importa se as peças do circo são conservadores ou progressistas, o que vale mesmo é que é um bom momento pra turma do *pedaço* se divertir...”.

De uma só feita, duas pistas dadas pelos interlocutores – o divertimento, entretenimento e, portanto, *lazer* e a noção de *pedaço*, que mudaram os rumos da pesquisa e continuam rendendo até hoje... A partir de então, um novo campo se abriu, tanto na área propriamente da cultura popular de cunho religioso – romarias a Aparecida do Norte, as festas de São Gonçalo, a Folia de Reis e as propriamente de entretenimento como as excursões ao litoral o Praia Grande, torneios de futebol varzeano, violeiros caipiras, encontros de hip-hop etc. Contrariamente a uma ideia corrente que opõe lazer a trabalho, essas práticas foram lidas na chave do modo de vida dos moradores, constitutivas de seu cotidiano. Portanto, não como algo sem importância, menor, oposta ao trabalho, como aparece em algumas versões: trabalho de um lado, obrigação e o que sobra, o “tempo, livre”, usado como reposição das forças para continuar trabalhando.

A propósito, vale a pena lembrar uma cena relativa a essa dicotomia, trabalho/ lazer: Uma vez eu tinha sido convidado para dar uma conferência em uma cidade do interior de São Paulo e para prepará-la aproveitei a rede na varanda da casa em que estava hospedado. Ali, revisei a bibliografia, retomei o roteiro e nisso passa um senhor que trabalhava lá, olhou e observou: – “Descansando, heim, professor?” Respondi – “Não, trabalhando!” Terminada a preparação do texto, levantei-me da rede, dei uma andada e, num canteiro ao lado, uma enxada: comecei a capinar quando o senhor passou de volta: -- “Trabalhando, heim, professor?” Resposta: – “Não, descansando...”.

Voltando ao primeiro dos itens do título, do curso, “Juventudes, territórios e lazer, começo com uma referência à coletânea que organizei já algum tempo com Bruna Mantese (e prefácio de Hermano Vianna) – *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. Meio antiquinho, de 2007, mas muitos dos temas abordados seguem ativos: os Straight Hedges e suas relações com a cidade; O forró universitário em São Paulo; Góticos da internet; A mancha de lazer na Vila Olímpia; Japas e manos, streiteiros e b.boys na estação Conceição do metrô; A balada do Senhor; Jovens instrumentistas: o improvisado de todo dia e toda noite; Baladas black e rodas de samba na terra da garoa; Pixando a cidade: apropriações ‘impróprias’ do espaço urbano.

As categorias

Mas o que permanece mesmo desse livro, tal como desenvolvo na Introdução, é o uso das categorias *circuito*, *pedaço*, *mancha*, *pórtico* e *trajeto*. Rapidamente, a caracterização de cada uma: *pedaço* designa aquele domínio intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa significativa e estável que as relações formais ou individualizadas que se estabelecem no espaço público. *Manchas* são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Se a qualquer momento os membros de um *pedaço* podem escolher outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro, a *mancha*, ao contrário, resultado da relação que diversos estabelecimentos e equipamentos guardam entre si, está mais ancorada na paisagem do que nos eventuais frequentadores. Assim, é mais aberta, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários e não lhes oferece pertencimento exclusivo e sim possibilidades de encontro. Em vez da certeza, a *mancha* acena com o imprevisto, pois não se sabe ao certo o que ou quem vai se encontrar, ainda que se saiba qual o padrão de gosto ou pauta de consumo dos diferentes frequentadores.

Trajeto, por sua vez, aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais heterogêneo da cidade e no interior das *manchas*

urbanas. É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro ou vizinhança que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas. Os *trajetos* levam de um ponto a outro através dos *pórticos*: espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens, pois já não pertencem ao *pedaço* ou *mancha* de cá, mas ainda não se situam nos de lá; escapam aos sistemas de classificação de um e outra e, por isso mesmo, além de constituírem espaços de transição, são dotados de certas particularidades: podem representar perigo, são preferidos por figuras liminares e para a realização de rituais mágicos, lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente...

Finalmente, *circuito* designa o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial. Assim, a sociabilidade que possibilita por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos é mais diversificada e ampla que na *mancha* ou *pedaço* que apresentam fronteiras ou localizações bem delimitadas: o *circuito gay*, dos cinéfilos, dos grafiteiros, dos skatistas e assim por diante.

Às vezes o *circuito* é identificado como uma espécie de cartografia, com pontos fixos assinalados em mapas do *Google*: na verdade, a dimensão temporal de sua caracterização além da localização espacial torna-o mais flexível. Ver, a propósito, o artigo “O circuito: proposta de

delimitação da categoria”, in Magnani, Ponto Urbe, n. 15, 2014.

E por falar em skatistas, uma aplicação dessas categorias pode ser verificada no trabalho de doutorado, realizado sob minha orientação, por Giancarlo Machado – que também participa como palestrante nesse curso – sobre essa modalidade de esporte e lazer. Como se sabe, trata-se de uma prática que envolve jovens, *trajetos* por territórios da cidade e é uma forma de lazer – ou seja, contempla todos os itens listados na proposta do curso. Constitui ademais uma forma de apropriação da cidade: eles saem de diferentes pontos da cidade, por *trajetos* pré-determinados, vêm para o centro da cidade e se apropriam, por exemplo, da Praça Roosevelt.

Este espaço é utilizado por vários grupos de pessoas – idosos que vão lá tomar e conversar, senhoras com carrinhos de bebês para passear, donos de *pets*; tem psicanálise: profissionais dessa área atendem, gratuitamente, moradores de rua... Imagine-se a confusão que pode se armar, com skatistas vão lá fazer seus picos nos bancos e corrimões.

Então, é preciso negociar o uso do espaço entre todos esses usuários: se a Praça Roosevelt é uma *mancha*, abriga integrantes de vários *pedaços*. Giancarlo trabalhou também com outro *mancha* urbana, o Vale do Anhangabaú, outro grande espaço em São Paulo recentemente gentrificado e também apropriado por skatistas.



Foto de Giancarlo Machado: manobra no corrimão na Praça Roosevelt

Outras pesquisas de integrantes do LabNAU poderiam ser mencionadas, mas prefiro trazer uma como contraste a essa: é o trabalho de mestrado de Rodrigo Chiqueto o “Peladão na Amazônia”, considerado o maior do gênero no Brasil. Trata-se de um torneio de futebol amador realizado em Manaus, patrocinado pela Rede Calderaro de Comunicação e com participação de diferentes grupos: crianças, mulheres, idosos, adultos e – aqui está a novidade – também de indígenas.

Neste caso, não se trata apenas de lazer, pois do ponto de vista dos indígenas – e Rodrigo estudou particularmente a presença dos Sateré-Mawé – configura uma forma de apropriação da cidade. Esse grupo indígena tem várias aldeias urbanas e seus membros circulam entre a capital, cidades do interior e as aldeias. Para inscrever seu time, eles têm de apresentar a carteirinha da FUNAI, para comprovar a identidade. Um caso que chamou a atenção foi a atitude de uma jogadora sateré, cuja identidade indígena fora

contestada por ser casada com um branco: foi até a aldeia e reconstituiu sua linhagem interrogando seus parentes.



Foto de Rodrigo Chiquetto: equipe feminina sateré-mawé

Outra pesquisa realizada em Manaus, também por uma orientanda, Ana Luísa Sertã, foi publicada com o título *Seguindo sementes: circuitos e trajetos de mulheres sateré-mawé entre cidade e aldeia* (2018). Nele, a autora descreve o processo de confecção de braceletes colares e pulseiras com sementes que são recolhidas em trajetos por toda a cidade em busca das respectivas árvores em praças, canteiros, jardins, campus universitários: outro exemplo de intersecção entre trabalho (na sede da Associação da Mulheres Sateré-Mawé AMISM) e os caminhos através do território da capital, cidades do interior e a aldeia, Ponta Alegre – que podem também ser vistos, por que não? como passeios.



Foto José Guilherme: colhendo sementes

Flávia Bellinati, por sua vez, está estudando o maracatu do baque virado, lá no Recife, uma manifestação cultural que é também uma festa e uma forma de apropriação da cidade, especialmente no período carnavalesco – mas não só, porque os ensaios e encontros ocorrem o ano todo. Izzi Ferro participou, na condição de pesquisadora de iniciação científica e também como poetisa, dos torneios literários conhecidos como *slam poetry*. E por aí vai, poderiam ser citados muitos outros exemplos que mostram as distintas formas, compartilhadas, através das quais os jovens se apropriam do território a partir do que se convencionou denominar de lazer.

Fechando...

Encerro esta apresentação agora com um – entre tantos – episódio que a etnografia flagra durante o trabalho de campo. O LabNAU realizou uma extensa pesquisa em unidades do Serviço Social do Comércio, (SESC), na capital e interior de São Paulo e o objetivo (solicitado pela instituição) era entender a participação e expectativas dos frequentadores nas inúmeras atividades culturais, esportivas e de lazer segundo marcadores sociais da diferença, principalmente gênero e faixas etárias. Crianças, jovens, idosos e idosas, *gays* – toda essa variedade frequenta e usa as dependências do SESC à sua maneira. Idosos, por exemplo, depois de uma boa refeição na comedoria, refestelam-se nos sofás – atitude não bem-vista por funcionários – para uma soneca.

Mas um dos casos que chamou a atenção, pelo inusitado, foi quando uma das pesquisadoras subiu a rampa de uma quadra esportiva, vazia naquele momento e lá em cima estava uma jovem sentada, meio que olhando para o teto. A pergunta foi: – “O que você está fazendo aqui?” – “Não estou fazendo nada”.

– “Como assim? O Sesc oferece tantas alternativas de lazer e de cultura e você vem aqui fazer nada?” – “ Pois é, eu venho aqui fazer um monte de nada...”.

Uma maneira muito particular de apropriação do espaço... Como se pode constatar, a abordagem etnográfica –

“de perto e de dentro” – leva a sério inclusive situações que à primeira vista não se encaixam nas formas canônicas de valorizar os achados no trabalho de campo; neste caso, o do lazer. Abre-se então um profícuo oportunidade para outras áreas de pesquisa próximas da Antropologia ao incorporar o olhar etnográfico e alguns de seus procedimentos de pesquisa.

Bibliografia

EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, [1940]1978.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser Afetado” (1991). In: Cadernos de Campo. v 13, n 13, p. 155-161. Trad. Paula Siqueira. São Paulo, 2005.

LEACH, Edmond. *A Diversidade da Antropologia*. Lisboa, edições 70, 1989.

MAGNANI, José Guilherme C. Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense. 1984.

MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos, v. 15, n. 32 [online]. 2009.

MAGNANI, José Guilherme C. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme C. “O circuito: proposta de delimitação da categoria”. In: Ponto Urbe, 15, 2014.

MAGNANI, José Guilherme C & SOUZA, Bruna Mantese de (orgs.) Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo, Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, José Guilherme C.; SPAGGIARI, Enrico. (Orgs.). Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica. São Paulo: Sesc, 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978[1922].

PARK. Robert Ezra, “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” [1925]. In: VELHO, O.G. (org.) O fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, 4 edição, 1999.

SERTÃ. Ana Luísa Sertã, *Seguindo sementes: circuitos e trajetos de mulheres sateré-mawé entre cidade e aldeia* São Paulo, Ed. Gramma/Terceiro Nome, 2018.

WAGLEY Charles, *Uma comunidade amazônica*, São Paulo, EDUSP. 1988.

JUVENTUDES E LAZERES: PRODUZINDO OPERAÇÕES CRÍTICAS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS

Raquel da Silveira
Andressa Vieira Allet
Janaína Fontes de Oliveira

Este texto inicia com um convite realizado pelos professores Victor Nedel e Daniel Vasques, à primeira autora deste escrito, para integrar o curso de extensão “Juventudes, Territórios e Lazer” que aconteceu no ano de 2024 pelo canal do YouTube do GEPJUVE UFRGS. O desafio que me foi dado pelos professores era abordar alguns aspectos dessa complexa tríade juventude, territórios e lazer. Partindo da minha trajetória de formação, estudos e atuação junto ao Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS) o qual faço parte desde a sua criação em 2001, aceitei o desafio. Para isso, convidei para me acompanhar nestas reflexões duas pesquisadoras que fizeram suas dissertações de mestrado sobre temas que nos oferecem algumas pistas para compreendermos a tríade em pauta. Tive o privilégio de ‘acompanhar de perto’ as pesquisas desenvolvidas pela Andressa e pela Janaína (co-autoras deste texto), uma vez que fui a orientadora delas no Programa de

Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Assim, a partir de agora, o texto passa a ser escrito por mais mãos e utilizaremos a primeira pessoa do plural para guiarmos nossa escrita.

O nosso objetivo é contribuir com o debate sobre lazer, quando acessamos dois ‘territórios’ em que os lazeres são vivenciados por distintas juventudes. Ao invés de partirmos de um conceito de lazer para compreender a vivência da juventude, fizemos o percurso inverso. Acompanhamos as práticas de lazer vividos pela juventude, e a partir dessas vivências passamos a nos questionar: o que o lazer pode ser?

Dessa maneira iremos organizar esse texto iniciando com a apresentação de algumas ‘cenas empíricas’ das pesquisas desenvolvidas nos percursos de mestrados da Andressa e da Janaína; após passamos a dialogar com alguns preceitos da chamada “Sociologia Pragmática” a qual nos aproximamos teórica e metodologicamente; e por fim, iremos propor alguns apontamentos sobre o que o lazer pode ser quando acessamos algumas juventudes e territórios.

Cenas empíricas: acessando pesquisas em diferentes territórios

Pesquisa 1 - Programa Esporte Integral e o Futebol Callejero: a trajetória de mulheres em um projeto social esportivo e de lazer no Município de São Leopoldo/RS

Esta pesquisa foi desenvolvida pela Andressa junto ao projeto social esportivo PEI (Programa Esporte Integral) que existe há 35 anos (foi criado em 1988) e é desenvolvido pela Unisinos. Ao longo desse tempo, foram ofertadas no PEI distintas atividades, sendo que uma delas é o Futebol Callejero, e foi sobre esta prática que a pesquisa foi desenvolvida. O Futebol Callejero é uma prática com uma proposta de transformação social que propõe resgatar os valores humanos, e tenta fazer um contraponto ao futebol FIFA. Ele vai priorizar uma construção de regras que é estabelecida conjuntamente por todas as pessoas que estão jogando. A prática é mista, em que meninos e meninas jogam junto. Os critérios para finalizar o jogo incluem elementos que vão para além do gol, ou seja, os participantes podem estabelecer outras formas de pontuar para definir quem será o time vencedor.

O objetivo da pesquisa foi compreender as trajetórias de mulheres que em algum momento estiveram/integraram o projeto e vivenciaram o Futebol Callejero. Ela acessou as mulheres que atuaram tanto profissionalmente, como trabalhadoras no PEI, as chamadas ‘educadoras’; quanto,

meninas e adolescentes que participaram como ‘educandas’. Para esse momento, trazemos alguns desafios que identificamos que essas mulheres tiveram ao estar neste lugar.

O primeiro desafio que apresentamos diz respeito a elas fazerem a ‘desconstrução’ da própria noção de futebol. Desde a desconstrução das regras, de como jogar, de colocar em questão o atravessamento de gênero que o futebol no Brasil carrega e suas materializações machistas. Ou seja, tanto para as educadoras quanto para as educandas, foi um desafio poder vivenciar um outro futebol que não o hegemônico.

Uma das mulheres que foi educadora no projeto, durante uma entrevista, afirma que “é difícil, é sofrido e é dolorido” fazer a virada para o Futebol Callejero nesta forma que o PEI vivencia o futebol. Uma das situações que ela reconheceu esse processo foi quando ela percebeu que, enquanto educadora, estava dando mais espaços para os meninos falarem após o término do jogo do que para as meninas. A sua escuta para eles estava sendo maior uma vez que ela tinha como premissa que eles saberiam mais de futebol do que elas e, por serem meninos, poderiam analisar os fatos que aconteceram no jogo de uma melhor forma. Quando ela começa a ‘se dar conta’ dessa escuta maior aos meninos, ela passa a repensar a sua atuação e de como conduzir a roda de conversa após o jogo. Ela começa a atribuir o mesmo tempo de fala tanto para meninos quanto para meninas e isso provoca mudanças importantes na

participação delas no jogo. Para esta educadora reconhecer que ela estava privilegiando os meninos por uma premissa que considerou machista, não foi um processo fácil, mas gerou efeitos na sua ação e no modo como conduziu sua prática.

Uma outra situação que elas identificam é a tendência de repetir as suas gerações, uma vez que para muitas educandas, nas suas trajetórias familiares, o futebol era ‘coisa de menino’. Então, elas estarem no PEI, jogando futebol, era uma quebra geracional em suas famílias, em relação ao o que era e para quem era o futebol. As adolescentes que viveram o Futebol Callejero no PEI romperam com a lógica familiar de que quem joga futebol são os meninos. Elas cortaram o ciclo de reprodução dessa lógica e das próprias estruturas que o futebol é conhecido em suas redes familiares.

O desafio de acolher as meninas que chegavam no PEI para praticar futebol também foi anunciado pelas educadoras. Elas entenderam que deveriam criar estratégias que pudessem fazer com que as meninas e adolescentes que nunca haviam jogado futebol, pudessem se interessar pela prática. Elas identificaram que seria necessário ter ações de acolhimento para as educandas terem acesso e permanência na prática do futebol. A própria metodologia do Futebol Callejero já era identificada como uma dessas estratégias, uma vez que permite customizar as regras e critérios. Uma outra estratégia surgiu da necessidade anunciada pelas

meninas e adolescentes de terem mais espaço para elas no projeto. Então é criado um grupo chamado de “Papo de Guria” em que elas podem conversar sobre situações que acontecem no jogo de futebol e no próprio projeto, sobre gênero, sobre suas sexualidades e sobre acontecimentos de suas vidas. Um das mulheres entrevistadas, que viveu o PEI na sua adolescência, lembra que a criação desse grupo “Papo de Guria” só foi possível devido ter mulheres de referência atuando no PEI. Ou seja, havia professoras (as educadoras) e não só homens. As referências delas para o futebol naquele contexto foram mulheres. Esse foi um fato importante, pois poucas das meninas e adolescentes tinham mulheres como referência no futebol.

Por fim, para tentar sintetizar as cenas que aqui relatamos, trazemos a frase de uma educanda do projeto quando refletindo sobre os efeitos que a prática do Futebol Callejero no PEI teve na sua trajetória:

Ah...eu acho que espaço do futebol [Callejero] te deixa mais confiante né, porque tu monta as regras no início, daí tu joga, daí depois tem que conversar sobre o que aconteceu no jogo, então tu se posiciona, então tu se torna muito mais confiante pra se posicionar, pra falar...é, a gente fica tímida no começo assim, mas depois que tu pega intimidade com todo mundo, daí tu xinga um que não passou a bola, com outro que tocou um passe lá péssimo, então acho que aquilo te deixa muito mais confiante pra falar (Trecho

de entrevista em grupo realizada em 28 de maio de 2022 na fala da Ex Educanda B).

Nos parece que quando olhamos para esse espaço de lazer vivenciado por meninas e adolescentes, identificamos que há inúmeros processos de questionamentos de algumas estruturas, de alguns modos de ser e de viver o futebol. Também identificamos práticas de acolhimento que fazem ser possível elas permanecerem jogando futebol.

Pesquisa 2 - Lazer e institucionalização: um olhar etnográfico para crianças e adolescentes em acolhimento institucional

Esta pesquisa foi desenvolvida pela Janaína na Fundação de Proteção Especial (FPE) que é um órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Social (SEDES), que acolhe aproximadamente 180 crianças e adolescentes em situação de risco social na modalidade de acolhimento institucional através de quatorze Abrigos Residenciais (AR). Esses Abrigos Residenciais compõem os cinco Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR).

Apesar dos avanços nas garantias de direitos propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao trabalhar como Profissional de Educação Física na FPE (importante registrar a Janaína atua profissionalmente no acolhimento institucional há 11 anos), percebemos que o Estatuto continua sendo motivador de embates entre as

intenções de garantias de direitos e proteções explícitas na legislação. Dentre os direitos que devem ser garantidos nas infâncias e nas adolescências, a Constituição Federal, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, situam o lazer como um direito fundamental tal qual a saúde, educação, alimentação, entre outros explícitos no Art. 4º do ECA, não devendo haver nenhuma hierarquia entre esses direitos.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi compreender como são vivenciadas as práticas de lazeres por crianças e adolescentes em acolhimento institucional, uma vez que partimos da compreensão de que o lazer deve ser garantido para elas.

A partir do processo etnográfico, Janaína identifica algumas práticas e lugares em que os lazeres acontecem. Uma das práticas mais corriqueiras é a televisão. O pátio é um espaço muito desejado pelas crianças e adolescentes, contudo, nem sempre é de fácil acesso por parte delas, uma vez que precisam negociar esse uso com os/as cuidadores/as. Andar de bicicleta é uma prática de lazer que acontece no abrigo residencial, contudo, elas ficam cadeadas e necessitam de autorização para serem utilizadas. No espaço de acolhimento há jogos de tabuleiro e didáticos que são usados ao longo do dia. Muitas das crianças e adolescentes são inseridas em programas, projetos, clubes, escolinhas de esportes e passam a realizar atividades esportivas de forma sistemática. Além disso, os eventos como cinema, teatro, shows, assistir jogos de futebol nos estádios também são

práticas de lazer vivenciadas por essas crianças e adolescentes.

Para esse texto trazemos dois casos que a Janaína acompanhou no processo etnográfico que nos ajuda a compreender o lazer de adolescentes quando olhamos para o território do acolhimento institucional, ou seja, da institucionalização. O primeiro caso foi quando algumas crianças foram ao cinema assistir o filme *A Pequena Sereia*. A primeira coisa que chama atenção é que foram só meninas e adolescentes do gênero feminino o que já anuncia que muitas práticas de lazer no acolhimento são generificadas. Mas o que queremos destacar é que ao longo do filme a Janaína percebeu que logo que aparece a personagem Ariel, as meninas e adolescentes ficam muito surpresas. Essa surpresa se dá pelo fato da personagem principal do filme ser negra. Elas passam a se identificar com a personagem e fazem falas como: “ela é igual a nós”, “o cabelo dela é igual ao nosso”, “ a Ariel é negra”. Ou seja, esse filme traz para a pauta da vida dessas meninas e adolescentes a sua identidade etnico-racial. O filme, enquanto uma prática de lazer, passa a gerar reflexões sobre o tema etnico-racial para elas.

O segundo caso que trazemos para esse texto também é referente a uma ida ao cinema, mas com outras crianças, em que havia meninos/as e adolescentes de ambos os sexos. Eles foram assistir o filme “Elementos” da Disney. Ao término do filme um adolescente pediu para conversar com Janaína e

lhe contou sobre suas experiências de aproximações frustradas de adoção. Ele referiu que a partir do filme percebeu que o que impedia seu desejo de ser adotado era que teria que deixar de amar sua mãe biológica, ao ter que substituí-la por outra mãe. Todas as famílias apresentadas para o adolescente eram de casais heterossexuais. Na conversa ele narrou sobre como se deu seu ingresso no acolhimento e seus vínculos familiares:

Eu vendia balinha no ônibus. Eu tinha que sustentar minha mãe e meus irmãos, porque minha mãe é doente, tem problemas nos rins (...). Nunca me faltou nada, nem pra mim nem pros meus irmãos. Comida, cobertor,... tudo eu conseguia na rua. Eu sempre tive muita sorte. Conseguia tudo. Aí eu pegava um ônibus e depois outro. Passava o dia todo assim. Só as vezes eu ia na escola. Aí um dia eu desci no shopping e entrei no cinema. Sem ninguém ver. Essas coisas sabe. Aí o gerente chamou o conselho tutelar e descobriram que eu tinha que ir pra casinha [forma como ele denomina o Abrigo Residencial]. Daí aqui do cinema eu fui pra casinha e nunca mais fui pra casa da minha mãe. Aí eu tive que dizer aonde estavam meus irmãos. Tavam na sinaleira vendendo balinha também. Só que perto de casa. Só eu que sou mais velho podia pegar ônibus. Os outros a minha mãe não deixava (...). Minha mãe só nos visitou poucas vezes, porque ela é doente. Muito doente. E a gente nunca voltou pra casa. Os tios dizem que não tem carro para ir visitar a mãe. Eu sinto saudade da mãe. Eu amo minha mãe (Diário de campo n° 11, 27/02/2023).

Ao contar suas expectativas em relação à convivência familiar o adolescente referiu que:

Desejo ser adotado por dois pais, assim não preciso deixar de amar minha mãe. A Dra. [juíza] disse que minha mãe não pode cuidar de mim nem de meus irmãos e que eu não posso mais vender balinha. Criança não pode trabalhar, né, tem essas coisas. Daí minha mãe não pode ficar comigo e eu e meus irmãos não podemos ficar na casinha [abrigo institucional] pra sempre. Aí vendo o filme eu senti que o bom pra mim é que fosse dois pais, porque eu continuo tendo a minha mãe (Diário de campo nº 11, 27/02/2023).

Essa constatação não foi percebida nem na avaliação psicológica e social do Juizado da Infância e da Juventude. Esse adolescente faz essa elaboração sobre o suas tentativas de adoção e sobre outras alternativas de adoção a partir do cinema, ou seja, no lazer. É no tempo/espço do lazer que essas compreensões passam a ser formuladas por esse adolescente.

Então, com essas duas ‘cenas’ de lazer em território de institucionalização pudemos perceber que as crianças e adolescentes colocam em questão temas que constituem suas vidas. Nas experiências descritas no cinema são elas que passam a desconfiar e criar entendimentos do mundo diferentes das que lhe são previamente perspectivadas.

**O lazer enquanto um tempo/espaço de desestabilização:
aproximações com a sociologia pragmática.**

Retomando as duas pesquisas apresentadas anteriormente, podemos identificar que estamos tratando de dois territórios. Um deles é o projeto social PEI, em que encontramos um espaço generificado, onde ao oferecer a prática do Futebol, já partimos de um atravessamento de gênero. O segundo território é o institucionalizado, ou seja, as infâncias das crianças e adolescentes em abrigos residenciais passam por um processo de institucionalização forte e marcante na trajetória desses indivíduos. Nesses dois territórios queremos chamar a atenção para o fato de que, no caso das meninas e adolescentes do PEI, o entendimento delas sobre as suas próprias trajetórias e também sobre o próprio futebol são colocadas em questão, são modificadas conforme as vivências no projeto. Ou seja, ao vivenciarem o PEI as suas compreensões sobre o que é ser mulher, de como é que elas podem ser mulher, do que é jogar futebol, de como é que elas podem jogar futebol começa a ser modificada. No caso do acolhimento institucional, a gente também percebe que os temas que integram a vida dessas crianças e adolescentes, como por exemplo as questões etnico-raciais e os processos de adoção, são acionados e reelaborados nos espaços/tempos de lazer.

Em síntese, poderíamos pensar que nestes dois territórios os lazeres ajudam esses indivíduos (nos dois casos crianças e adolescentes) a repensar suas compreensões do

mundo e possuem capacidade de alterar a na forma como eles podem, devem ou querem viver. Com isso, podemos pensar que, diferente de situações rotineiras e habituais, os tempos/espços de lazer, nesses territórios que apresentamos, explicitam pressuposições normativas da vida, contudo, ao mesmo tempo, eles também provocam reelaborações dessas pressuposições. O lazer torna-se um momento de desestabilizar entendimentos que estão estáveis. O lazer passa a ser um momento crítico em que é preciso criar diferentes justificações sobre questões que antes pareciam estar dadas.

Essa compreensão é elaborada a partir tanto dos processos etnográficos quanto da nossa aproximação teórica com a chamada Sociologia Pragmática. Boltanski (2016), um dos autores importantes dessa sociologia, a qual também é denominada Sociologia da Crítica¹, ressalta a importância de levar a sério os atores:

O sociólogo da crítica se obriga, de fato, a seguir os atores o mais próximo possível de seu trabalho interpretativo, traçando seu caminho através dos relatórios que eles constituíram. Ele leva a sério seus argumentos e as provas que eles aportam, sem procurar reduzi-los ou desqualificá-los,

¹ Segundo Silveira, Pacheco, Silva e Myskiw (2022, p. 3) a sociologia pragmática, “também denominada Sociologia da Crítica, em oposição à chamada Sociologia Crítica, traz uma mudança no ato de delegação para a compreensão das situações. Na Sociologia Crítica é delegado ao pesquisador a capacidade de fornecer a crítica, enquanto na Sociologia da Crítica essa delegação acontece pelos próprios atores que vivem a situação”.

opondo a eles uma interpretação mais forte (Boltanski, 2016, p. 146).

Essa compreensão parte do entendimento de que os indivíduos, e aqui não importa quais, são capazes de fazer críticas ao mundo que vivem; são capazes de refletir sobre suas existências. Muitas vezes essa compreensão, por outras bases teóricas, não é vista quando nos referimos a adolescentes e crianças. Estes indivíduos são, em alguns entendimentos, considerados com frágeis capacidades críticas de compreensão do mundo. A sociologia pragmática nos provoca a considerar que todos os indivíduos possuem capacidade de justificar as suas ações, compreensões e vivências. Os processos de justificações acontecem, segundo Corrêa (2021), quando as pessoas vivenciam algum momento de desestabilização. Quando algo que era estável se torna instável. Acionamos nossas capacidades críticas quando uma ‘crise’ se instaura nas nossas pressuposições, verdades, modos de ser e agir.

Retomando os dois territórios que as pesquisas apresentadas investigaram, podemos compreender que, em ambos, o lazer desestabilizou as crianças e adolescentes. Seja no território generificado do PEI, seja no território institucionalizado da FPE, o lazer é um “momento crítico” (Corrêa, 2021, p. 9). Ele é o momento em que se desestabiliza algumas questões, algumas compreensões, algumas ações que constituem esses indivíduos. Para a sociologia pragmática, também poderíamos dizer que nos lazeres

anteriormente descritos essas crianças e adolescentes “colocam à prova” (Corrêa, Dias, 2016, p. 79) suas compreensões de mundo para poderem elaborar outras.

No momento em que as meninas do PEI escutaram em suas casas que ‘futebol é coisa de menino’, elas tiveram que ‘colocar à prova’ essa afirmação e ação. Quando elas se dão conta que estão jogando e que elas têm capacidade para jogar tanto quanto os meninos, elas reelaboram aquela informação. Foi no lazer que elas conseguiram colocar à prova essas ‘verdades’ que foram ditas em suas famílias.

Assim, as práticas de lazeres são tempos e espaços que geram situações de crise ou também as chamadas de situações de prova, desestabilizando argumentos hegemônicos. Outro exemplo foi na situação do adolescente que, após assistir o filme ‘Elementos’ o qual aborda algumas relações familiares, desconstrói a noção de família pautada pelo modelo heteronormativo e visualiza outras possibilidades dessa noção ser performatizada. A partir da crítica que o adolescente opera sobre seu processo de adoção ele consegue conceber uma nova alternativa de família em seu planejamento de vida, desejando ser adotado por um casal homossexual constituído por dois homens.

A partir disso, é possível compreender que o lazer, nessas pesquisas apresentadas, as quais consideraram a escuta das meninas e mulheres do PEI e as crianças e adolescentes da FPE, é vivido como um espaço/tempo que possibilita a elaboração de novos entendimentos sobre o

mundo. São nessas práticas de lazer que são feitas novas operações críticas sobre como e o que se vive. Ou seja, a contribuição que temos ao aproximar a sociologia pragmática das cenas empíricas que acontecem no lazer é olhar a potência que esse espaço/tempo da vida tem para que os indivíduos façam a crítica ao mundo.

Finalizando

Para dialogar sobre a tríade juventudes, territórios e lazer percorremos ao longo deste texto cenas empíricas de duas pesquisas de mestrado em que pudemos nos questionar sobre o que o lazer pode ser quando olhamos para a juventude em um território genefirificado e quando olhamos para a juventude em um território institucionalizado. Para isso nos aproximamos da Sociologia Pragmática e nos afastamos de compreensões e bases teóricas ‘clássicas’ que o lazer vem sendo compreendido.

Trazemos brevemente três dessas bases teóricas ‘clássicas’ que constituíram nossos entendimentos sobre o lazer e que foram de extrema importância para que pudéssemos colocar o lazer na pauta dos debates acadêmicos brasileiros. A teoria funcionalista de Joffre Dumazedier (1973), que vai compreender o lazer a partir de três funções para sociedade (descanso, desenvolvimento e divertimento). Essas funções estão intimamente atreladas a manter o *status quo* da sociedade, e o lazer torna-se um meio de colaborar com o funcionamento que a sociedade possui. Este é um

autor ainda muito citado no Brasil e sua teoria faz sentido para compreendermos algumas práticas de lazer que estão em voga. Numa segunda base teórica, podemos aglutinar as teorias críticas, com base no marxismo, as quais nos fornecem entendimentos sobre as possibilidades do lazer ser tanto alienante quanto emancipatório, dependendo do uso e apropriação que se faça dessa prática. É a partir dessas teorias que passamos a ver uma possibilidade de mudança do *status quo* da sociedade via processos emancipatórios dos indivíduos e grupos sociais. E por fim, a teoria configuracional de Norbert Elias que vai trazer ao debate do lazer o tema das emoções. Para esse autor, o lazer seria, dentre os distintos tempos/espacos da vida, aquele com menos amarras para os indivíduos poderem expressar suas emoções. É quando as excitações são mais permitidas.

Apesar da importância dessas distintas teorias, o convite que fizemos com esse texto foi não partirmos de alguma delas, mas sim partirmos das experiências dos indivíduos, a partir de processos investigativos, para pensar o lazer. O exercício foi colocar em simetria a forma com que os indivíduos vivenciam o lazer, com a compreensão que nós, pesquisadoras, temos sobre esse espaço/tempo da vida. Dessa forma, chegamos ao entendimento de que o lazer pode ser um momento crítico de produções e mudanças de compreensões sobre o mundo para as crianças e adolescentes em territórios generificados e institucionalizados, em que

processos de justificações são elaborados sobre os seus modos de vida ou de vidas que almejam ter.

Referências Bibliográficas

Boltanski, L . Sociologia crítica ou sociologia da crítica. In: Vendenbergh, F.; Véran, J. **Além do habitus teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016, p. 129 à 154.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de, Brasília, DF, Brasil, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Saraiva, 2021.

Corrêa, D. S. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, 2021, 36(105), e3610505.
<https://doi.org/10.1590/3610505/2020>.

Corrêa, D. S.; Dias, R. C. Crítica e os momentos críticos: De la Justification e a guinada pragmática na sociologia. **MANA**, 2016, 22(1): 67-99.

Dumazedier, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 19-50.

Silveira, R.; Pacheco, A. C.; Silva, C. C.; Myskiw, M. Women's leading role in the political struggle for leisure: an ethnographic study in Porto Alegre, Brazil. **Leisure Studies**, 42(3), 433–446.
<https://doi.org/10.1080/02614367.2022.2070922>

PARA ALÉM DO ESPORTE: APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO SKATE NO BRASIL

Leonardo Brandão

Introdução

Existem vários fatores que explicam o aumento da popularidade do skate atualmente, sendo que um deles é o chamado “efeito Rayssa”¹, fenômeno surgido a partir do sucesso da skatista Rayssa Leal, garota nordestina que surpreendeu a todos com sua habilidade técnica no skate e com sua determinação nas competições, sobretudo, ao brilhar nas Olimpíadas de Tóquio, ocorrida em 2021. O aumento da popularidade e no número de praticantes também gerou, como efeito empiricamente verificável, um grande crescimento das escolas de skate nos últimos anos. De acordo com o site da Federação Paulista de Skate, a partir da inclusão do skate como modalidade olímpica e de seu vertiginoso crescimento, “o mercado do skate passou a oferecer um serviço que antes não existia, as aulas de skate. Esse mercado é um dos que mais cresce no país e conta com

¹ “Efeito Rayssa” foi um termo amplamente empregado pela imprensa para explicar o aumento da popularidade do skate e, também, do próprio mercado ligado ao universo do skate. Ver: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/08/07/efeito-rayssa-faz-vendas-de-skate-no-pas-disparar.ghtml> , acesso em 03/06/2024.

escolinhas espalhadas em todo o território nacional”². Neste contexto, muitos professores de Educação Física passaram a se relacionar com o universo do skate e não foram poucos os que buscaram formação na área do skatismo, visando atender a uma demanda que vinha de seus alunos e alunas, que queriam aprender os movimentos básicos do skate e ter um conhecimento mais aprofundado sobre essa prática corporal.

É importante destacarmos uma frase que a skatista profissional Rayssa Leal falou, após receber a medalha de prata nas Olimpíadas de Tóquio. Ela disse: “O skate é para todo mundo”³. Pois essa frase, aparentemente simples, na verdade problematiza parte da história do skate, uma vez que durante muito tempo ele teve maior visibilidade como atividade masculina, de jovens homens (Figueira, Almeida, 2007, p. 125). Essa fala, entretanto, confronta essa narrativa, pois ao afirmar que “o skate é para todo mundo”, não só do ponto de vista de gênero, mas também geracional, Rayssa abriu as portas do skatismo para um número muito maior de possíveis interessados/interessadas nesta atividade.

O aumento da popularidade do skate também reverbera no mundo acadêmico, verificável pelo aparecimento de um número maior de pesquisadores que passou a estudá-lo, no

² <https://www.fpsk8.com.br/curso-de-formacao-de-professores-de-skate/>, acesso em 03/06/2024.

³ <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/o-skate-e-para-todo-mundo-diz-rayssa-leal-apos-ganhar-a-prata-na-olimpiada-de-toquio,10600d7bbb84d6d3984ac7119f56ab0ec037toyi.html>, acesso em 29/05/2024.

aumento trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e também dissertações de mestrado defendidas em variados programas de pós-graduação. Embora já faz algum tempo que o skate vem sendo pesquisado nas universidades, haja vista o livro organizado pelos professores Leonardo Brandão e Tony Honorato, intitulado “Skate & Skatistas: questões contemporâneas”, de 2012; o fato é que nos últimos anos essa produção cresceu muito, em diferentes áreas, mas com destaque para as Ciências Sociais e a Educação Física (Brandão, Machado, 2019).

O texto que se segue traz um pouco da minha própria produção acadêmica sobre o tema do skate, elaborada a partir da História, sobretudo, da História Cultural (Burke, 2005). Ele foi escrito tomando por base tanto o livro que lancei em 2014, fruto de minha tese de doutorado, quanto partes de minha fala, realizada no dia 23/04/2024, no curso de extensão "Juventudes, Territórios e Lazer", promovida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE/UFRGS) e pelo Grupo de Estudos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer (GESOE/UFRGS).

As Décadas Iniciais (anos 50, 60 e 70 do século XX)

Um das primeiras questões que devemos abordar quando nos referimos as décadas iniciais do skatismo é acerca do contexto histórico de seu nascimento. Porque o skate é diferente dos outros esportes de caráter mais tradicional, muitos dos quais surgiram no século XIX e

dentro de um espírito mais coletivo, como o futebol, por exemplo. O skate se pratica individualmente, embora quase sempre em grupos, mas a performance é individual, no sentido que você não tem que tocar o skate para alguém como você precisa tocar a bola. Deste modo, o contexto histórico do surgimento do skate está muito ligado a uma certa ascensão do individualismo e também da juventude como uma categoria social, e isso nos anos 50, 60 e 70 do século XX. De acordo com o historiador britânico Eric Hobsbawm, tais décadas fizeram parte de uma época marcada pelo que chamou de “revolução cultural”. Em suas palavras:

A cultura jovem tornou-se matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos (1995, p. 323).

Para além do contexto histórico, outros pontos importantes que devem ser notados acerca do surgimento do skate, são:

1) *O skate é uma invenção estadunidense que se globalizou*; sendo que, até mesmo, existe o conceito de Esportes Californianos, o qual é trabalhado pelo pesquisador francês Christian Pociello (1995) com o intuito de demarcar territorialmente o espaço de ebulição destas novas práticas corporais juvenis.

2) *O skate veio dos patins e não do surfe*; pois um erro que vemos se repetir sempre na imprensa não especializada é a corriqueira afirmação que o skate surgiu do surfe; mas isso não é verdade, pois a origem do objeto skate está ligado aos patins, aos patinetes e àquilo que os norte-americanos chamam de *scooters*. Depois que os primeiros skates foram fabricados artesanalmente, retirando o guidão dos patinetes ou retirando e grudando os eixos e rodas dos patins a um pequeno pedaço de tábua, sua produção industrial, que ocorreu a partir de 1959 com a *Roller Derby*, passou a miniaturizar o formato das pranchas de surfe em pranchas de skate, chamadas *shapes*.

3) *No início, o skate foi muito praticado por mulheres e esteve ligado à patinação artística*; este é um ponto pouco explorado da história do skate, mas muitas fontes nos demonstram uma efetiva presença das mulheres nos primórdios desta prática, sobretudo nos Estados Unidos, sendo que no início elas faziam movimentos descalços e, sem dúvida, semelhantes aos da ginástica e da patinação artística. Uma prova desta forte presença das mulheres nos primórdios do skate é a capa da revista estadunidense *Life*, de maio de 1965, a qual estampou uma fotografia da skatista Patti McGee, plantando uma bananeira sobre um skate em movimento⁴.

⁴ https://americanhistory.si.edu/collections/nmah_1448124, acesso em 30/05/2024.

4) *Na década de 1970 surfistas da equipe Z-Boys revolucionaram a prática do skate.* Certamente eles não foram os únicos, mas os membros desta equipe foram importantes e modificaram a prática ao incorporarem movimentos corporais do surfe, inventando o skate em piscinas vazias, o que daria origem a uma nova modalidade do skate conhecida como vertical (Brandão, 2014). Essa influência do surfe ocorre, sobretudo, pela assunção de uma nova corporalidade, diferente daquela da patinação artística; pois é importante lembrar que os integrantes dos *Z-Boys* eram surfistas antes de serem skatistas. No Brasil, segundo Cesinha Chaves, um dos pioneiros desta prática no país, o skate ficou conhecido como “surfinho” (2000, p. 13).

Associado primeiramente ao lúdico e às brincadeiras de deslizamento, tanto o skate quanto o patim tornar-se-iam esportes bastante populares nos Estados Unidos e em demais países da Europa e América Latina ao longo do século XX. Historicamente, a primeira tendência que se observa acerca da esportivização do skate data de meados da década de 1950 nos EUA, seguindo o skate o mesmo modelo do que vinha sendo realizado com o patim artístico. Em reportagens veiculadas no Brasil pela revista *Manchete* durante a década de 1970, por exemplo, é possível compreender a similitude do patim artístico com o skate de competição. Numa matéria em que a jornalista Maria Costa Pinto narra um campeonato ocorrido em Long Island, nos EUA, temos a afirmação que “os campeões de skate demonstraram que tem o equilíbrio

elegante dos bailarinos, a força dos acrobatas e a precisão de um grande esquiador que desliza por entre obstáculos sem derrubá-los”⁵.

Assim, além da ausência de calçados, as roupas utilizadas pelas skatistas nesta reportagem em nada lembram as roupas geralmente usadas pelas skatistas nos tempos atuais, como bonés ou calças jeans. Tratava-se, esteticamente, de algo muito diferente da feição que esta prática ganharia tempos depois. Como o skate era associado ao patim, essa questão do gênero era menos flagrante do que a caracterização tomada a partir da década de 1980, quando o skate passou a representar mais o universo masculino e o patim o universo feminino. Nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, mulheres como Laura Thornhill, Kim Cespedes, Wendy Bearer, Ellen O’Neal, Terri Brown, Leilani Kiyabu, entre outras, faziam uso do skate profissional tanto em campeonatos quanto em demonstrações. As imagens destas skatistas, que podem ser vistas numa rápida pesquisa na Internet a partir de seus nomes, em nada lembram o viés da contracultura que o skate tomaria anos mais tarde, sendo tão somente uma ginástica de equilíbrio e precisão. Tratava-se de um novo esporte surgido de uma ramificação do patim e sem conotações transgressivas.

O ponto de inflexão ocorre quando a relação com o surfe começa a se estabelecer. Se fosse óbvio o curso da história, o skate seria hoje uma atividade muito próxima à patinação

⁵ Revista *Manchete*, n. 1263, 03 de julho de 1976, p. 140.

artística, que desde 1977 é reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e presente nos jogos pan-americanos e demais competições esportivas de caráter transnacional. No entanto, em função do contexto histórico do período e pela influência do surfe na prática do skate, grandes modificações passaram a ocorrer nos rumos deste processo de esportivização, desviando seu caminho até então verificável de normatização institucional. Assim, com a influência do surfe e a ascensão da juventude representada como um ator social e rebelde, o skate passou a se desvincular da patinação artística e ser usado como símbolo de uma nova geração de esportistas que buscava, ao invés de seguir qualquer tradição, inventar o novo, o inusitado ou, em outras palavras, transgredir às próprias vivências do esporte.

O surgimento das pistas de skate no formato de bacias, e isso a partir do uso irreverente que os *Z-Boys* passaram a dar para as piscinas vazias, também foi um dos fatores que revolucionaram a prática. No Brasil, segundo um editorial da revista *Brasil Skate*, de 1978, a construção das pistas de skate poderia favorecer o crescimento do skate como esporte:

[...] foram as pistas de skate as grandes responsáveis pelo ‘boom’ do esporte de três anos pra cá [...] As pistas deram maior ênfase aos já tão considerados aspectos de segurança. Havia, e ainda há, grande preocupação quanto aos riscos corridos por skatistas que andavam em ruas e calçadas estando sempre ao alcance de carros desgovernados [...]. Uma lógica simples leva

as pistas a se autodesenvolverem. Como objetos de investimento comercial as pistas procuram gerar condições de atração para o maior número de skatistas. Assim quanto melhor for a pista, mais sucesso comercial ela vai apresentar (Revista *Brasil Skate*, n. 1, 1978, p. 03).

De fato, por ser algo atraente economicamente para investimentos privados, ou algo necessário socialmente do ponto de vista do poder público, já no final da década de 1970 as pistas de skate, na expressão do skatista Cesinha Chaves, “explodiam por todo o Brasil” (2000, p. 17). Num depoimento do veterano skatista Marco Antonio Berto (mais conhecido pelo apelido de “Panelero”), no interior do Estado de São Paulo, por exemplo, surgiram muitas pistas de skate no final desta década. Ele recorda que,

Em Araraquara a primeira pista foi o Carranca, construída no ano de 1977, e por volta de 1978, 1979, foi construída outra no Clube Náutico. Também nesses anos de 1977 e 1978, cheguei a andar numa pista (banks) com 90 graus na cidade de São José do Rio Preto, que ficava localizada na tradicional Avenida Andaló. Na cidade de Catanduva, nessa mesma época, construíram uma pista de skate com um snake e dois banks. Outro lugar que andei, isso em 1978, foi no mirante em Jundiá, que tinha um snake gigante e um banks perfeito⁶.

⁶ Em entrevista realizada no dia 04/01/2012 (Arquivo do Autor).

Além dessas, numa lista longe de ser exaustiva, também podemos (entre esses anos de 1978 e 1979) citar a construção de pistas de skate em diversas outras cidades: Osasco/SP (a “pista do bairro Jardim das Flores”), Bauru/SP (“rampa do Silva”), Florianópolis/SC (a “pista de Jurerê”), Taquara/RS (a “pista de skate do Grêmio Esportivo União”), Viamão/RS (a “*Swell Skatepark*”), Volta Redonda/RJ (a “Redonda Skate Park”), Pelotas/RS (o “Panelão”), Porto Alegre/RS (a “pista de skate do Parque da Marinha”), Novo Hamburgo/RS (o “*o Ramon’s Bowl*”), Santos/SP (a “Homero Skate Park”) e, entre outras, a pista do “Gaúcho” de Curitiba/PR, que em sua inauguração contou com a presença do presidente militar Ernesto Geisel.

Mas como já pontuamos, a proliferação dessas pistas de skate teve início com a de Nova Iguaçu/RJ, inaugurada em 04/12/1976 e construída na época da prefeitura de João Batista Lubano (sob projeto do skatista Sérgio Alexandre e do engenheiro Henrique Reina). Interessante registrarmos que essa pista existe até hoje e ainda se encontra em bom estado de conservação. Em São Paulo, a primeira pista que temos notícia foi inaugurada no ano de 1977, projetada pelo arquiteto Reinaldo Pestana e construída dentro das dependências do *Alphaville Tênis Clube*.

As Décadas Intermediárias (anos 80 e 90 do século XX)

Na década de 1980, três modalidades passaram a ganhar destaque: o vertical (skate em pistas), o *street skate*

(skate de rua) e o *freestyle* (estilo-livre, no solo). No Brasil, houve o surgimento de uma série de novas revistas de skate durante a segunda metade desta década, as revistas *Overall*, *Yeah!*, *Skatin'*, *Vital Skate* e *Skt News*. Também neste período ocorreu um fortalecimento das entidades representativas do skate, visando uma melhor organização do skate como esporte, com destaque para a ABS (1986), USE (1987) e a UBS (1988). No final da década seguinte, em 1999, seria criada a Confederação Brasileira de Skate, a CBSk.

Para compreendermos este movimento, podemos recorrer a um exemplo da USE (União de Skatistas e Empresários), entidade que ajudou a pavimentar o caminho da esportivização no ano de 1987. Diferentemente da Associação Brasileira de Skate, a USE designava-se como uma organização da iniciativa privada, que visava organizar e direcionar os esforços das empresas que a ela se associavam em prol do desenvolvimento “esportivo” do skate. De acordo com suas declarações na imprensa, seu intuito era gerir o andamento dos eventos e promover a sistematização dos regulamentos em torno de um calendário anual de competições⁷. A USE, portanto, e de acordo com informações divulgadas por esta entidade, fora “fundada com a finalidade de dar todas as condições necessárias para o esporte”⁸. Suas principais metas eram:

⁷ Revista *Overall*, n. 7, 1987, p. 26.

⁸ Revista *Yeah!*, n. 6, 1987, p. 55.

Formação do Calendário Oficial a nível nacional, com uma etapa a cada dois meses, formando um Circuito com todas as modalidades e categorias. Sempre um campeonato com qualidade, com piso de premiação para profissionais e também um júri que realmente entende de Skate. Os atletas que já tenham se inscrito em qualquer etapa do Circuito, já são considerados skatistas associados, sem mensalidades. Todas as empresas associadas são obrigadas a patrocinar um atleta, no mínimo. Só serão aceitas empresas diretamente ligadas ao Skate, que tenham como finalidade fundamental preservar e desenvolver o esporte Skate.⁹

Embora ela não tenha conseguido alcançar todos os objetivos que almejou (não conseguiu fixar a quantidade de um campeonato de skate a cada dois meses, por exemplo), o fato é que a organização do skate como esporte obteve bons avanços. A título de exemplo, podemos observar que numa reportagem escrita pela revista *Veja* no final do ano de 1987, era dito que “a nova onda do skate é capitaneada por uma vanguarda interessada em transformar a prática em esporte com regras fixas e campeonatos”¹⁰. Uma prova disso, segundo a *Veja*, era as condições diferenciadas que os skatistas começavam a encontrar para praticar essa atividade. Em suas páginas, ela citava o exemplo do skatista paulista Lemuel Ribeiro Gonçalves, o “Dinho”, que havia se tornado

⁹ Idem, p. 55.

¹⁰ Revista *Veja*, 02/12/1987, p. 93.

uma grande personalidade dentro do skate vertical¹¹, recebendo de seu patrocinador equipamentos e uma ajuda de custo no valor de vinte mil cruzados mensais¹².

Deste modo, a fixação de regras e a busca pela transformação do skate numa prática competitiva eram propostas que visavam à conquista de uma carreira e, com ela, a busca de uma dignidade profissional por meio do “esporte”. Como bem apontou a pesquisadora Carmen Lúcia Soares, o *espírito esportivo* e seus heróis rápidos e velozes passaram a invadir muitas das esferas da vida pública e privada, colonizando imaginários e promovendo um estilo de vida que implicava sucesso social, glorificação do consumo e explosão da aventura. Em suas palavras, ela afirma que o “esporte abriga esses valores e esses modelos, sendo mesmo sua expressão massificada” (2005. p. 44).

É neste sentido, portanto, que devemos compreender o porquê dos esforços destinados para que o skate, durante a segunda metade da década de 1980, pudesse contar com campeonatos mais bem organizados e skatistas com melhores remunerações. De uma forma ou de outra, essa tentativa de esportivização do skate não deixava de ser, como escreveu Foucault, uma forma de “apropriação social do discurso”

¹¹ Trata-se do skate praticado em pistas com rampas que chegam a 90 graus de inclinação. Essas pistas, durante a década de 1980, passaram a ter o formato de *half-pipe* (“meio-tubo”), que pode ser representado pela letra “U”. Além disso, outras pistas com rampas também são consideradas verticais, com a pista num formato de um feijão “*banks*” ou bacia “*bowl*”.

¹² Revista *Veja*, 02/12/1987, p. 93.

(1996, p. 43), e neste caso em especial, do discurso esportivo. Assim, numa reportagem da revista *Overall*, por exemplo, encontramos a cobertura do primeiro campeonato promovido pela USE, nos dias 15 e 16 de agosto de 1987, numa pista de skate localizada em Guarulhos/SP, chamada “Polato Skatepark”. O “sucesso do evento”, como chegou a afirmar a reportagem, era uma consequência direta do maior nível de profissionalização que envolvia o skate. De acordo com a *Overall*,

O público local mostrou-se interessado pelo evento e dominou as arquibancadas. O tempo, melhor do que nunca, ajudou o andamento do evento. Os juizes de “elite” escolhidos pra esta etapa (Yura/SP, Chacrinha/RJ, Pescoço/SC, Osmano/SP e Junae/SC) tinham apenas uma simples tarefa: um *bowl* com esse desenho, em plena era de madeira e *halfs*, teria duas linhas a serem julgadas, as linhas de bordas e aproveitamento de espaço, e linhas tipo *half*. Criatividade e muita base teriam de ser usadas ali de qualquer maneira. E creio que todos deram o maior esforço pra mostrar um verdadeiro show de técnica. Skatistas de vários estados, micro, macro e mega empresários, imprensa, todos estavam presentes pra conferir esta primeira etapa¹³.

Ao observarmos a descrição desse evento, notamos a presença de juizes (escolhidos dos Estados de São Paulo, Rio

¹³ Revista *Overall*, n. 7, 1987, p. 27.

de Janeiro e Santa Catarina), público, imprensa e empresários, elementos necessários à configuração do skate como um “esporte” e sob a qual se “defrontavam múltiplos agentes: técnicos, jornalistas, jogadores [no caso, os skatistas], juizes, dirigentes, aficionados etc” (Gebara, 2002. p. 17). Em uma das fotografias que integrava a matéria, os organizadores foram exibidos com uma camiseta amarela, na qual estava estampado o logotipo da USE – certamente um símbolo que expressava um cuidado adicional na preparação e organização deste campeonato. Ao final da reportagem, um *ranking* escalonava os oito melhores skatistas que competiram nas categorias profissional, amador I e amador II.

Mas se a USE já era um avanço no sentido da incorporação do skate nos moldes de um esporte de competição, a criação da União Brasileira de Skate (UBS), no ano de 1988, pode ser tida como um passo a mais. Pois lembramos que, como afirmado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, o processo de esportivização é sempre um “estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (1983, p. 90). Deste modo, a criação da UBS pode ser vista como um estágio posterior a USE, que tanto ratificava seus objetivos iniciais quanto buscava ampliar esses mesmos objetivos. Em nota divulgada na revista *Yeah!*, Luis Calado, um dos

membros de seu conselho deliberativo, assim se pronunciava a seu respeito:

Numa iniciativa de extrema importância para o desenvolvimento do Skate nacional, foi formada no início de março, em São Paulo, a U.B.S. – União Brasileira de Skate. O esforço é consequência de outra realização anterior, a U.S.E. (União de Skatistas e Empresários), uma associação paulista que realizou dois bons eventos no ano passado. Aproveitando essa experiência (e corrigindo as falhas ocorridas), a U.B.S. é um passo decisivo para o reconhecimento do Skate como um esporte junto ao C.N.D. (Conselho Nacional de Desportos) – órgão governamental responsável por essa decisão¹⁴.

Sem dúvida, a ocorrência dessas entidades, como a ABS, a USE e a UBS, todas constituídas em prol da promoção, da manutenção e da profissionalização tanto dos skatistas quanto dos agentes inseridos na organização dos campeonatos, são fatores que apontam claramente para o desenvolvimento do skate como um esporte no país.

Da gratuidade do “surfinho” praticado no início de 1970 à promoção dos campeonatos com grande estrutura, mídia e skatistas profissionais, quanta mudança! E acompanhando essas transformações, no mesmo em que fora criada a União Brasileira de Skate, muitas outras iniciativas foram tomadas neste sentido. Na cidade de Santos/SP, por exemplo, surgiu uma escola de skate anexa a uma pista chamada “Velô Skate

¹⁴ Revista *Yeah!*, n. 9, 1988, p. 25.

Park”. O curso consistia em ensinamentos básicos acerca das técnicas corporais necessárias para a prática do skate em pistas, como o *banks* (bacia) ou o *half-pipe* (“U”). As aulas aconteciam as terças e sextas-feiras, “ministradas pelos atletas profissionais da equipe de competição H. Prol”¹⁵. Não havia idade mínima para a matrícula, mas era obrigatório o uso de equipamentos de proteção, como joelheiras, cotoveleiras e capacete. Em nota divulgada pela revista *Skatin*¹⁶, era informado de que “A formação de praticantes de skate vertical faz parte da campanha desenvolvida pela H. Prol, cujo slogan é ‘Skate é Esporte’, que visa o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desportos do Skate como modalidade esportiva”¹⁷.

E se essa racionalização do lúdico enquanto um princípio norteador da ação de diversos agentes envolvidos e inseridos em organizações burocráticas foi o passo inicial, a espetacularização do skate, ainda na segunda metade dessa mesma década, foi uma de suas consequências.

O que notamos ao analisar os grandes eventos de skate que passaram a ocorrer ao longo da segunda metade da década de 1980 em diante, portanto, é a presença tanto do

¹⁵ Revista *Skatin*, n. 2, 1988, p. 24.

¹⁶ Como exposto em seu editorial de estréia, a revista *Skatin* veio a público em função da grande quantidade de jovens que passaram a praticar o skate no período. De acordo com esse texto: “O skate explodiu! Em todas as direções que você olhe, nas TVs, nas ruas ou até mesmo aí do seu lado, esperando por mais *session*, nunca o skate esteve tão presente como agora”. Revista *Skatin*, n. 1, 1988, p. 7.

¹⁷ Idem, p. 24.

vocabulário esportivo quanto de sua lógica na organização dessa atividade no país. Com a presença desses campeonatos direcionados para o grande público espectador, o skate parecia abandonar cada vez mais a gratuidade das manobras em ruas e ladeiras. Os truques dos skatistas agora valiam dinheiro, e para não os errar nas exibições e campeonatos, eram necessários treinos, equipes e muito preparo físico¹⁸.

Assim, o poder do esporte cumpria bem seu papel de conduzir as manobras dos skatistas para um mundo regrado, organizado e, sobretudo, mercadológico. Certamente, por mais diferente que o skate pudesse ser das demais práticas corporais já tradicionalmente esportivizadas, a presença dessas competições, dos juizes, do sistema de *ranking* e premiações o conduzia para a mesma engrenagem das demais atividades esportivas. Ser um skatista profissional, ter um bom patrocínio, fazer carreira com medalhas, troféus e prêmios tornavam-se elementos importantes para a configuração de um novo imaginário sobre essa atividade. Além da diversão, o skate constituía-se também como um negócio. E se o deslumbre proporcionado pelos voos nas rampas passava a ser acompanhado pelo vislumbre de uma carreira profissional, ser um atleta, e não “somente” um skatista, entrava em pauta quando o que estava em jogo era,

¹⁸ Numa entrevista publicada na revista *Skatin'* com o skatista Sérgio Fortunato de Paula, por exemplo, ele confirmava que, para conseguir boas colocações nos campeonatos, chegava a treinar “seis horas por dia” e, com os patrocínios que recebia, podia dedicar-se exclusivamente à prática do skate vertical. Revista *Skatin'*, n. 1, 1988, p. 14.

como nos diz Foucault, ser uma “espécie de empresa para si mesmo” (2008, p. 310).

Se nosso texto terminasse aqui, talvez concluíssemos sem grandes hesitações que o skate foi uma prática cooptada pelo *poder esportivo*, e que tanto a revista *Yeah!* quanto as revistas *Overall* e *Skatin'*, ao descreverem os grandes eventos de skate, recorriam aos termos já canonizados pela grande mídia esportiva: “performance”, “notas”, “atletas”, “técnicos”, “guerra”, “*ranking*”, “*round*” etc. Sem dúvida, como tentamos demonstrar, essa tendência foi uma faceta importante na história do skate; mas, como veremos a seguir, ela não chegou a unificá-lo em torno de uma identidade sólida e à qual poderíamos chamar de “esportiva”.

Antes de avançarmos para essa questão, cabe enfatizarmos mais uma vez que as representações do skate como um esporte não poderiam ter sido criadas sem essas mídias. Pois a partir da segunda metade da década de 1980, elas não só o documentaram como também se empenharam num movimento pela institucionalização do skate no país; ao mesmo tempo, colaboraram para o avanço na tendência – existente desde o final da década anterior – de torná-lo uma prática comum a muitos e ainda um estilo de vida.

Não temos como negar a existência de um forte movimento – levado a cabo por diversos sujeitos implicados nesta atividade, seja como praticante, seja como empresário ou jornalista – de transformação dessa prática em espetáculo midiático, *show*, lazer de massa, publicidade. Tais aspectos

expressavam o *poder esportivo*, pois sem dúvida a espessura do skate enquanto experiência juvenil, arriscada, vertiginosa e performática passou a ser majorada quando ele se tornou uma vedete midiática, um cativante objeto ao olhar esportivizado, uma moda e um estilo.

Concomitantemente a essa esportivização, entretanto, o skate também tomou outros rumos, constituiu-se junto a outros discursos, práticas e representações. E essas mesmas mídias que o anunciavam como um “esporte” também o retrataram, paradoxalmente, como algo diverso de uma prática esportiva. E embora a busca por sua esportivização – como demonstramos – tenha sido algo evidente, o fato é que uma dança de identidades possíveis conviveu, por vezes, de modo caótico nas páginas dessas *mídias*. Assim, ao mesmo tempo que as revistas de skate existentes durante a década de 1980 escreviam editoriais e demais matérias nas quais se posicionavam claramente em prol do desenvolvimento esportivo do skate, elas próprias, em determinados momentos, colocavam sob suspeita tal associação. Como um exemplo nesse sentido, podemos observar que a revista *Skatin'*, também produzida por “skatistas fissurados neste esporte”¹⁹, ora mostrava-se enfática em sua missão de desenvolver o skate como esporte e ora, titubeante, questionava se o skate era realmente um esporte. Pois, ao passo que lemos,

¹⁹ Revista *Skatin'*, n. 11, 1990, p. 8.

“[...] A *Skatin'* se posiciona como um intermediário: Estimulamos o esporte a crescer, incentivando novos adeptos que, por sua vez, movimentam o mercado. Assim, o esporte cresce e a seqüência continua”²⁰.

Também somos informados que,

“[...] Moda, estilo de vida, esporte ou o quê? Não interessa a definição. Talvez um pouco de tudo isso, mas o mais importante é a conclusão a que podemos chegar de que o skate veio para ficar”²¹.

Se o caminho da esportivização do skate estava sendo pavimentado, certamente tal estrada não era da “mão única”. Pois embora o *poder esportivo* tenha exercido uma influência muito grande sobre os mais diversos elementos da cultura corporal ligados ao skate, funcionando como uma espécie de facho luminoso que ofuscava a existência de outras formas e experiências, seu poder não chegou a ser totalizante ou, em outras palavras, “sem furos”. De fato, como veremos, o skate era uma prática que apresentava plasticidades que ofereciam uma grande disponibilidade para àqueles que dele fizessem uso. Retirá-lo da rua, domesticá-lo e transformá-lo num esporte era a via mais rentável, mas isso não implica dizer, entretanto, que era a única.

²⁰ Idem, p. 8.

²¹ Revista *Skatin'*, n. 1, 1988, p. 7.

A história do skate durante o período analisado não representou somente o “amadurecimento esportivo” desta atividade, pois, junto a esse fator, desenvolveram-se outros modos de praticá-lo. Um deles, surgido em meados da década de 1980, foi o *street skate* – modalidade na qual os skatistas passaram a interagir com escadas, bancos, corrimãos e demais aparelhos urbanos. Sem dúvida, foi a assunção do *street skate* o principal fato que desencadeou o afastamento das regras e normas que, até então, estavam buscando guiar o skate nos rumos de uma esportivização controlada.

Ao promoverem uma disfunção no quadro dos divertimentos esportivos, os praticantes de *street* realizaram uma desordem com as experiências que estavam sendo construídas por intermédio das competições em pistas e demais espaços destinados a essa atividade. Mas, por outro lado, como tão bem escreveram os sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning, se os adeptos somente “seguirem as regras como escravos, eles arriscam-se a perder por falta de imaginação” (1992, p. 234). E imaginação foi certamente o principal ingrediente de uma parcela importante dessa juventude adepta do *street skate*, a qual passou a ler a cidade (seus bancos, buracos, paredes etc) como um grande espaço aberto à criatividade. Afinal, como afirmou o pesquisador Deusdedith Junior, a cidade pode ser metaforizada enquanto texto, e assim lida como o “resultado de composição”, sendo que todo “ato de compor seleciona, distingue, dá forma” (p. 147). Era o início, portanto, da construção do skate não mais

somente como um “esporte radical”, mas também como prática urbana, desviante e *outsider*.

Um exemplo neste sentido pode ser conferido no depoimento do skatista Antônio dos Passos Júnior, ou somente *Thronn*, como ficou mais conhecido entre os skatistas. *Thronn* é apontado por diversas mídias como um dos principais skatistas de rua que movimentou a cena paulistana durante a segunda metade da década de 1980, destacando-se por executar manobras de skate que muitos, na época, nem cogitavam tentar. Segundo ele, o skate podia ser na época dividido em dois segmentos: a) aqueles que praticavam em pistas verticais (as rampas em formato de “U” ou bacias); b) os skatistas de rua, adeptos da modalidade *street skate*. E foi este último, em sua opinião, que por ter se mesclado com o movimento *punk* e ser praticado nas ruas, que acabou sendo o principal elemento que contribuiu para desorganizar essa pretensa identidade esportiva do skate. Segundo suas palavras,

O *street skate* trouxe a marginalização que foi pintada sobre a gente, fomos taxados de vândalos no mundo inteiro. A modalidade surgiu dentro do movimento *punk*, que foi a explosão da revolta musical cuspiendo na cara de toda sociedade hipócrita, estúpida, conservadora e racista. [...] Não acredito que éramos marginais, mas vistos de forma diferente, da mesma forma que os *punks*. Mas eu percebo que o skate [atualmente] está sendo desmarginalizado, principalmente

o *street*, pois o *vertical* nunca sofreu com isso²².

Deste modo, se o “vertical nunca sofreu com isso” e se o *street* e o *punk* foram os principais elementos que complexificaram a *condução* do skate pelo pelas vias politicamente corretas do esporte, há elementos neste universo que nos permitem afirmar que o skate se constituiu, também, como uma prática para além do esporte.

Esse caráter mais transgressivo do skate nas ruas, já em meados da década de 1990, foi muito bem retratado num filme (que chegou a passar nos cinemas brasileiros na época) chamado *Kids* (Oliveira, Brandão, 2021). Além disso, um outro elemento que se tornou muito forte, ao ponto de suplantar a influência do punk, foi a influência do Rap, não apenas enquanto trilha sonora, mas também na indumentária. Neste período, não era raro os grandes canais de comunicação, revistas de grande circulação ou mesmo livros retratarem os skatistas nas ruas não como esportistas, mas sim como membros de uma Tribo Urbana.

Considerações Finais: O skate no século XXI

Toda década é assim. Do meio para o fim, o Skate sobe. Quando completa a dezena, cai de boca. Boom de 75, queda de 80, boom de 86, queda de 90. Agora, não sei se por causa do bug, estamos entrando de sola no 2000.

²² Revista *CemporcentoSKATE*, n. 150, 2010, p. 71.

Ginásio lotado. Fãs. Mídia. Revistas e Programas especializados. Será que a gente aprendeu alguma coisa? (Gonçalves, 2000, p. 95).

Durante os anos iniciais do século XXI, sobretudo a partir dos dois governos Lula, marcados pelo crescimento econômico acoplado a uma importante distribuição da renda, verificou-se um forte fortalecimento do mercado do skate nacional e também das mídias especializadas. Além disso, outros pontos relevantes foram: 1) O skate como uma atividade que transcende as faixas etárias, sendo a categoria *Old School* cada vez mais ativa; 2) Aumento da visibilidade do skate feminino, dado tanto pelo crescimento considerável no número de praticantes mulheres quanto pelo mais elevado nível de suas manobras; 3) Fortalecimento da CBSk; 4) Grandes Campeonatos Internacionais (como *X-Games*, *Street League*, etc); 5) A invenção da Megarampa; 6) A entrada do skate nas Olimpíadas de Tóquio (2020) e sua confirmação para as Olimpíadas de Paris em 2024.

Junto ao “boom” esportivo, entretanto, grupos de skatistas urbanos continuaram a transitar e interpretar a cidade das mais variadas formas. Dentre as muitas *crews* existentes, destaca-se o coletivo Flanantes, oriundo da cidade de São Paulo e empenhado na produção de vídeos de skate desde meados de 2015. O coletivo é capitaneado pelo skatista Murilo Romão (que além de skatista profissional, também atua como comunicador social, videomaker e diretor). O

diferencial dos Flanantes está na produção de vídeos de skate, sendo que seu próprio surgimento está articulado à produção de seu primeiro audiovisual, intitulado “Ser do Centro”, o qual retratou a prática do skate urbano no centro de São Paulo, em especial na Praça Roosevelt, enfatizando os conflitos gerados pela disputa por esse espaço entre skatistas e diversos outros atores sociais, tais como moradores dos arredores, ciclistas, pedestres e transeuntes (Brandão, Machado, 2023, p. 102).

Embora os Flanantes e outros grupos (como o coletivo Cripta, de Brasília) continuem a fazer do skate uma prática para além do esporte, resta saber se essa atividade, cada vez mais capturada pela lógica esportiva, ainda resistirá em algum nível contracultural no decorrer deste século XXI. Por enquanto, neste em específico, chegamos à conclusão que se por um lado muitos agentes envolvidos com o skate (e isso tanto alguns dos próprios skatistas quanto empresários e políticos) buscaram *conduzi-lo* ao *porto seguro* a qual denominamos modernamente de esporte, essa *condução* nunca chegou a ser total, unânime ou linear. Como vimos, para além dos preceitos da competição, essa atividade se constituiu articulada à vivência de uma nova condição juvenil e, também, a uma inusitada e inédita utilização do corpo e dos espaços urbanos.

Finalizamos este capítulo com um depoimento do veterano skatista Cesinha Chaves. As palavras de Cesinha nos ajudam a perceber esse jogo de força identitário que vem

fazendo parte da história dessa atividade. Cesinha é uma das vozes que, na virada do século, levantou-se contra a ideia do skate ser tratado com um esporte e, conseqüentemente, o skatista como um atleta.

Em 1968 fui com minha família para Petrópolis, uma cidade imperial perto do Rio de Janeiro. Na bagagem levei o meu primeiro skate, que fora feito com um patins de rodas de borracha aberto ao meio e parafusado numa tábua reta. Me lembro muito bem quando meu pai me levou num ringue de patinação onde brinquei um tempão com meu skate. E também me recordo dos olhares das pessoas que viam aquilo como uma coisa estranha. Um garoto andando sobre uma tábua com rodinhas. Algo totalmente inusitado e fora de propósito para muitos.

Desde então reparei que o Skate era diferente. E esse foi um dos motivos para eu me amarrar no bicho. “Um lance diferente, só meu”, pensei. Com o passar do tempo vi que o Skate estava formando um mundo novo graças aos seus adeptos que não se cansavam de romper barreiras na busca de novos terrenos e por que não dizer, novas formas de expressão. Veio o uretano, os *skateparks*, as manobras e o Skate sofreu uma expansão atingindo um universo muito maior, que aos poucos foi solidificando-se, tornando-se um “mercado”.

O “sistema” começou a absorver o brinquedo inocente e logo o lado do Skate como esporte começou a ser explorado. O Skate sempre foi algo inovador e principalmente, anárquico, no sentido de não existirem regras para se praticar. Você simplesmente anda [...]

Sempre me senti orgulhoso de fazer parte de uma galera criativa que valorizava a expressão individual e a diversão entre amigos. Acho o máximo a reutilização que fazemos de objetos e estruturas para torná-los fontes de prazer.

[...] Mas o totalitarismo cultural provocado pela globalização foi aos poucos transformando o Skate. A firma de Skate norte-americana *Consolidated* mandou muito bem em um de seus adesivos polêmicos com a frase “Skate não é um esporte”.

Sim! Skate não é um esporte. É muito mais que um esporte! Um estilo de vida, para muitos daqueles que querem dar um basta no excesso de regulamentações, códigos de conduta outras e imposições feitas pela sociedade e ter um controle maior sobre suas próprias ações.

[...] Pra mim, skatista é skatista. Não é atleta. É muuuuuuuuuito mais que isso! Atleta é pouco para se definir um skatista. Como disse no Congresso Brasileiro de Skate, “o skatista não cabe numa caixa de atleta”... Porque muita coisa vai ficar de fora...²³

Enfim, se o *poder esportivo* fez com que o skate se tornasse um esporte, ele não deixou (e ainda não deixa) de se defrontar com seus opositores. Para além do esporte, a prática do skate também pode ser associada à criação. E se com Foucault aprendemos que criar é uma forma de resistência, o skate, nesse viés, não deixa de nos apresentar uma faceta artística e com dimensões políticas. Criar é inventar, dar vazão à rebeldia do não convencional, do

²³ Revista *Tribo Skate*, n. 74, 2001, p. 21.

intempestivo. Criando, muitos skatistas teceram linhas de fuga que obstacularizaram a *condução* efetiva dessa prática pelo *poder esportivo*... Sua estruturação identitária, portanto, não poderia ser outra coisa senão *deslizante!*

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992.

BRANDÃO, Leonardo. *Para Além do Esporte: uma História do Skate no Brasil*. Blumenau: Edifurb, 2014.

BRANDÃO, Leonardo; HONORATO, Tony (org.). *Skate & Skatistas: questões contemporâneas*. Londrina: UEL, 2012.

BRANDÃO, Leonardo. Histórias esquecidas do esporte. In: *Conexões: revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 7, n. 2, maio/agosto de 2009, p. 13 – 23*.

BRANDÃO, Leonardo; MACHADO, Giancarlo. As manifestações da heterotopia: a cidade sob o skate flanante. In: *Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, V. 17, n. 1, 2023, p. 94 – 109*.

BRANDÃO, Leonardo; MACHADO, Giancarlo. A pesquisa sobre skate nos programas de pós-graduação do Brasil: panorama e perspectivas. In: *Recorde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2019, p. 1 – 21*.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHAVES, Cesar. Anos 70. In: BRITO, Eduardo (org.). *A Onda Dura: 3 Décadas de Skate no Brasil*. São Paulo: Parada Inglesa, 2000, p. 13 - 18.

FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado; ALMEIDA, Thais Rodrigues de. Mulheres praticantes de skate e de rugby no Brasil: histórias a serem narradas. In: GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. (org.). *Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 119 – 132.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 – 1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEBARA, Ademir. História do esporte: novas abordagens. In PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo de Figueiredo (orgs.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 05 - 29.

GONÇALVES, Cecília. Eu não era feliz e sabia. In: BRITO, Eduardo (org.). *A Onda Dura: 3 Décadas de Skate no Brasil*. São Paulo: Parada Inglesa, 2000, p. 92 - 95.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Deusdedith. A cidade é um texto: apontamentos para ler a cidade. In Revista *Universitas*, n. 1, vol. 1, 2001, p. 135 – 154.

OLIVEIRA, César Luiz de; BRANDÃO, Leonardo. Um “alerta para o mundo”: gênero e sexualidade juvenil no filme Kids (1995). In: *Cadernos de gênero e diversidade*. V.7, n. 1, 2021, p. 23 – 44.

POCIELLO, Christian. Os desafios da leveza: as práticas corporais em mutação. In SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. (org^a). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1995, p. 115 - 120.

SOARES, Carmen Lúcia. Práticas corporais: invenção de pedagogias? In SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (orgs.). *Práticas corporais*. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, 2005, p. 43 – 63.

JUVENTUDES NA CIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA COM O MOVIMENTO HIP HOP EM JUIZ DE FORA¹

Clarice Cassab

Partiu ocupar a cidade! É desta maneira que jovens nos convidam a acompanhá-los em seu movimento de ocupação e apropriação do vão de um viaduto na região central da cidade mineira de Juiz de Fora. Através deste chamado, jovens organizados no coletivo “Espaço Hip Hop” iniciaram um movimento que tem mudado a cara de um pedaço da cidade ao atrair centenas de jovens, vindos de diferentes pontos da cidade, para ocuparem o viaduto em dias de eventos organizados pelo coletivo.

Ocupar é verbo transitivo indireto. É “estar na posse de; exercer”, mas é também “preencher (um espaço); encontrar-se em”. Ocupar é “preencher um espaço de lugar e de tempo”. Através deste convite, jovens reunidos no coletivo “Espaço Hip Hop” têm movimentado centenas de jovens de diferentes pontos da cidade para tomar posse do vão do viaduto, exercer

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa “Do ‘espaço-morto’ a produção do lugar? Juventudes, planejamento e outros usos da cidade”, desenvolvida no NuGea/UFJF e financiada pela FAPEMIG. Agradecemos à FAPEMIG pelo apoio e sobretudo aos jovens que, com sua cultura, ocupam o baixio do viaduto Hélio Fadel, trazendo vida e alegria a nossa cidade.

ali suas práticas, encontrando-se e preenchendo o espaço com seus corpos, sua música, suas danças, seus estilos, sua presença e vida. Fazem isso dançando, batalhando, desenhando, rimando, conversando, negociando, disputando aquele fragmento e a própria cidade.

Nosso objetivo neste capítulo é apresentá-lo de forma que possamos pensar como suas práticas socioespaciais têm modificado o espaço e transformando um “espaço-morto” da cidade em lugar da juventude².

Iniciamos a discussão apresentando a nossa compreensão sobre juventude. Categoria socialmente construída, ela pode ser entendida como momento fundamental no processo de constituição do sujeito, em que ganha particular importância a produção de sociabilidades secundárias que os colocam, pela primeira vez, em relação mais intensa com o outro e com o mundo. Neste aspecto, a juventude implica a vivência e realização de um conjunto de experiências, sobretudo as que se dão no âmbito público, que instigam os jovens a criarem “vínculos sociais e territoriais a partir de diferentes lugares que ocupam no mundo e de suas distintas experiências” (Cassab, 2023, p. 147).

A idade, portanto, não é um marcador meramente biológico que remete a fases ou mudanças que incidem sobre os corpos dos sujeitos. Ela é, sobretudo, marcador social que indica a existência de diferenças e desigualdades na produção das experiências que conformam os sujeitos como

² Parte deste trabalho será apresentada no XVIII Simpurb, 2024.

sujeitos sociais. Implica, conseqüentemente, o reconhecimento da diversidade destas experiências e das oportunidades de sua produção e vivência dadas pelos múltiplos condicionantes que figuram a vida social.

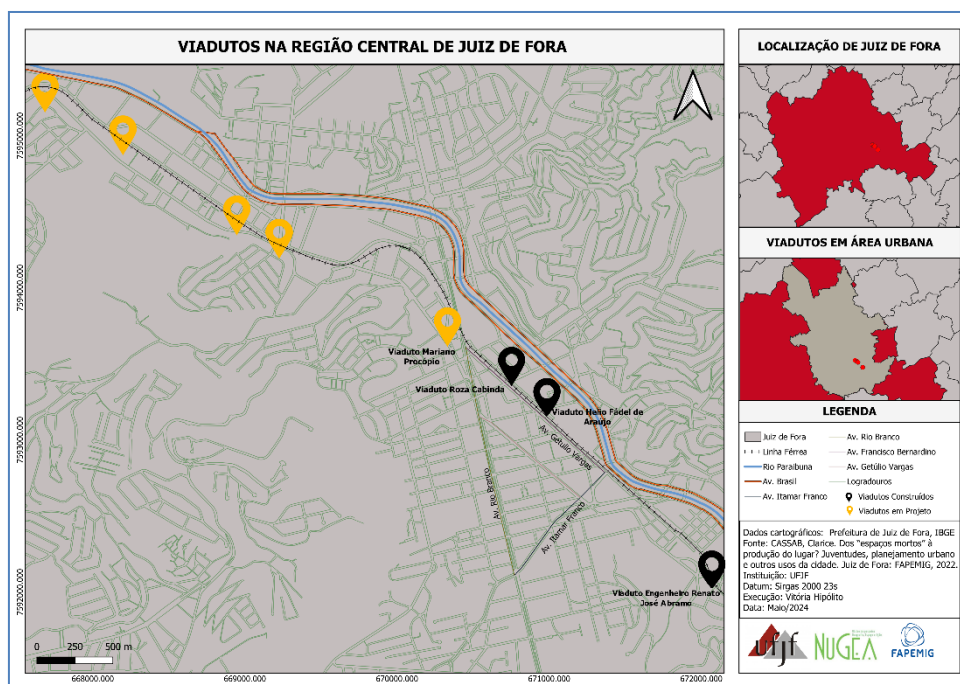
A juventude se desenha como experiência social e espacial e o jovem como sujeito concreto, que a vivencia de modos diferentes, distintos e desiguais, de acordo com a multiplicidade de condicionantes sociais, como classe, gênero, sexualidade, idade, raça, cor, território e tantos outros. É assim que afirmamos a juventude como múltipla e plural, sem, no entanto, perder de vista que as formas de vivê-la são condicionadas pelo contexto temporal-espacial que dá a singularidade da juventude uma dimensão particular. Há várias juventudes também é verdade que elas precisam ser apreendidas e compreendidas nos contextos históricos e concretos em que os jovens as vivem. São estes que nos possibilitam reconhecê-los como sujeitos que vivem e compartilham experiências comuns, que dão a particularidade na singularidade da experiência juvenil.

Na pesquisa que origina este capítulo, nos interessava entender as marcas e grafias que jovens deixam na paisagem da cidade, de maneira que possamos capturar suas práticas socioespaciais. Tais jovens, em suas singularidades, partilham contextos que lhes conferem certa particularidade e, portanto, experiências comuns.

São sobretudo jovens pretos e pardos, de periferias da cidade e que vivem e produzem a cultura Hip Hop em Juiz de

Fora. Ao se apropriarem do vão de um viaduto central, reivindicam outros usos da cidade e constroem um lugar para usufruírem de sua juventude também como experiência espacial.

O viaduto em questão é parte de um projeto viário composto por oito viadutos sobre a linha do trem que cruza a cidade, conforme pode ser observado no mapa 1.



Mapa 1 – Localização dos viadutos da parceria MRV, PJF e DNITT

Frutos de uma parceria entre a empresa de logística MRS, o DNITT e a Prefeitura de Juiz de Fora, dos oito previstos até o momento, três já se encontram concluídos e inaugurados, com o restante ainda em projeto. A justificativa para sua implantação é a melhoria para o fluxo viário, promovendo um convívio melhor entre a ferrovia e o trânsito de veículos motores da cidade. Nas palavras da então prefeita

da cidade, registrada em entrevista para matéria do site da MRS (2024):

Estas obras configuram uma oportunidade magnífica para qualificar a urbanidade de Juiz de Fora, resolvendo as consequências negativas trazidas pelos cruzamentos rodoferroviários. O que o diálogo e parceria com a MRS têm assegurado é promover um adequado ordenamento urbano nesses locais, ao mesmo tempo em que resolvemos muitos dos gargalos no trânsito da cidade.

Embora mencione a urbanidade como elemento a ser qualificado, sua fala dá destaque à dimensão da garantia do fluxo de veículos, indicando a estreita proximidade destas intervenções a uma concepção de ordenamento e planejamento urbanos que tem como premissa a lógica econômica de (re)produção da cidade, de maneira que a mercadoria possa ser produzida e distribuída no tempo adequado à reprodução do capital. A circulação e troca, fases decisivas na reprodução do capital, se realiza na cidade, reunindo, através dos fluxos, os fragmentos do espaço urbano. Nesta perspectiva, viadutos são grandes intervenções viárias e urbanas que pretendem ampliar o tempo da circulação e, deste modo, da própria produção do capital.

Circulação e troca, deste modo, são objetos da preocupação de gestores e planejadores urbanos. A cidade funcional, portanto, é aquela que dá plenas condições materiais e políticas para que essa circulação possa ocorrer. Cassab e Souza (2022, p. 313) lembram que:

Para que o capital se realize da forma mais lucrativa possível, as dimensões territoriais de sua reprodução exigem conexão rápida e eficiente dos lugares da cidade voltados para a produção, circulação e consumo. É nesse sentido, portanto, que a circulação é uma condição para a realização do valor de troca do espaço, pois viabiliza os fluxos de pessoas, bens e mercadorias nas cidades, e por isso ganha status de infraestrutura.

O ordenamento e planejamento da cidade se orientam no esforço de reduzir o tempo de deslocamento pela ampliação da velocidade e da intensidade dos fluxos. Atendem e realizam os processos de reprodução econômica da vida, através da ação e das intencionalidades de sujeitos cujas ações promovem a divisão socioespacial do trabalho, a hierarquização dos lugares e a fragmentação do espaço.

A reprodução do espaço urbano como mercadoria alcança a esferas da reprodução da vida, dominando o cotidiano e interferindo na forma pela qual nos relacionamos com e no espaço. A cidade exteriorizada, estranha a seus habitantes, é produto e produtora de desigualdades socioespaciais. Esta cidade desigual é marcada por significativos contrastes e aparente desordem.

Assim, por exemplo, ao mesmo tempo que estimula o consumo de transportes individuais e automotores, engarrafamentos e congestionamentos obstaculizam a circulação e a troca, produzindo um “problema” a ser

solucionado por gestores e planejadores. Sobre estes problemas, resultado dos processos desiguais e contraditórios de produção da cidade, se debruçam urbanistas e planejadores, buscando dar ordem ao aparente caos urbano. Essa busca se assenta na premissa de que a desordem urbana, a falta de planejamento e a má gestão seriam os motivadores dos problemas urbanos.

Tal concepção de urbanismo, dirá Lefebvre (1991), concebe o espaço como uma abstração, pois ele é esvaziado de seu conteúdo social, das contradições, conflitos e potência que o definem, gerando um urbanismo em que tudo é possível de ser previsto, controlado e organizado, já que os sujeitos e suas ações são colocados para fora do espaço.

Sobre essa perspectiva são elaborados os melhores e mais adequados planos. Os zoneamentos mais corretos, a melhor gestão possível. São formuladas e reformuladas leis. (Re)organiza-se o espaço, de acordo com Lefebvre (1991), em uma dimensão abstrata e plano do concebido, dirá Lefebvre (1991).

É sob esta lógica que os viadutos são celebrados como soluções aos problemas da circulação urbana. Construídos como grande conquista para a garantia da circulação, eles rasgam a paisagem, produzindo impactos físicos e sociais, influenciando os usos e percepções do espaço urbano. Sua presença enfeia a cidade ao promover barreiras sonoras, visuais, de luminosidade e de circulação por onde atravessam. Desorganizam o lugar, impactando o comércio e

serviços, a sensação de segurança, o preço do solo e da construção, as sociabilidades e usos pretéritos a sua construção. São pensados e construídos a partir de uma diretriz que privilegia a escala fragmentada da cidade, reforçando seu não-uso, a não-presença nos espaços e a produção de “espaços-mortos”.

Chamamos “espaços-mortos” locais que muitas vezes resultam de verticalidades desorganizadoras do lugar produtoras de “refugos”, que são percebidos como vazios sujos e perigosos na cidade. Muitas vezes, são espaços que resultaram da construção de grandes fixos destinados à circulação, como, por exemplo, as áreas embaixo de viadutos, as margens de grandes avenidas, entre outros. Esses espaços são o produto da lógica de valorização da escala fragmentada da cidade e da reprodução econômica da vida em seu esforço de ampliar a velocidade, reduzindo o tempo de circulação e eliminando o tempo da permanência, da troca e da coexistência na cidade.

Pádua (2018, p. 48) chama atenção para o fato de que

A cidade e seus lugares são, de forma cada vez mais naturalizada, perpassados pelo movimento de uma modernização inexorável do espaço e das relações sociais. Tal processo é expresso no arrasamento de formas e conteúdos de outros tempos e no avanço de determinadas formas de uso do espaço, mediadas não mais fundamentalmente pelas necessidades da reprodução da vida dos moradores da cidade,

mas pelas necessidades da reprodução econômica que cada vez mais dominam e totalizam a reprodução da vida.

Podemos considerar que grandes obras viárias atendem às necessidades da reprodução econômica, garantindo a circulação e incidindo diretamente nas formas e usos do espaço, especialmente em seu entorno. Isso porque a implantação de grandes fixos, como viadutos, demanda vasta quantidade de solo urbano, desestrutura as relações de vizinhança existentes e impede ou dificulta a vida viva na cidade ao gerar um vazio na paisagem e tornar o espaço inóspito para outras atividades que valorizem o uso, a mobilidade e a permanência na cidade. Daí a ideia dos “espaços-mortos”. Espaços sem-vida-urbana, não-convidativos e sem significado aos que habitam a cidade. São produzidos por verticalidades que atendem a necessidade da circulação de veículos, mercadorias, força de trabalho e consumidores e reforçam a produção de uma cidade fragmentada. São, portanto, espaços de privação da vida social.

É nesta perspectiva que podemos pensar a construção de oito viadutos em Juiz de Fora. Contudo, se o viaduto atende a circulação, garantindo a reprodução do capital e da produção de uma cidade fragmentada, os jovens, ao ocuparem seu vão com arte e cultura através do Hip Hop (DJ, *Breaking*, *Rap*, Grafite e Conhecimento), dão outros usos ao viaduto, indicando que nem tudo é dominação, mas que há

abertura para apropriação a partir de práticas socioespaciais que evidenciam as contradições inerentes ao processo de produção da cidade desigual e revelam os outros sujeitos e suas intencionalidades.

Em nosso trabalho, nos interessam as práticas socioespaciais de jovens que promoveram a ocupação do baixio do viaduto Arquiteto Hélio Fadel, construído próximo ao polígono central da cidade e ligando a região Leste ao centro de Juiz de Fora. São práticas cuja intencionalidade é atravessada pela experiência das juventudes e realizadas por jovens que vivem a juventude como uma experiência espacial. São aquelas “adensadas de espacialidades” (Souza, 2010), pois têm o espaço como elemento constituinte na medida em que são condicionadas e produtoras do espaço e que produzem um espaço cuja lógica de organização e uso é a aquela dada pela própria juventude.

É o conceito de prática socioespacial que nos possibilitará apreender as relações sociais e o espaço a partir da ação destes jovens, porque é preciso pensarmos as relações sociais considerando o espaço, os sujeitos e as relações que eles têm entre si. Ou seja, esse conceito permite o entendimento das formas como é produzido e vivido o espaço e dos tensionamentos e conflitos que se dão neste movimento. Souza (2013) dirá que as “práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a lugaridade) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de

expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados” (Souza, 2013, p. 241).

Deste modo, a prática espacial implica reconhecer a existência de sujeitos que engendram uma ação que se realiza no/pelo espaço e a partir de determinada intencionalidade. Ela possibilita capturar no plano da práxis os “conteúdos propriamente sociais da produção do espaço, reunindo nessa noção mais ampla as relações sociais produtoras e o espaço social produzido em seu movimento, em seu uso” (Pádua, 2018, p. 41). Identificar o sujeito que realiza a prática e sua intencionalidade é condição para o entendimento dos desdobramentos da ação com e no espaço. Além disso, implica também reconhecer que embora todas as práticas espaciais sejam sociais, conforme alerta Souza (2010), algumas são mais “densas de espacialidades” do que outras. Estas são aquelas cujas ações estão repletas da dimensão espacial da sociedade, de maneira que o espaço é um elemento constituinte da ação do sujeito (Souza, 2013).

Spósito (2017) denomina as escolhas espaciais dos habitantes comuns da cidade de “práticas espaciais”, enquanto aquelas escolhas espaciais feitas pelas empresas são chamadas pela autora de “lógica econômica”. Segundo a autora, as práticas espaciais se distinguem por estarem diretamente associadas ao cotidiano e à escala local, sendo mais orientadas por fatores culturais, políticos e sociais, ao contrário da lógica econômica, sustentada na dimensão técnico-científica que orienta a ação no sentido da

racionalidade econômica e da produção do valor. No entanto, é fundamental compreender que as práticas socioespaciais se realizam sobre determinadas condições materiais e subjetivas, sendo, deste modo, atravessadas pelas condições concretas de realização da vida dos sujeitos. Isso significa que as práticas socioespaciais são submetidas à lógica econômica, que produz o espaço como mercadoria.

Contudo, elas também revelam outros usos do espaço, dados especialmente pela sua apropriação feita pelos sujeitos não hegemônicos. Usos e conteúdos que contornam a lógica da acumulação do capital e se materializam em práticas socioespaciais criativas e inventivas que ressignificam o espaço. Deste modo, reconhecer essa imbricação significa tanto considerar os processos contraditórios e desiguais de produção do espaço, bem como a possibilidade que sujeitos não hegemônicos têm de produzirem e se apropriarem do espaço a partir de intencionalidades divergentes daquelas representadas pela lógica econômica.

Para Pádua (2018), a prática socioespacial, entendida como *práxis*, embora subsumida a processos totalizadores engendrados pela reprodução social capitalista, não se reduz a eles. Ao contrário, como reprodução do humano, é aberta ao novo, ao contraditório e ao outro e acontece no/como espaço da vida. Nesse sentido, “a prática se realiza como reprodução (repetitivo) e como o novo (criativo, irreduzível à condição humana), o possível no real, no presente/futuro, como contradição” (Pádua, 2018, p. 37). É no cotidiano, no

nível da realização da vida, que esse novo se mostra como potência criativa, revelando também as contradições produzidas pela lógica fragmentada de produção da cidade.

Souza (2013) também reconhece a existência de práticas socioespaciais que confrontam a lógica econômica, denominadas por ele de práticas espaciais insurgentes. Assim como Pádua (2018), ainda que por outro percurso teórico, o autor dirá que estas remetem a ideia de *práxis*, ou seja, a uma ação que se direciona a transformação política da realidade. Em um esforço de configurar sua tipologia, propõe seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, dentre as quais aquelas que produzem uma ressignificação de lugares, em que

a imagem dos lugares é, muitas vezes, disputada entre diferentes agentes. Nessas circunstâncias, a cultura, o simbolismo e o discurso aparecem na qualidade de ‘campos de batalha’, em que visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas entram em confronto (Souza, 2013, p. 253).

Entendemos que a disputa pelo espaço do vão do viaduto Hélio Fadel por parte do coletivo de jovens Space Hip Hop se expressa como uma prática socioespacial que, no cotidiano, tem buscado ressignificar o espaço através de usos criativos da cidade e tendo a cultura Hip Hop como motor.

Dezoito dias após sua inauguração, em 19 de dezembro de 2021, ocorreu o primeiro evento organizado pelo “Espaço Hip Hop”, contando com discotecagem, *cypher all style*,

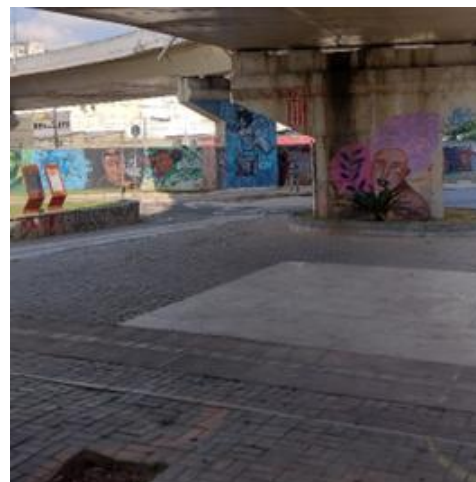
batalha de Mc, microfone aberto e grafite. A partir deste, mais 15 outros ocorreram no período de 2021 a 2024, reunindo atrações de Juiz de Fora e região e colocando de vez o viaduto no cenário Hip Hop da cidade.

Ocupar o vão também significava grafar a presença da cultura Hip Hop e da própria juventude no espaço. Para isso, dois importantes movimentos foram feitos. Um foi a inscrição de marcadores territoriais dadas pela grafiteagem, em que, organizados em um coletivo, 15 jovens deram início à ocupação do baixio do viaduto Hélio Fadel antes mesmo de sua inauguração através do grafite, um dos cinco elementos da cultura Hip Hop e um importante marcador territorial da presença da juventude naquele lugar. Em 31 de novembro de 2021, quase um mês antes da abertura oficial do viaduto, conhecidos artistas/grafiteiros da cidade iniciaram o movimento de ocupação, ressignificação e reivindicação do local, desenhando os primeiros grafites nas pilastras sob o viaduto, sendo uma delas na área que se tornaria o palco principal. Ao grafitarem as três pilastras que sustentam o vão, os jovens iniciaram o processo de ocupação, deixando suas marcas e publicizando sua intenção de fazer daquele um lugar da juventude Hip Hop.

O segundo movimento refere-se ao rearranjo dos objetos espaciais dispostos no vão. Para isso, ao se organizarem no coletivo "Espaço Hip Hop", os jovens desenharam um projeto de ocupação e uso do vão do viaduto com a apresentação de uma proposta de alterações no vão e nos usos inicialmente

propostos pelo plano do município – que previa um uso comercial através da instalação de *foodtrucks*. Assim, reorganizaram o arranjo dos objetos espaciais que compõem aquele espaço pela concepção e elaboração de um projeto de sua adequação às necessidades das 4 intervenções artísticas do Hip Hop.

Através de negociações com o poder público e com recurso conseguido com ementa de uma vereadora da cidade, foram realizadas obras no local. Nota-se, portanto, que eles assumem a direção da ação de planejar e organizar o espaço de acordo com suas práticas socioespaciais. Assim, foi retirado a terra e grama de parte da área do palco, substituindo esses elementos por blocos de cimento para que as pick-ups pudessem ser alojadas. O assoalho também foi alterado, de forma a nivelar o chão e criar a pista de dança (figuras 1 e 2)



Figuras 1 e 2 – Visualização do palco e da pista de dança após intervenção e conforme plano apresentado pelo coletivo Espaço Hip Hop

A elaboração e proposição da adequação dos objetos espaciais que compõem o lugar de realização de suas práticas socioespaciais superam aquelas que pensam e organizam o espaço como um abstrato. É o espaço vivido, apropriado, o ponto de partida e de chegada, em que os objetos são adequados e ressignificados em razão dos usos dados a eles pelos jovens. Um uso diretamente ligado à juventude e às suas práticas relacionadas à cultura, ao lazer e ao encontro.

Entendemos que tanto os grafites quanto o rearranjo em função da adequação aos usos ligados ao Hip Hop são marcadores territoriais que afirmam a existência daquele como um lugar apropriado e vivido pela juventude. Marcadores territoriais são registros no espaço da presença de sujeitos territorializados, observáveis na paisagem, indicando ações e intencionalidades. É deste modo que, mesmo em dias ordinários, em que não há evento e o baixio do viaduto é ocupado por outros usos, notamos as grafias da juventude e do Hip Hop no local, indicando que aquele é um território pertencente e disputado por aquele grupo.

Dialogando com o conceito de lugar de Santos (1996), podemos pensar que a ocupação do Hélio Fadel aponta para a necessidade de espaços para a juventude, mas sobretudo nos diz o quanto ela própria é capaz de ocupar, planejar, organizar e gerir seus próprios espaços em suas diversidades e diferenças, transformando o viaduto em lugar, lócus de relações, de conflitos e negociações. Lá, muitas histórias se encontram e as horizontalidades se realizam, sendo lócus de

resistência, onde iniciativas socioespaciais não hegemônicas podem vislumbrar um projeto político e outros usos da cidade, pois também é no lugar onde ocorre a convivência e a interação, potencializando o surgimento de distintas solidariedades e interdependências.

Ao transformar o vão em local de encontro, pensado, organizado, cuidado e gestado por eles, estes jovens transformam o viaduto em lugar e coloca em tensão e diálogo as distintas, diferentes e desiguais lógicas de produção e uso da cidade, nas múltiplas escalas de realização da vida, evidenciando a possibilidade de outras formas de concebê-la, experimentá-la e vivê-la.

Através de suas práticas, eles confrontam e contornam, na escala do cotidiano, a hostilidade existente nos espaços-mortos diariamente produzidos na cidade. A todo o momento, disputam o direito à sua visibilidade e permanência na cidade. Reivindicam sua condição de sujeito produtor de ação e, portanto, do espaço. Negociam sua existência com o poder público, com os agentes imobiliários, com os demais habitantes da cidade. É dessa forma que podemos dizer que, tanto para os jovens que compõem o coletivo quanto para aqueles se deslocam de diferentes pontos da cidade para ocuparem o baixio do viaduto nos dias de evento e festa, há um adensamento de sua juventude. No lugar por eles construído, ampliam suas experiências com o outro e com a cidade. Criam e recriam a cidade a partir dos códigos que conformam o sentido de ser jovem e a experiência juvenil

tornando sua juventude uma experiência densa de espacialidade.

Para Pádua (2018),

A investigação dos elementos da prática socioespacial pode indicar, no interior das fragmentações, possibilidades reais de superação do repetitivo, dos constrangimentos, das cisões e vislumbrar o novo, aquilo que recoloca o habitar como fundamento e o direito à cidade como horizonte possível de vida urbana (Pádua, 2018, p. 46)

Desse modo, a investigação das práticas socioespaciais produtoras dos novos usos do viaduto apontou para a existência de três dimensões. A primeira é a possibilidade do encontro, do estar com o outro e, neste contexto, sentir-se pertencente a um lugar, inclusive numa perspectiva racial. Dirão o quanto o “Espaço Hip Hop” e seus eventos tornou-se um “lugar que agrupa pessoas negras, valorizando-as e também suas culturas, através do Hip Hop” e enfatizam o quanto se “sente muito bem no Espaço Hip Hop, já que não tem acesso a espaços que tem um número muito grande de pessoas pretas. Este lugar se tornou uma referência”³. Nossos interlocutores apontam o quanto a possibilidade de estarem juntos, cantando, dançando, grafitando, conversando implica a construção de um lugar de pertencimento, visibilidade e

³ Todos os depoimentos foram recolhidos durante os trabalhos de campo, ocorridos em dias de eventos, ao longo de 2022 e 2024, e registrados nos diários de campo das pesquisadoras.

reconhecimento, mas também de denúncia do racismo inscrito no espaço.

Para Araújo (2023, p. 380), aqueles que vivenciam a cultura Hip Hop são testemunhos das violências raciais e têm nele um espaço de denúncia das desigualdades econômicas e socioespaciais. Através de suas intervenções artísticas, o racismo presente na sociedade e assentado no espaço urbano é verbalizado e publicizado, tornando a cultura Hip Hop “um instrumento de combate à inscrição espacial do racismo nas cidades brasileiras”.

A segunda dimensão que aparece em nossas conversas com os jovens é o quanto a ocupação do viaduto central e sua incorporação na cena Hip Hop da cidade é capaz de subverter a lógica econômica que valoriza a circulação em detrimento das permanências e do tempo lento, assim como os processos de fragmentação.

Os eventos no baixio vão “na contramão da lógica da cidade e do centro, sendo um espaço para vir e ficar, quem vem e fica assume não só o estar mas também um propósito de ocupação e reivindicação”. É a cultura da periferia ocupando o centro, destacam os jovens. Ocupação que permite sua visibilidade e dos seus sujeitos. Para muitos dos jovens com quem conversamos, “evento no viaduto é uma das primeiras vezes que o rap tem espaço no centro da cidade” sendo “necessário para o desenvolvimento das culturas de periferia no Centro”.

Estar no centro significa, para estes jovens, ser visto. Resposta ao convite feito de ocupar a cidade. É a tomada da cidade pela “manifestação da existência de uma juventude que contorna as forças de contenção territorial e espraia-se em direção aos espaços tradicionalmente embranquecidos e considerados de visibilidade da cidade” (Cassab et al., 2024, p. 36).

Seus depoimentos sublinham o quanto práticas socioespaciais que transformaram um espaço-morto em lugar cheio de vida, criatividade e inventividade pode desafiar, no plano do cotidiano, a lógica fragmentadora da cidade. Fazem isso, inclusive, trazendo para a cena o direito de viver a cidade como encontro, como festa e como beleza. Espaço de fruição e de realização da vida.

Então, partiu ocupar a cidade?

Referências bibliográficas

CASSAB, Clarice et al. A juventude ocupa a cidade: o “espaço hip hop” e a produção de novos sentidos para a cidade. In: Seminário Brasileiro de Pesquisa com Juventudes na Geografia, I, 2024. **Anais...** Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2024.

CASSAB, Clarice. Pensando juventudes e cidade a partir da experiência de jovens cotistas. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (Org.). Geografia das Juventudes. 1. ed. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023, v. 1, p.77-107.

CASSAB, Clarice; SOUZA, Lilian Aparecida. Por onde os caminhos nos levam: localização, mobilidade e uso da cidade por moradores de um conjunto habitacional do MCMV em Juiz de Fora – MG. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16, 2019, Vitória. **Anais...** Vitória: Editora Milfontes, 2019.

DE OLIVEIRA, Denilson Araújo. Trajetórias do Hip Hop e da questão racial brasileira: alguns apontamentos. **Laje**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 378–419, 2023.

LEFEVBRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Trad. de Eduardo Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

PADUA, Rafael Faleiros de. Pensando a noção de prática socioespacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 35-52.

PJF e MRS assinam protocolo de intenções para obras de mobilidade. Blog MRS, 26 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.mrs.com.br/post-blog-mrs/pjf-e-mrs-assinam-protocolo-de-intencoes-para-obras-de-mobilidade/>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, p. 13-47, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Práticas espaciais e reestruturação em cidades médias. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célio. **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 627-677.

SKATE NA RUA: A CIDADINIDADE EM QUESTÃO¹

Giancarlo Marques Carraro Machado

Introdução

A inserção dos skatistas na cidade de São Paulo é notadamente marcada pela coexistência de negociações, intervenções, disputas e conflitos. A modalidade skate de rua, foco do presente estudo, exprime uma experiência rítmica e fugaz em toda sorte de espaços, um ziguezagueante flunar pelas superfícies do urbano que revela a plasticidade de corpos em interação com equipamentos dos mais variados tamanhos, inclinações e texturas. É pelos *picos* – termo nativo que designa equipamentos urbanos (bancos, escadas, corrimãos etc.) que se tornam obstáculos para realização das

¹ Este capítulo é derivado da tese de doutorado “A cidade dos *picos*: a prática do skate e os desafios da cidadinidade”, defendida em 2017 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), sob a orientação do Prof. Dr. José Guilherme Magnani. A pesquisa fora financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2012/23331-0. O capítulo constitui uma versão resumida do artigo “Os enquadramentos da cidadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo”, publicado em 2021 na Revista de Antropologia da USP.

manobras – que os skatistas fazem seus *rolês*², se apropriam da cidade e se sentem estrangeiros (Simmel, 1983) em seus próprios contextos³. É pela possibilidade de encontrá-los inesperadamente que eles estão a filtrar tudo aquilo que observam em seus cotidianos.

Se por um lado tais atitudes aprazem os praticantes, por outro elas contrastam com os dissabores que acarretam na rotina conturbada da capital paulista: a prática do skate de rua é intrusiva, produz barulho, traz danos a propriedades e, não obstante, põe em risco a integridade física de pedestres. Malgrado esses aspectos que a associam a algo marginal, os skatistas – homens, jovens, oriundos de classes populares e médias em sua maioria –, quando em ação também colocam em xeque determinados ordenamentos esperados por planejadores urbanos. À vista disso é possível considerar que as suas manobras, bem como as suas circulações, repolitizam o cotidiano de uma cidade muitas vezes caracterizada pela sua mercantilização: elas testam a

² A noção de *rolê* revela uma circulação cidadina guiada por uma série de perspectivas. Ela é muito evidente no cotidiano juvenil paulistano, sendo recorrentemente utilizada para designar formas de mobilidades características de certos universos pautados por ordens de consumo (*rolezinhos* em shopping Center), por cenas artísticas (grafite e pichação), musicais (funk ostentação, rap, punk etc.), dentre tantas outras. No caso do skate, os *rolês* são motivados por aquilo que chamei em uma pesquisa precedente de *olhar skatista* (Machado, 2011), expressão que reverbera a percepção que os praticantes possuem dos espaços e equipamentos urbanos.

³ De acordo com Simmel (1983), a mobilidade pelos espaços urbanos permite as pessoas experimentarem tudo por meio de diversas sensações que proporcionam certo estranhamento que as condicionam se sentirem estrangeiras em suas próprias cidades.

vigilância de seus espaços, dão visibilidade a diferentes formas de segregação, subvertem normas de acessibilidade, esquivam-se de aparatos de controle, deixam, pois, em suspensão as fronteiras entre os centros e as periferias. Assim sendo, concordo com a antropóloga Teresa Caldeira (2012, p. 63) quando, ao analisar as ações de skatistas paulistanos, assevera que a “interferência no espaço público e circulação pela cidade estão reconfigurando o espaço público e afirmando a presença ativa desses grupos de jovens na São Paulo contemporânea”.

Mas também é importante considerar que, embora revele o potencial cidadão da metrópole, a presença dos jovens nos espaços urbanos – a depender do tempo e do local que ocupam, de suas motivações e sobretudo de seus respectivos marcadores sociais de diferenças (classe, gênero, raça etc.) – nem sempre é tolerada. Isto traz à tona eventuais criminalizações de suas práticas, além de dar margem para a proliferação de discursos que os tratam na condição de delinquentes. Deste modo, ao disputarem os espaços urbanos, os skatistas e muitos outros cidadãos tornam-se, via de regra, sujeitos indesejáveis em virtude das apropriações audaciosas e descontroladas que fazem da dimensão física da cidade.

A prática desenfreada do skate de rua historicamente tem sido considerada um problema para as governanças urbanas paulistanas. Muito já se tentou para reduzir os conflitos que ela acarreta no cotidiano da cidade de São

Paulo, desde a sua proibição pelo então prefeito Jânio Quadros, em 1988, até a criação de projetos de lei e frentes parlamentares a fim de regulamentar a sua propagação.⁴ Contudo, para delimitá-la em áreas reservadas, as medidas mais recorrentes por parte da prefeitura, por meio de diversas gestões, têm sido a construção de pistas de skate, as quais podem ser encontradas em todas as regiões da cidade, e o incentivo à frente esportivizada do skate.⁵ Na visão de alguns agentes políticos, conforme já demonstrei em pesquisas precedentes (Machado, 2014; 2017), tais medidas representam uma boa solução diante as intensas disputas pelos usos de equipamentos urbanos, afinal, a partir delas os skatistas teriam espaços reservados e adequados para o treinamento de suas manobras, não sendo necessário, pois, a utilização das ruas. Trata-se de uma tentativa de esportivização da cidadinidade, isto é, uma forma de adestrá-los espacial, corporal e moralmente a fim de modular como os skatistas se inserem na cidade e a maneira como interagem com ela.

⁴ Para mais detalhes sobre as proibições do skate em São Paulo, ver Brandão (2014) e Machado (2017). Sobre as frentes parlamentares, em nível municipal e estadual, em defesa do skate, ver Machado (2017).

⁵ De acordo com Brandão (2014, p. 45), há uma frente do skate que trilhou “os caminhos de uma esportivização, o que posteriormente resultou na organização de campeonatos, pistas específicas para esta prática e o surgimento de fábricas especializadas na produção e comercialização de skates e demais produtos que a ele passaram a ser associados, como roupas e equipamentos de proteção”. O principal exemplo de tal rumo é a inclusão do skate como modalidade olímpica nas Olimpíadas de Tóquio, em 2021.

Embora haja um notável incentivo à prática esportiva do skate em pistas, os skatistas, sobretudo os praticantes da modalidade skate de rua, nem sempre as utilizam. O que é mais valorizado no universo de tal modalidade não é o confinamento da sociabilidade em um dado espaço tido como artificial, que apenas simula obstáculos encontrados nas ruas⁶, tampouco o mero treinamento de habilidades corporais, mas a circulação e a apropriação criativa de *picos* originais encontrados inesperadamente pela cidade. Assim, as lógicas dos skatistas possuem certos distanciamentos em relação àquelas que têm sido fomentadas por múltiplos agentes do poder público municipal. Enquanto os últimos priorizaram, ao longo do tempo, a construção de pistas e a promoção de eventos em bairros periféricos, para os primeiros, ao contrário, muitas das experiências socialmente almejadas e compartilhadas decorrem em equipamentos urbanos situados nas centralidades de São Paulo.⁷

Há uma cidadinidade propagada entre os skatistas que considera a vivência de experiências urbanas (*rolês*, busca por *picos*, sociabilidades, conflitos, subversão dos usos dos espaços e equipamentos, exercício da alteridade etc.) uma virtude a ser seguida. Isto posto, ao levar em consideração o

⁶ Muitos obstáculos disponíveis em pistas de skate simulam equipamentos urbanos encontrados nas ruas pelos skatistas, como escadas, corrimãos, bancos, quinas etc. As pistas de skate geralmente eram consideradas pelos interlocutores, praticantes da modalidade skate de rua, como “ruas artificiais”.

⁷ Para reflexões detidas sobre as implicações dos desdobramentos das centralidades paulistanas, vide Frúgoli Jr. (2000).

cotidiano dos adeptos do skate de rua, o objetivo deste capítulo é problematizar como a cidadinidade, entendida aqui como uma maneira astuciosa, transgressiva e tática de se fazer a cidade (Agier, 2011; 2015; Certeau, 2009), tem sido enquadrada de forma ambivalente por uma série de agenciamentos políticos e urbanísticos: ora visam combatê-la, ora intentam impulsioná-la de modo um tanto estratégico e utilitarista a fim de atender a diversos interesses. Serão consideradas, por consequência, algumas análises situacionais⁸ que revelarão os processos que permeiam uma cidadinidade que preza pela materialidade da cidade e, outrossim, as relações com eventuais normatizações caras ao empresariamento urbano promovido pela parceria público-privada, a qual é sintomática de políticas de cunho neoliberais. Com efeito, ao tentar compreender como os cidadãos fazem a cidade a partir de suas lógicas e vivências concretas, bem como o jogo relacional entre estratégias e

⁸ Análise situacional é um modelo teórico e metodológico que se propagou sobretudo a partir da Escola de Manchester e sua teoria da ação. Para uma contextualização sobre a importância da Escola de Manchester, ver Feldman-Bianco (2010) e Hannerz (2015). Por meio da análise situacional há que se considerar, conforme pontua Agier (2011, p. 73), que “[...] não são os limites espaciais que definem a situação, mas o da interação”. Assim, ao levá-la em conta, intento partir das seguintes recomendações deste antropólogo tendo em vista uma melhor compreensão de certas questões em torno da cidadinidade skatista: a) deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos; b) deslocar a problemática do objeto para o sujeito da questão, logo, em vez de considerar “o que é a cidade?”, atentar para “o que faz a cidade?”.

táticas (Certeau, 2009)⁹, almeja-se desvencilhar as análises de perspectivas essencializantes, que consideram a cidade como uma coisa ou uma norma, em prol de uma investigação centrada em processos ocorridos na última década que intercalam, embaralham e/ou superpõem diferentes planos, espaços, procedimentos e uma rede de agentes e saberes sociotécnicos.

Sobre as contradições da cidadinidade

Devido às suas melhores condições urbanísticas, as áreas centrais da cidade de São Paulo concentram uma multitude de *picos* demasiados almejados pelos skatistas adeptos da modalidade skate de rua. Nas novas centralidades paulistanas, sobretudo nos limites das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, por exemplo, é onde estão dispostos aqueles mais cobiçados. As características tangíveis de tais avenidas favorecem a qualidade de equipamentos que são considerados *obstáculos skatáveis*. Mármore, metal, inox, concreto armado, madeira, dentre outras texturas favoráveis

⁹ Certeau (2009, p. 45) chama de “estratégia” “[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico”. O mesmo autor (Certeau, 2009, p. 45-46) denomina, ao contrário, “tática” “[...] um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias”.

ao skate compõem a estética arquitetônica destas que podem ser tidas como algumas das paisagens de poder (Zukin, 2000) da cidade.¹⁰

Para utilizarem os *picos* situados nessas áreas enobrecidas de São Paulo, os skatistas, conforme evidenciei etnograficamente em outra publicação (Machado, 2019), se valem de táticas sortidas com vistas a desafiar os dispositivos que tentam controlar os usos e as apropriações que deles podem ser feitas. Muitos interlocutores declararam não se render facilmente mesmo diante de todas as parafernálias de vigilância, da presença de seguranças e tampouco das intervenções de policiais e guardas metropolitanos: todos os elementos que visam impossibilitar a prática do skate se tornam obstáculos que devem ser vencidos por meio de suas manobras. Deste modo, é importante reiterar que o skate de rua implica não apenas técnicas corporais, mas artimanhas relacionais que devem ser acionadas a fim de conquistar um espaço ou um equipamento, seja público ou privado, ainda que por breves minutos.

As situações ocorridas no *Beco do Valadão* são sintomáticas dessas constatações. Os skatistas se apropriaram de uma extensão da calçada da Avenida Faria Lima, onde impera um dos metros quadrados mais caros da metrópole, numa estreita área localizada entre dois prédios empresariais. Lá imprimiram as suas próprias lógicas de

¹⁰ As paisagens de poder, segundo Zukin (2000), são marcadas por uma estética sintomática de certas pretensões políticas e econômicas. São poderosas expressões das restrições estruturais de uma cidade.

ocupação sobre um espaço que se encontrava praticamente obsoleto. O *Beco do Valadão*, forma como era nomeado pelos interlocutores, tornou-se uma espécie de refúgio citadino em meio a uma paisagem de poder. Os skatistas deixaram uma série de marcas para afirmar que o local, embora também pudesse comportar inúmeras outras práticas e usos, é um *pico* ocupado regularmente por eles: paredes grafitadas, obstáculos construídos de maneira improvisada, parafinas espalhadas em vários cantos, materiais considerados como entulhos dispostos pelo chão, dentre outros elementos significativos que confirmam as suas presenças.

Ali eles se reuniam cotidianamente e provocavam, com efeito, um contraste diante a lógica do trabalho e do consumo que impera na avenida. As suas presenças, circulações e manobras irritavam muitas das demais pessoas que passavam pelas calçadas da Avenida Faria Lima, as quais, como percebi no decorrer do trabalho de campo, não hesitavam em olhar com reprovação e até em xingar esses jovens que, segundo dadas perspectivas, estariam “fora do lugar”. Os ordenamentos esperados para esta paisagem de poder eram, então, subvertidos, remodelados e agenciados de maneiras díspares, e os skatistas, por sua vez, não raro eram tratados como sujeitos indesejáveis pelos desconfortos que causavam, sendo, por isso, combatidos e repelidos da avenida que parece ser gerenciada como uma mera mercadoria.¹¹

¹¹ Sobre a produção da cidade como mercadoria, ver, dentre outros, Arantes, Vainer & Maricato (2000).

A repulsa à presença dos skatistas manifesta-se de diferentes formas, seja por meio de abordagens policiais, pela implementação de dispositivos arquitetônicos que visam obstruir as suas manobras em certos equipamentos e também por outras estratégias pensadas para as calçadas da Avenida Faria Lima com a intenção de gentrificá-las.¹² É o que ocorreu, por exemplo, na criação de um *food park* no *Beco do Valadão*, onde *food trucks* passaram a ocupar o mesmo espaço frequentado pelos skatistas numa clara tentativa de conter as suas manobras e de embelezar estrategicamente o local com a presença de carros bem equipados para a venda de comidas. Borden (2001, p. 231) salienta que, em situações como esta, “andar de skate, no entanto, não oferece nenhuma contribuição, visto que os skatistas utilizam os espaços sem se envolver com atividades produtivas” (tradução minha). A iniciativa seria, desta forma, uma maneira de fragmentar um espaço e de substituir jovens

¹² De acordo com Frúgoli Jr. e Sklair (2009, p. 120), o conceito de gentrificação (*gentrification*) se refere, em linhas gerais, à “criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade”. No entanto, tal conceito não se resume apenas a esses processos. Para uma discussão geral acerca do conceito de gentrificação, vide Harvey (1996), Featherstone (1995), Smith (1996), Zukin (2000), Bidou-Zachariasen (2006), etc. Para análises acerca da gentrificação em contexto nacional, ver, dentre outros, Leite (2006) e Frúgoli Jr. e Sklair (2009). Já para mais detalhes sobre as controvérsias em torno de sua polissemia, ver Rubino (2003).

que pouco se envolvem em lógicas de consumo – e que também são acusados de fazer algazarra, atropelar pedestres e destruir equipamentos – por algo mais desejável, qual seja, uma prática comercial bem aceita por aqueles que trabalham nos tantos escritórios dispostos ao longo da avenida. Embora a tentativa tenha sido em vão – visto que skatistas e donos de *food trucks* entraram em consenso para compartilhar o espaço do *Beco do Valadão* – tal situação reverbera como o controle político e urbanístico das paisagens de poder – os quais muitas vezes são marcados por perspectivas neoliberais e pela articulação entre os parceiros da exclusão (Fix, 2001), ou seja, entre agentes ligados ao capital e ao Estado – preza menos pelos usos citadinos e mais pela mercantilização e enobrecimento de seus espaços a fim de fomentar o empresariamento urbano (Harvey, 1996).¹³

Essas constatações a respeito da prática do skate de rua não implicam, todavia, que os skatistas estão a todo o momento sendo tratados como sujeitos indesejáveis. A repulsa às suas presenças, conforme expresse acima, ocorre sobretudo em áreas enobrecidas da cidade. Já em outras áreas, como aquelas consideradas degradadas ou marcadas

¹³ Segundo Harvey (1996), a noção de empresariamento urbano é uma estratégia das governanças urbanas a fim de estimular o desenvolvimento econômico por meio de uma postura empreendedora dos espaços urbanos. Tal postura é marcada pela parceria público-privada e se caracteriza por uma série de intervenções na cidade que culminam, por vezes, em segregações diversas.

por ocupações populares, ou ainda em pórticos¹⁴ (Magnani, 2012), as suas inserções geralmente são toleradas e, em situações específicas, até mesmo estimuladas com vistas a atender certas pretensões de um estratégico controle socioespacial.¹⁵ Recordo-me, pois, de uma conversa estabelecida com um skatista no Vale do Anhangabaú, quando do trabalho de campo realizado para uma pesquisa anterior (Machado, 2011), que ilustra esta assertiva. Na ocasião o interlocutor Tiago Garcia comentou como o poder público municipal, sob a égide do então prefeito Gilberto Kassab (na época filiado ao DEM, em sua gestão de 2006 a 2008), vinha tratando a prática do skate realizada no local:

De vez em quando o prefeito resolve falar que não pode [andar de skate no Vale do Anhangabaú]. Um tempo atrás, Kassab falou que não podia. Aí ele começou a prestar atenção que aonde tem cara andando de skate, não tem muitos caras de rua mesmo. Uma época atrás no “Vale”, os caras [os policiais] começaram a mandar embora os caras da cracolândia e os caras [usuários de crack] começaram a migrar para cá. Aí ficavam os caras fumando pedra, maconha o dia inteiro. E os caras [agentes do poder público, policiais] começaram a perceber que

¹⁴ De acordo com Magnani (2012), pórticos podem ser entendidos como marcos ou vazios urbanos.

¹⁵ Em vários espaços públicos da cidade a prática do skate de rua ocorre sem nenhum tipo de empecilho. É o caso, por exemplo, de locais conhecidos pelos skatistas como Praça Brasil (Zona Leste), Praça Dina e Praça do Morumbi (Zona Sul), Praça Abelardo Rocas (Zona Oeste), dentre tantos que resguardam *picos* muito utilizados por eles.

onde tem a galera de skate, esses caras não ficam muito perto. Então é melhor ter skatista que droga! O skate meio que dá uma limpada! (Tiago Garcia, skatista profissional e empresário, entrevista em 2010. Grifos meus).

O caso acima, embora fizesse referência à prática do skate no Vale do Anhangabaú, associava-se, numa escala mais ampla, a um campo de relações que se desdobrava desde a Luz, bairro situado na região central frequentemente marcado, segundo Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010), por duas representações recorrentes: a de “bairro cultural” e a de “cracolândia”. No que toca a esta última representação, “cracolândia”¹⁶, os autores ressaltam, inspirados na perspectiva de Perlongher (2008), que ela constitui uma espécie de territorialidade itinerante caracterizada pelo consumo de crack, posto que se situa numa certa área urbana, embora esteja sujeita a deslocamentos “mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas” (Frúgoli Jr. e Spaggiari, 2010, p. 3).

As gestões de Gilberto Kassab (prefeito em exercício entre 2006 a 2012)¹⁷ foram responsáveis por elaborar e por tentar implementar o projeto municipal intitulado Nova Luz,

¹⁶ Para uma contextualização sobre a cracolândia paulistana, ver Rui (2014).

¹⁷ Gilberto Kassab foi prefeito entre os anos de 2006 e 2008 (filiação ao DEM) e entre 2009 e 2012 (filiação ao PSD).

decretado em 2007, o qual visava uma série de intervenções urbanas – dentre elas, demolições de sobrados, extinção de cortiços e fechamento de hotéis em mau estado de conservação –, tendo em vista a valorização imobiliária de um perímetro situado no bairro da Luz. Somam-se a essas intervenções algumas operações policiais vigentes na “cracolândia”, como a Operação Limpa (ocorrida a partir de 2005) e a Ação Integrada Centro Legal (instituída em 2009), que propunham banir a presença de usuários de crack em determinados espaços da região. Em razão das repressões que lhes eram direcionadas, tais usuários dispersaram-se para muitas outras áreas do centro metropolitano, dentre elas, o Vale do Anhangabaú, um dos principais *picos* de skate de São Paulo.

Deste modo, a fala de Tiago Garcia pode ser melhor compreendida se levarmos em conta as intervenções urbanas e as operações policiais que vinham ocorrendo no bairro da Luz. A prática do skate havia se tornado, nesse sentido, estratégica no combate aos usuários de crack que de lá migraram para o Vale do Anhangabaú. As declarações proferidas pelo skatista ressoam, à vista disso, como intenções políticas e urbanísticas eventualmente se utilizam de uma cidadinidade com vistas a combater outras que são ainda mais indesejáveis. Por ser um espaço de sociabilidade e de manobras para os skatistas, as suas presenças regulares em tal espaço público poderiam contribuir, segundo a perspectiva do interlocutor, para “dar uma limpada” no Vale

do Anhangabaú, afinal, conforme também revela, era “melhor ter skatista que droga!”.¹⁸

A percepção do interlocutor também pode ser articulada a alguns processos que se tornaram evidentes ao longo da gestão do prefeito Fernando Haddad (PT, 2013-2016). A sua gestão prezou sobremaneira pela dimensão esportiva do skate ao se articular com as entidades que lhe são representativas (como Federação Paulista de Skate e Confederação Brasileira de Skate), ao manter a Coordenadoria de Esportes Radicais no âmbito da Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), ao apoiar a realização de determinados eventos e ao construir novas pistas públicas na cidade. No entanto, apesar desse notável enquadramento do skate como esporte em muitas de suas ações, considero oportuno ponderar que também houve certas iniciativas institucionais – poucas, diga-se de passagem – que se valeram estratégica e situacionalmente da dimensão cidadina de sua prática¹⁹. Para abordá-las, recupero, pois, os desdobramentos de uma

¹⁸ A iniciativa surtiu pouco efeito. Conforme constatado etnograficamente (Machado, 2011), os skatistas muitas vezes possuíam relações de aproximação com aqueles que, em tese, deveriam combater, ou seja, cidadãos considerados por dadas perspectivas como “poluidores” dos espaços urbanos (como tais usuários de drogas mencionados pelo interlocutor Tiago Garcia). Portanto, a pretensão de “limpar” o Vale do Anhangabaú, valendo-se da presença regular dos skatistas no local, não foi eficaz. Sobre os sentidos da noção de poluição, bem como de sua associação com noções de impureza e perigo, a partir de um viés antropológico, ver Douglas (1976).

¹⁹ Embora tais iniciativas aproveitassem da dimensão cidadina do skate, elas ainda assim nomeavam a sua prática como um “esporte” (provocando, pois, uma dissonância diante as experiências dos skatistas que contestam tal enquadramento).

polêmica ocorrida a partir da prática do skate na Praça Roosevelt.

A praça em questão tornou-se, após a conclusão de sua reforma em 2012, o principal ponto de encontro dos skatistas paulistanos. Eles a ocuparam espontaneamente, desfrutando, por conseguinte, de suas novas condições arquitetônicas, as quais se configuraram, segundo a ótica de muitos interlocutores, perfeitas para a realização de manobras. A intensidade com que a prática do skate era realizada no local culminou numa série de conflitos, dentre eles, um episódio truculento que envolveu skatistas e guardas metropolitanos. Estes últimos tentaram cessar a qualquer custo a utilização de um *pico*, a saber, um banco de madeira, com a prerrogativa de que o equipamento não era destinado ao skate. As diferentes leituras acerca dessa apropriação resultaram numa agressão dos guardas metropolitanos direcionada a alguns skatistas presentes na ocasião.

A fim de mediar o conflito e arrefecer as polêmicas – as quais ganharam repercussão midiática após a divulgação de suas imagens –, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Subprefeitura da Sé, convocou uma reunião entre diferentes usuários e instituições envolvidas com a Praça Roosevelt. Em razão disso foram firmados uma série de acordos, dentre os quais a implementação de regras de convivência e ainda a delimitação de uma área específica para a prática do skate, local onde foi construído uma pista. Apesar de todas as regulamentações e consensos, os skatistas se mantiveram

ocupando todos os espaços possíveis da Praça Roosevelt, contrariando, portanto, os ordenamentos espaciais e relacionais que eram almejados.

Diante o ocorrido, Marcos Barreto, então subprefeito da Sé, reconheceu publicamente a astúcia dos skatistas em ocupar os espaços urbanos e também declarou o interesse do poder público municipal em aproveitá-los para recuperar áreas consideradas degradadas do centro metropolitano de São Paulo. A Rede Brasil Atual, portal online de notícias, destacou o fato:

A prefeitura de São Paulo quer aproveitar o “ímpeto e o destemor” dos skatistas paulistanos para recuperar áreas degradadas no centro da cidade. A proposta é simples: identificar locais abandonados na região e adaptá-los à prática do skate, instalando pistas e obstáculos que atraiam jovens dispostos a fazer manobras e se divertir em espaços públicos. (Tadeu Breda, 2013, s/p)²⁰.

Conforme ainda divulgado pela matéria, três áreas da região central foram pré-selecionadas para serem adaptadas à prática do skate de rua, quais sejam, Baixada do Glicério,

²⁰ Reportagem de Tadeu Breda para o portal Brasil Atual: “Prefeitura de SP quer usar skatistas para recuperar áreas degradadas do centro”. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2013/04/prefeitura-quer-usar-skatistas-para-recuperar-areas-degradadas-do-centro>. Acesso em 08/04/2017

Praça Júlio Mesquita e Viaduto do Café.²¹ Cabe ressaltar que todas essas áreas comumente são representadas por matérias jornalísticas como “degradadas”, “abandonadas”, como lugares “sem vida” que padecem pela presença poluidora de certos cidadãos. O skate, segundo a perspectiva do agente político, poderia recuperá-los por meio da frequência de seus praticantes e de suas manobras criativas realizadas nos espaços e equipamentos lá dispostos. O subprefeito Marcos Barreto enfatizou em entrevista à Rede Brasil Atual que:

Os skatistas ganham espaços propícios à prática do esporte e nos ajudam a reabilitar áreas que hoje viraram depósito de entulho. Todos saem ganhando, inclusive os demais moradores da capital: com novos espaços, os jovens deixarão de utilizar áreas inapropriadas para o skate, como a Avenida Paulista. (Tadeu Breda, 2013, s/p)

A fala do subprefeito é bem categórica, visto que revela algumas das estratégias institucionais que perpassam os combates políticos e urbanísticos aos que são considerados, a depender do espaço, “indesejáveis”. Nas áreas degradadas mencionadas, embora originalmente não tivessem sido planejadas para a prática do skate, a presença dos skatistas seria aceitável na medida em que as suas apropriações contribuíssem para dispersar demais cidadãos por vezes

²¹ Apesar das promessas, poucas ações foram destinadas ao fomento da prática do skate nestas áreas.

tidos como marginais, como usuários de drogas ilícitas e pessoas em situação de rua. Já nas áreas enobrecidas da cidade, como a Avenida Paulista ou a Avenida Faria Lima, são os próprios skatistas que se tornam alvos de dispersão, posto que nelas as suas presenças e usos vernaculares se destoam das lógicas esperadas para as paisagens de tais contextos.

Além do posicionamento da Subprefeitura da Sé em prol da prática do skate em certos espaços urbanos considerados degradados, cabe destacar a atuação de agentes ligados à Coordenadoria de Promoção do Direito à Cidade e à Coordenadoria de Juventude, setores estes que reconheciam aos skatistas o direito de ocupar a cidade sem necessariamente se aterem a experiências que, via de regra, são enquadradas numa chave esportiva.

Outra iniciativa que chamou a atenção na gestão supracitada foi a elaboração da cartilha “Espaços skatáveis: orientação para a adequação de espaços públicos abertos à prática de esportes urbanos”, a qual fora concebida pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento.²² Tal documento pode ser considerado relevante na medida em que se propõe reconhecer o olhar skatista para produzir intervenções arquitetônicas na cidade. Trata-se, então, da institucionalização da construção de *picos* (nomeado pela cartilha como *espaços skatáveis*) nos mais variados espaços

²² Um dos principais envolvidos com a elaboração desta cartilha foi Rafael Murolo, skatista e arquiteto vinculado à SP Urbanismo, órgão da prefeitura municipal. Tal cartilha se embasou em diferentes pesquisas sobre a prática do skate nas ruas, dentre elas, a dissertação de minha autoria (Machado, 2011).

urbanos de São Paulo, algo inédito no país.²³ O documento também se destaca por tentar aproximar e articular duas dimensões que permeiam a modalidade skate de rua: a esportiva e a cidadina. O skate é, assim, definido como um *esporte urbano*, categorização que, segundo a perspectiva institucional vigente, abrange “esportes de rua, atividades como a prática de skate, patins, patinetes, bicicletas, parkour, entre outras, que utilizam o espaço urbano como suporte” (Cartilha espaços skatáveis, 2016, p. 3). Para mais, o documento ainda reconhece que o skate não é apenas um *esporte urbano*, mas também um elemento que compõe uma *cultura urbana* ou *cultura de rua*:

Além de esportes, esses podem ser considerados como elementos de uma “cultura urbana”, ou uma “cultura de rua”, com intensas relações com outras expressões, como a cultura hip-hop, por exemplo. São formas de convívio, de relações humanas e de interação com o espaço da cidade. A presença dessa prática nos espaços públicos abertos na cidade de São Paulo é notável, uma realidade urbana. Os praticantes apropriam-se de diversos elementos arquitetônicos construídos, como escadas, corrimãos, bancos, arquibancadas, planos inclinados e esplanadas com piso liso e uniforme (Cartilha espaços skatáveis, 2016, p. 3).

²³ Algo similar foi elaborado pelo coletivo *I love XV*, composto por skatistas cariocas que se posicionam em prol da prática do skate na Praça XV, no Rio de Janeiro. Para mais detalhes, ver Diniz, Silva e Campos (2013).

A proposta de construção de *espaços skatáveis* pode ser encarada como mais uma estratégia institucional com vistas a amenizar os impactos da prática do skate no meio urbano. Entretanto, em vez de combater as experiências de sua cidadinidade e domesticar os praticantes num espaço delimitado e regrado, isto é, numa pista de skate – tal como muito tem sido feito –, a cartilha vislumbra considerar os usos criativos que eles fazem dos *picos*. Assim sendo, a fim de não os dificultar por meio da instalação de dispositivos arquitetônicos ou de demais formas de repressão, a presença dos skatistas é vista como transformadora dos espaços públicos, visto a competência em lhes dar maior vitalidade e abertura, além de ampliar a sua diversidade. Para estimulá-la, a cartilha recomenda meros ajustes pontuais em equipamentos urbanos para que eles se tornem mais seguros e resistentes à prática do skate. Cabe ressaltar que a pretensão não é a de construir obstáculos artificiais, tal como numa pista de skate, mas levar em consideração equipamentos originais com vistas a manter as suas condições de *picos* para os skatistas:

É possível imaginar soluções de projeto que acolham essas atividades como um elemento programático no projeto de espaços públicos abertos. Isso não significa projetar obstáculos, mas entender que diversos elementos arquitetônicos já são naturalmente desejados para manobras e que, com pequenas alterações no seu detalhamento, estes podem estimular ou

conter a prática de esportes urbanos (Cartilha espaços skatáveis, 2016, p. 3).

Deste modo, a cartilha propõe que a prática do skate não necessariamente combata ou disperse demais usos citadinos – embora, contudo, isso possa ocorrer, como queria o subprefeito da Sé ao estimulá-la em espaços degradados –, mas que ela conviva e coexista com os mesmos em um espaço comum:

Os locais que permitem esse uso podem se tornar um ponto de encontro animado com público jovem, composto pelos praticantes, simpatizantes que contemplam as manobras e demais frequentadores. A presença dos skatistas transforma a realidade do lugar, de forma transitória, mas cotidiana. A “ativação” do entorno a esses espaços públicos abertos é sempre notável quando são apropriados para os esportes urbanos – aumento de fluxo de pessoas, mais encontros, interações, atividades, maior animação cultural (Cartilha espaços skatáveis, 2016, p. 3).

Para o alcance dos impactos urbanísticos pretendidos, a cartilha sugere três medidas que devem subsidiar a implementação do projeto. A primeira delas é a “setorização espacial”, medida que consiste na definição de áreas que estimulem ou desencorajem a prática do skate, mas sem a necessidade de imposição de barreiras ou criação de espaços exclusivos. A setorização é uma maneira de promover uma leitura do espaço de modo a fomentar a interação e a

simultaneidade de diversas práticas em seus limites sem que haja desentendimentos ou conflitos entre os presentes. A segunda medida, por sua vez, “orientação e fluxos”, visa prever e orientar a permanência e circulação das pessoas nos *espaços skatáveis*. Promove-se assim um arranjo espacial que acarreta em maior segurança, evitando, com efeito, eventuais choques e atropelamentos, algo tão corriqueiro quando da prática do skate realizada em espaços urbanos. A terceira e última medida abarca os “elementos arquitetônicos e sua apropriação para manobras”. Trata-se de diretrizes que norteiam a adequação, reforço e melhoria dos *picos* a fim de se tornarem alvos de múltiplos usos, seja por parte dos skatistas e de suas manobras ou por demais cidadãos que queiram utilizá-los conforme suas vontades.

A cartilha em questão fora divulgada em dezembro de 2016, já ao fim do mandato de Haddad, fato que inviabilizou a sua incorporação nas ações do poder público municipal. Em razão disso não foi possível detectar empiricamente quais seriam os impactos da eventual implementação de *espaços skatáveis* em São Paulo. Apesar dessa limitação, a simples promoção da cartilha pode ser considerada sintomática da potência da prática do skate de rua na cidade. De modo geral, embora muito rechaçada, a resistência e a perspicácia dos skatistas vêm forçando posicionamentos multifacetados, por vezes controversos, por parte de diversos agentes ligados às governanças urbanas a fim de se aproximarem das experiências mais valorizadas do universo do skate. Assim,

concordo com Telles (2015, p. 16) quando revela, ao se referir ao tratamento que vem sendo atribuído a várias práticas urbanas, que nos últimos anos,

[...] vêm se desenhando novas fronteiras sociais e territoriais, legais e políticas, seguindo os traços das mudanças engendradas pelos circuitos globalizados da economia urbana, bem como pelas redefinições dos modos de governo da cidade e seus espaços.

As experiências cidadinas da prática do skate de rua, não raro consideradas como destrutivas e agressivas, pouco a pouco se tornam alvo de interesse de uma agenda neoliberal de empresariamento urbano. Todavia, é importante atentar que tal aparente flexibilidade nem sempre é gratuita, posto que, segundo já aventara Zukin (1995), o esforço para o arranjo do espaço na cidade é um esforço de representação visual. Representação visual esta que possui implicações não apenas sociais, políticas e urbanísticas, mas também econômicas. Com efeito, a espetacularização que o skate promove da cidade vem se convertendo, inclusive, numa oportunidade rentável para as governanças urbanas e, sobretudo, para um corpo de agentes ligados ao mercado que investe em sua prática.²⁴

²⁴ Para mais detalhes sobre a espetacularização da cidadinidade a partir da prática do skate, vide Machado (2017).

Considerações finais

O surgimento de pistas de skate não tem amenizado os conflitos que a prática do skate de rua ocasiona em variados espaços e equipamentos de São Paulo, sejam eles públicos ou privados. Uma considerável parte das ações institucionais que vem, há anos, sendo engendrada na cidade, releva apenas a sua dimensão esportiva em detrimento de outras mais. Todavia, os skatistas que estão efetivamente nas ruas – ou seja, aqueles que são alvos de tais ações – estão a ecoar que o skate não é permeado apenas pela ótica do esporte, mas também por lógicas cidadinas que reivindicam maneiras astuciosas, por vezes subversivas, de se fazer a cidade.

Os adeptos da modalidade skate de rua circulam por toda São Paulo com olhares demasiados refinados a ponto de enxergar em sua materialidade probabilidades surpreendentes de usos. Eles se aproveitam dos mínimos detalhes, de equipamentos triviais, daquilo que poucos notam, das sobras do urbano. É, portanto, a cidade dos *picos* que mais lhes interessa. É a partir de suas buscas que eles dão vitalidade às paisagens paulistanas e contribuem para tornar os espaços públicos, para parafrasear Joseph (2005), *lôcus* de hibridização, excentricidades, acordos e instabilidades, revelando, outrossim, que eles não têm nada de orgânico.

Deste modo, conforme também já constatado em outra análise (Machado, 2019), os skatistas não abrem mão de seus *rolês* e da busca por *picos* repentinos a fim de utilizá-los a

partir de suas próprias lógicas. Pouco importa onde estão dispostos e tampouco os dispositivos que regulam os seus usos. Os contratempos se convertem em obstáculos que devem ser superados astutamente. Eles embaralham a almejada convivência ordenada e põem em suspensão certos embelezamentos estratégicos de uma cidade gerenciada como mercadoria e voltada para práticas de cidadania que são englobadas sobretudo por lógicas de consumo. Muitas vezes a recusam tal como ela é. Incrédulos e teimosos que são a determinados ordenamentos e regulações, estes cidadãos questionam as premissas que permeiam lugares próprios (Certeau, 2009) marcados por esperadas univocidades e estabilidades por meio de suas artimanhas, percepções e maneiras, e contribuem, assim, para a redefinição do espaço como um lugar praticado (Certeau, 2009) com a apregoação de novas leituras e valores simbólicos.

Em razão disso, a cidadinidade que permeia a prática do skate de rua, embora combatida, também vem sendo incorporada por pretensões políticas e urbanísticas. Nessas circunstâncias, ao mesmo tempo em que os skatistas se apropriam da cidade, as governanças urbanas, via alguns agentes específicos, vêm tentando se apropriar de suas experiências urbanas de acordo com seus próprios interesses e planejamentos. A cidadinidade promovida pelo skate de rua tem se convertido, com efeito, em algo que se coaduna a uma espetacularização da cidade e ao controle de suas paisagens. Uma tática que se tornou uma estratégia, para utilizar termos

de Certeau (2009), o que acaba sendo paradoxal: em muitos espaços, principalmente em áreas enobrecidas e em paisagens de poder (Zukin, 2000), os skatistas são tidos como poluidores, portanto, regularmente são combatidos; ao passo que em outros espaços, como em áreas consideradas degradadas, as suas permanências são toleradas ou até mesmo estimuladas a fim de que possam contribuir para o afastamento de outras apropriações e sujeitos ainda mais indesejáveis do que eles (usuários de drogas ilícitas, pessoas em situação de rua etc.). Tal “limpeza”, contudo, nem sempre se consolida, dada as aproximações situacionais que os skatistas estabelecem com aqueles que, ao que tudo indica, deveriam ser repelidos.

Neste capítulo busquei revelar como a cidadindade é permeada por múltiplas configurações, enquadramentos, agenciamentos e contradições, além do jogo relacional entre estratégias e táticas que transcorre numa São Paulo vista a partir de uma perspectiva cidadina. Foram evidenciadas, ainda, as assimetrias e as desigualdades que se processam em seus espaços urbanos e as maneiras como os skatistas se posicionam frente às mesmas. É possível concluir que ao ampliarem as suas possibilidades de usos, eles potencializam a produção de uma cidade vivida, sentida e em processo (Agier, 2011), tornando-a mais porosa ao se esquivarem de eventuais pragmatismos e dispositivos gestionários que tentam condicionar a vida urbana. Desta forma, esses jovens se articulam e agenciam suas próprias inserções na cidade,

embora não deixem de desafiar as pretensões que visam torná-los mansos e inofensivos, não importando, inclusive, serem tratados como indesejáveis. É por meio de suas manobras, deslizes e equilíbrios que eles buscam visibilidade para afirmar as peculiaridades de uma forma de cidadinidade.

Referências

AGIER, Michel. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Terceiro Nome.

AGIER, Michel. 2015. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 21, n. 3, p. 483-498.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. 2000. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. 2006. “Introdução”. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo, Annablume, pp. 21-57.

BORDEN, Iain. 2001. *Skateboarding, space and the city: architecture and the body*. Oxford, Berg.

BRANDÃO, Leonardo. 2014. *Para além do esporte: uma história do skate no Brasil*. Blumenau, Edifurb.

BREDA, Tadeu. 2013. “Prefeitura de SP quer usar skatistas para recuperar áreas degradadas do centro”. *Rede Brasil Atual*, 03/04/2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2013/04/prefeitura-quer-usar-skatistas-para-recuperar-areas-degradadas-do-centro>. Acesso em 08/04/2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2012. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*, n. 94, p. 31-67.

CERTEAU, Michel de. 2009. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis, Editora Vozes.

DINIZ, Nelson; HERMES DA SILVA, Luciano. 2017. Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, ano 7, n. 27: 18-25. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/202/original/emetropolis27_art1.pdf?1485999132

DINIZ, Nelson; HERMES DA SILVA, Luciano; CAMPOS, Maicon Gilvan Lima. 2013. “A apropriação do espaço público pelo skateboarding no centro do Rio de Janeiro: o Coletivo I Love XV e a conquista do direito à cidade”. *Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 14, Anais, Lima.

DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e perigo*. São Paulo, Perspectiva.

FEATHERSTONE, Mike. 1995. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2010. “Introdução”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora UNESP, pp. 19-56.

FIX, Mariana. 2001. *Parceiros da exclusão: duas histórias de construção de uma "Nova Cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espreada*. São Paulo, Boitempo.

FRÚGOLI JR, Heitor. 2000. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez/Edusp.

FRÚGOLI JR., Heitor; SKLAIR, Jessica. 2009. “O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification”. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 30, p. 119-136. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n30/n30a07.pdf>

FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. 2010. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto..Urbe*, n. 6, p. 1-26. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1870>

HANNERZ, Ulf. 2015. *Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia Urbana*. Petrópolis, Editora Vozes.

HARVEY, David. 1996. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço & Debates*, n. 39: 48-64.

HOWELL, Ocean. 2008. “Skatepark as neoliberal playground: urban governance, recreation space, and the cultivation of personal responsibility”. *Space and culture*, v. 11, n. 4, p. 475-496.

JOSEPH, Isaac. [1998] 2005. “A respeito do bom uso da Escola de Chicago”. In VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/IUPERJ, pp. 93-128.

LEITE, Rogério Proença. 2006. “Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano”. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Áreas (orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte; São Paulo, PUC Minas/Edusp, pp. 23-44.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2011. *De “carrinho” pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. São Paulo, dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2014. *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo, Editora Intermeios/FAPESP.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2017. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade*. São Paulo, tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2019. Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas”. *Anuário Antropológico*, v. 44, n. 1, p. 285-305.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2021. Os enquadramentos da cidadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo. *Revista de Antropologia (USP)*, v. 64, p. 1-18.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2012. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisas em Antropologia Urbana*. São Paulo, Terceiro Nome.

NOLAN, Nicholas. 2003. “The ins and outs of Skateboarding and transgression in public space in Newcastle”. *Australian Geographers*, v. 34, n. 3, p. 311-327.

PARK, Robert. 1967. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano”. In VELHO, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 25-66.

PERLONGHER, Néstor. 2008. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. 2016. “Espaços skatáveis: orientação para a adequação de espaços públicos abertos à prática de esportes urbanos”. São Paulo: Secretaria de *Gestão Urbana*. Disponível em:
<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha-espacos-skataveis.pdf>.
Acesso em 09/02/2017.

RUBINO, Silvana. 2003. “Gentrification: notas sobre um conceito incômodo”. In SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (orgs.). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas/Rio de Janeiro, PUC-Campinas/Prourb-UFRJ.

RUI, Taniele. 2014. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo, Terceiro Nome.

SIMMEL, Georg. [1908] 1983. “O estrangeiro”. In: MORAES, Evaristo (org.). *Sociologia: Simmel*. São Paulo, Ática, pp.182-188.

SMITH, Neil. 1996. *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. Londres/Nova York, Routledge.

TELLES, Vera da Silva. 2015. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, v. 46, n. 1, p. 16-42.

ZUKIN, Sharon. 1995. *The cultures of cities*. Oxford, Blackwell.

ZUKIN, Sharon. 2000. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, pp. 80-103.

O LAZER COMO DIMENSÃO DAS VIVÊNCIAS JUVENIS

Melissa de Mattos Pimenta

O lazer é uma dimensão muito significativa e importante das vivências juvenis. Antes de abordar o lazer, propomos uma reflexão sobre como a sociedade contemporânea se relaciona com o tempo, atribuindo-lhe diferentes funções e organizando as atividades com base em diversos marcadores temporais. Sociologicamente esse processo pode ser entendido como temporalidade, isto é, a consciência sobre o tempo.¹

A temporalidade é uma dimensão sociológica crucial do cotidiano, com diversas pesquisas dedicadas ao estudo dos usos do tempo, ou seja, como ele é organizado ao longo da semana, do dia, nas horas de vigília, de sono, e nos ciclos diários, mensais e anuais. Para Mourão (2016), a temporalidade refere-se à maneira como o tempo é percebido, vivido e estruturado nas experiências humanas e sociais. É

¹ A consciência temporal pode ser definida como a capacidade da mente de perceber e experimentar o tempo, incluindo a sucessão de eventos e a relação entre passado, presente e futuro. Essa consciência não se limita a uma simples percepção de momentos isolados, mas envolve uma dinâmica complexa onde as experiências temporais são integradas em uma unidade coerente, em um ato de consciência que as integra, permitindo a percepção da continuidade e da ordem temporal. (ALVES, 2001)

entendida como um conceito que abrange não apenas a medição do tempo, mas também as qualidades e significados que as sociedades atribuem a ele. Em uma sociedade capitalista, uma parte importante do tempo de vida é dedicado às atividades produtivas, ou seja, aquelas relacionadas ao trabalho, à produção de bens, de conhecimento, à reprodução social e da própria subsistência. O tempo não dedicado às atividades dessa natureza é denominado “tempo livre” e é nessa dimensão do cotidiano que se situam o lazer e as atividades de lazer.²

Nas sociedades capitalistas, o tempo livre possui uma relação dicotômica e mesmo de oposição em relação ao tempo dedicado ao trabalho. Nessa perspectiva, para compreender as características do tempo livre, é preciso compreender de que formas as sociedades capitalistas organizam a rotina cotidiana em termos dos usos do tempo. Historicamente, essas formas emergiriam a partir de transformações

² O tempo livre é uma noção que surgiu após a Revolução Industrial, representando o tempo que deve ser dedicado a atividades não relacionadas ao trabalho. É um período reconhecido legalmente, onde os indivíduos têm a liberdade de escolher como gastar esse tempo, seja em atividades de lazer ou em outras formas de autodesenvolvimento. O tempo livre é visto como uma conquista da classe operária e é fundamental para a discussão sobre a qualidade de vida e o bem-estar. Já o lazer é entendido como um tempo livre que deve ser utilizado de maneira produtiva e prazerosa. É uma categoria que emerge no contexto da sociedade industrial, onde se busca um uso ativo do tempo livre, em contraste com a ideia de ócio contemplativo. O lazer é frequentemente associado a atividades que proporcionam prazer e satisfação, mas que também podem ter um caráter produtivo. (AQUINO; MARTINS, 2007).

introduzidas pela modernidade³ que interferem na percepção e na relação com o tempo. Essas mudanças estão intimamente relacionadas à introdução de tecnologias que interferem na gestão do tempo.

Uma das tecnologias introduzidas na vida cotidiana a partir da modernidade é o relógio, que estabelece uma outra forma de relação com o fluxo temporal⁴. Diferentemente de outras culturas e do que ocorria no passado, a gestão do tempo por meio do relógio introduz um regime temporal que não depende necessariamente dos ciclos naturais, que marcam o início e final do dia, o amanhecer, o entardecer e o anoitecer, por exemplo. O relógio organiza a vida de uma forma diferente, segmentando o tempo em horas e minutos, o que modifica nossa relação com a temporalidade.

O tempo do relógio é um tempo mecânico, cuja particularidade é ser uma abstração, uma construção social em torno da qual passou-se a contabilizar a passagem do

³ Segundo Giddens (2008), “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. (GIDDENS, 1991, p. 8)

⁴ Antes da modernidade, todas as culturas tinham formas de calcular o tempo, geralmente vinculando-o a lugares e eventos naturais, o que resultava em medições imprecisas. A invenção do relógio mecânico no final do século XVIII foi fundamental para separar tempo e espaço, permitindo uma quantificação precisa das horas e a criação de “zonas” do dia, como a jornada de trabalho. Essa uniformização do tempo acompanhou a expansão da modernidade e culminou com a padronização global dos calendários e do tempo, apesar da coexistência de diferentes “Anos Novos”. No século XIX, ainda havia diferenças de tempo entre regiões e países, mas essas disparidades foram sendo eliminadas ao longo do tempo. (GIDDENS, 1991)

tempo que é bastante artificial e precisa ser interiorizada durante o processo de socialização. A regulação do tempo pelo relógio está intimamente ligada à modernização produtiva⁵, em que outros elementos tecnológicos passaram a ser utilizados para produzir bens e serviços de forma mecanizada. Processos de produção mecanizados permitem acelerar ou desacelerar atividades que anteriormente eram realizadas por seres humanos e, por essa razão, obedeciam às limitações do corpo e da capacidade de trabalho humana. A mecanização possibilitou, em primeiro lugar, que atividades manuais passassem a ser exercidas de forma mais rápida e precisa. Assim, o ritmo da produção é determinado pela capacidade tecnológica e, à medida que o aperfeiçoamento tecnológico do maquinário envolvido na produção de bens foi se ampliando, as atividades de transformação da natureza ganharam mais agilidade, velocidade, precisão e produtividade.

Para que isso fosse possível, foi necessário coordenar uma série de atividades distintas, realizadas em tempos diferentes, que, combinadas, permitiram um aumento exponencial da produção. A coordenação dessas atividades é feita, em parte, tomando-se o relógio mecânico como

⁵ O tempo, que antes era qualitativo e fluido, passa a ser mensurado de forma precisa e quantitativa, transformando-se em um espaço delimitado. Esse processo, conhecido como espacialização do tempo, envolve a objetivação, abstração e homogeneização do tempo, criando uma visão linear e racionalista do tempo sob o capitalismo. A homogeneização temporal resulta da mercantilização do trabalho humano, que abstrai o trabalho concreto e permite sua comparação com base no tempo médio necessário para realizá-lo. (MOURÃO, 2016)

referência. Outro aparato tecnológico que interfere na gestão dos tempos é uso massificado da energia elétrica para iluminação, o que possibilitou que a produção se mantivesse em andamento durante todos os períodos do dia. Atividades que anteriormente dependiam da luz solar passaram a ser realizadas também à noite. Esse processo tem consequências muito importantes para os regimes de vida, inclusive biológicas. A possibilidade de nos mantermos trabalhando mesmo sem luz solar traz alterações ao ciclo circadiano, à produção de hormônios e à saúde como um todo.

Em uma sociedade hiperprodutivista e, mais recentemente, hiperconectada, observam-se com frequência alterações significativas nos regimes de sono, no tempo dedicado à alimentação, à higiene pessoal e à prática de atividades físicas, o que tem contribuído para diversos problemas de saúde, como o aumento dos níveis de estresse e síndromes relacionadas ao excesso de trabalho.

Essa mudança tecnológica, que permitiu a realização de trabalho e outras atividades produtivas em horários diversos, transformou profundamente a organização do nosso cotidiano. A gestão do tempo passou a ser centrada em torno da dimensão laboral, que se tornou absolutamente central. Nas sociedades modernas industrializadas, a vida passou a se organizar em torno da produção e comercialização de bens. Como resultado, as pessoas passaram a dedicar uma quantidade muito maior e mais intensa de tempo a essas atividades em comparação com o período pré-industrial.

Isso não implica que todas as parcelas da população participem igualmente das atividades produtivas. Dois grupos sociais em particular, a saber, crianças, adolescentes e, eventualmente, jovens, foram historicamente afastados do mundo do trabalho produtivo ao longo da revolução industrial. Embora esse processo não tenha sido abrupto e ainda enfrentemos sérios problemas relacionados ao trabalho infantil, a sociedade moderna, ao estabelecer claramente as fases da vida humana, gradualmente segregou crianças e adolescentes do mercado de trabalho, direcionando-os para o ambiente escolar. A universalização e obrigatoriedade da educação escolar, assim como a institucionalização de leis que definem idades mínimas para o trabalho, contribuíram para um fenômeno significativo na sociologia da juventude: a criação de espaços próprios para crianças, adolescentes e jovens. Esses espaços, além de englobarem atividades de educação formal, possibilitaram que crianças e adolescentes passassem grande parte do dia interagindo quase exclusivamente com seus pares, desenvolvendo assim aspectos cruciais da sua sociabilidade.

Esse processo só se tornou possível a partir de uma concepção do desenvolvimento humano muito particular, evolutiva. Origina-se de um processo histórico de longa duração, do qual emergiu uma sensibilidade em relação à infância, traduzida na necessidade de se preservar esse período como um período delicado e relevante do desenvolvimento humano. Por essa razão, gradualmente

impôs-se a demanda por um cuidado mais específico em relação à socialização tanto das crianças como dos adolescentes, que vai em linha com a escolarização. As sociedades modernas industrializadas passaram então a serem organizadas em torno desses dois espaços e tempos – o da escolarização e do trabalho. É interessante pensar que o espaço da escola também é um lugar onde se desenvolvem atividades produtivas, e por isso a escola não necessariamente é um espaço completamente livre de trabalho – temos os trabalhos escolares e um conjunto de atividades que também se pautam pela lógica da produção: da produção de textos, da produção de exercícios, da prática, enfim, que no seu acumulado vão se traduzir depois no processo de formação e de profissionalização para o trabalho. É evidente que uma sociedade como a nossa abriga uma ampla variedade de formas de trabalho, incluindo trabalhos formais, informais, ilegais, salubres e insalubres, com condições de trabalho extremamente diversas. No entanto, o que persiste é a distinção fundamental entre o tempo dedicado à produção e o tempo não produtivo.

Nessa perspectiva, o tempo livre⁶ é o período que não está necessariamente associado à produção e é justamente nesse espaço que se situa o lazer. Enquanto conceito sociológico, o lazer é uma construção contemporânea que se configura como um espaço-tempo específico dedicado ao usufruto. As atividades realizadas durante o lazer não são necessariamente produtivas no sentido de trabalho produtivo, que envolve a transformação da natureza para a economia de bens. No entanto, o lazer, como uma dimensão espaço-temporal, não está completamente desvinculado do tempo de produção, pois é também um momento em que se consome aquilo que foi produzido para ser desfrutado nesta esfera. Assim, em uma sociedade do trabalho, organizada pelo capital, inclusive o lazer e o consumo, o capital está entranhado em tudo, inclusive também nos tempos livres. Mesmo aquilo que também fazia parte das atividades cotidianas, da sociabilidade, das interações familiares, também são atravessadas por essa dimensão dos tempos de trabalho em oposição aos tempos livres. No caso das crianças, dos adolescentes e, principalmente dos e das jovens, a parte desse tempo que não é produtiva, que fica

⁶ O conceito de tempo livre surgiu após a Revolução Industrial, com a liberação de parte do tempo anteriormente dedicado ao trabalho. Esse tempo livre implica que a liberdade não era exercida no trabalho industrial, que exigia uma sincronização nunca antes experimentada. Além disso, a liberdade do indivíduo como sujeito era limitada pela alienação imposta pela produção capitalista. Segundo Bacal (2003), o tempo livre surge do tempo liberado do trabalho, permitindo atividades de sobrevivência física e social, mas ainda relacionadas à noção de trabalho. (AQUINO; MARTINS, 2007, p. 490)

liberada do trabalho e das tarefas escolares, é destinado à sociabilidade e à interação com outras crianças, adolescentes e jovens. Essas interações nos tempos livres, marcado pela convivência com pessoas da mesma faixa etária são absolutamente fundamentais no processo de socialização para o desenvolvimento da identidade social dos indivíduos. É exatamente nesse contraste entre as formas de socialização dentro da família e aquelas com outras crianças, adolescentes e jovens provenientes de diferentes núcleos familiares, com valores e normas diversos, que surgem inúmeras oportunidades de reconhecimento e autoafirmação. Por isso, o espaço-tempo do lazer é extremamente relevante, pois é através dessa sociabilidade que jovens podem experimentar, usufruir, consumir e descobrir quem são. Além disso, o lazer permite que eles formulem projetos de vida ao explorar seus anseios, ambições e desejos, ajudando-os a identificar afinidades e orientações para seu futuro.

Ao pensar em juventudes, falar de tempos livres e da dimensão do prazer é absolutamente importante com um lócus do cotidiano em que pessoas jovens se encontram e convivem. Trata-se de um espaço-tempo onde normas, expressões culturais, formas de ser e estar — fortemente influenciadas pela geração a que pertencem —, assim como a escolha de símbolos, a construção de estilos de vida e modos de ser, emergem de maneira significativa nas interações com o grupo de pares, amigos, namoradas, namorados e colegas. Esses relacionamentos ocorrem em contextos distintos

daqueles do mundo do trabalho e das tarefas domésticas e de cuidado, oferecendo um espaço para atividades diferentes e para a construção de identidades e formas de vida alternativas.

A dimensão do lazer é um campo de estudos extremamente rico e importante no âmbito da sociologia das juventudes porque existe uma variedade imensa de possibilidades de exercício e fruição desses tempos livres. Além disso, existem diferenças muito significativas entre os jovens, pois os tempos livres não são disponíveis na mesma quantidade e na mesma condição para todos os jovens. Nessa perspectiva, é essencial romper com a ideia homogeneizadora do jovem como alguém sempre focado em diversão, ou como excessivamente hedonista e consumista. As condições para usufruir do espaço-tempo do lazer variam significativamente entre jovens do sexo masculino e feminino, jovens negros e brancos, e aqueles de diferentes origens socioeconômicas.

Outro aspecto extremamente relevante da dimensão do lazer é o lugar social ocupado pelos jovens, que impacta diretamente nas possibilidades de usufruir dos tempos livres. O acesso ao lazer e a quantidade de tempo livre disponível são marcadamente desiguais, refletindo diferenças socioeconômicas, de gênero, raça e região. Além disso, essas desigualdades também se manifestam nas diversas possibilidades dentro do tempo livre, incluindo as atividades a serem realizadas, os lugares a serem visitados e os bens a serem consumidos. Nesse contexto, dois componentes

particularmente importantes são a prática de atividades esportivas e o acesso aos bens culturais, abrangendo tanto o consumo de cultura quanto as oportunidades para a produção cultural.

Em uma sociedade extremamente desigual, como é a sociedade brasileira, pesquisas como o *Perfil da Juventude Brasileira*⁷ mostram diferenças na oferta de espaços de cultura e lazer entre municípios menores e municípios maiores, o tipo de espaço que existe de oferta, as possibilidades de usufruir de teatro, cinema, museu, espetáculos, shows de música, acesso a formas de entretenimento diversificadas e, mais recentemente também, desigualdades no acesso, no uso, no consumo e no usufruto de entretenimentos via das plataformas digitais também. Analisando os dados da pesquisa sobre o perfil dos jovens brasileiros, Brenner, Dayrell e Carrano (2008), mostraram que as desigualdades no uso do tempo livre são mais marcantes quando consideradas as variáveis de gênero e renda. As mulheres praticam menos esportes e realizam mais atividades domésticas, refletindo uma divisão socioespacial onde os homens têm maior mobilidade no espaço público. Além disso, o futebol, predominantemente masculino, contribui para a desigualdade na participação esportiva. Já a

⁷ A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira foi conduzida pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com apoio do Instituto de Hospitalidade e Sebrae, e realizada pela Criterium Assessoria em Pesquisas. O estudo quantitativo, abrangendo jovens de 15 a 24 anos em áreas urbanas e rurais, coletou dados em novembro e dezembro de 2003. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/perfil_juventude_brasileira.pdf

renda limita o acesso a bens e espaços culturais, evidenciando que as políticas públicas não têm oferecido alternativas significativas para o uso do tempo livre fora das relações de mercado.

Poderíamos atualizar essa pesquisa pensando em um contexto contemporâneo em que outros elementos importantes nos tempos livres sejam incluídos, como por exemplo, a internet, o tempo que se dispensa conectado, as próprias redes sociais e outras formas de entretenimento que dependem da internet, como por exemplo, os canais de streaming para acessar filmes, vídeos, programas, séries, os jogos online, todo um universo de entretenimento que se abre para os jovens. Quando pensamos nas desigualdades entre os jovens, é possível perceber a existência de uma divisão socioespacial no Brasil que tem a ver com acesso e, também, com diferenças que são pautadas pela forma como diferenças de gênero organizam e hierarquizam as relações entre os jovens. Brenner, Dayrell e Carrano (2008) constataram que os homens ou jovens do sexo masculino, em geral, têm a ter mais mobilidade socio comunitária no espaço público, enquanto as mulheres, por sua vez, estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extra-familiares. Existe um controle social mais rigoroso sobre as jovens e suas possibilidades de aproveitar outros espaços públicos. Ao analisarmos o uso do tempo, as pesquisas demonstram que a divisão sexual do trabalho exerce uma influência significativa nesse contexto. Estudos

em áreas como a sociologia do trabalho e outras disciplinas evidenciam uma desigualdade considerável na divisão sexual do trabalho, especialmente no que diz respeito às tarefas de cuidado doméstico e com outras pessoas, como crianças, idosos e pacientes crônicos. Essa desigualdade também se reflete em uma menor quantidade de tempo livre disponível para as mulheres, afetando não apenas a capacidade de sair e consumir, mas também a quantidade de tempo livre disponível, dependendo da situação social do indivíduo.

Ter acesso ao lazer não se resume apenas a ter condições financeiras para comprar um ingresso para um show caro ou obter um desconto como estudante, mas também inclui a capacidade de se deslocar. A mobilidade desempenha um papel crucial e gera desigualdades no acesso ao lazer. O quanto a mobilidade facilita o acesso a espaços culturais, a disponibilidade de transporte, o tempo livre disponível, e a diferença entre a oferta de lazer e eventos culturais nos finais de semana e durante a semana, inclusive à noite, tudo isso evidencia que a experiência do tempo livre e do lazer entre os jovens é bastante desigual, penalizando determinados grupos em relação a outros. Jovens adultos, em geral do sexo masculino, com mais renda, moradores de grandes centros urbanos, Em geral, tendem a ter acesso a mais opções de lazer e podem usufruir de mais oportunidades de consumir cultura e praticar esportes do que outros jovens que têm mais dificuldade em sair dos seus locais de origem para acessar bens e equipamentos culturais ou onde residem

essa oferta é incomparavelmente menor. Alguns jovens terão menos liberdade para sair, para se deslocar e as jovens, além disso, estão mais vulneráveis à violência de gênero. Até mesmo sair à noite com as amigas, sair para dançar, voltar de madrugada, é preciso planejar, ter alguns cuidados, pois há riscos desigualmente distribuídos pela condição de gênero.

Considerando o que já foi exposto anteriormente, fica claro que o tempo livre dedicado ao lazer, também denominado ócio⁸, é fundamental para o bem-estar, não apenas para a sociabilidade e a criação e desenvolvimento de redes que ampliam as possibilidades de inclusão, mas também para o bem-estar e para a qualidade de vida.

Historicamente, associamos a juventude a um período da vida em que, devido ao afastamento das atividades produtivas e à separação das crianças, adolescentes e jovens do mundo do trabalho, bem como à centralidade da sociabilidade entre pares durante a escolarização, se presume que haja mais tempo livre e, conseqüentemente, mais oportunidades para se dedicar ao lazer. Mas não é exatamente isso que acontece, há uma série de obstáculos que se interpõem em relação ao lazer. O ócio, o descanso, a prática de esportes e o consumo de cultura são essenciais para um estilo de vida saudável e equilibrado. O excesso de

⁸ O ócio é visto como uma atividade que não busca um fim externo, ou seja, é uma atividade que traz em si a própria razão de ser. Historicamente, o ócio se opunha ao trabalho e era associado a um tempo de contemplação e relaxamento. Na contemporaneidade, o conceito de ócio se transformou, sendo frequentemente confundido com o lazer, mas mantendo uma conotação de liberdade e ausência de obrigações. (AQUINO; MARTINS, 2007).

trabalho, a sobrecarga e o estresse interferem na qualidade do sono e estão associados a uma série de doenças como diabetes, pressão alta, colesterol elevado, aumento de peso, entre outras. Por essa razão, o lazer, o usufruto, e o acesso ao consumo de bens culturais, constituem um direito cuja garantia precisa ser reivindicada. Desse modo, o lazer não é apenas uma dimensão das vivências juvenis no sentido de que o hedonismo e a fruição seriam características dos jovens, mas um direito fundamental de todos os seres humanos.

Em uma sociedade hiperprodutiva e hiperconectada, é crucial reavaliar como a organização das atividades em torno da produção afeta a saúde e o tempo de convivência com a família e amigos, bem como o exercício dessas sociabilidades. A excessiva valorização do tempo produtivo em relação aos tempos livres para a produção de riqueza e transformação da natureza em bens de consumo nos priva de um tempo vital, que poderia resolver uma série de outros problemas sociais. Assim, o lazer se torna uma dimensão central para os jovens, pois é nesse espaço que ocorre a construção de relações sociais, onde se estabelecem vínculos sociais, afetivos e espirituais. É a partir dessas relações que surgem diversas possibilidades de mediação, direcionadas a outros interesses e à satisfação de necessidades pessoais muito específicas. É fundamental refletir sobre os impactos negativos de não ter tempo livre ou acesso ao lazer, e como isso pode afetar nossa saúde. Devemos considerar o que perdemos como sociedade

ao não poder consumir ou produzir cultura, e como isso contrasta com os efeitos prejudiciais do excesso e da sobrecarga de trabalho que nos adocece. A falta de tempos livres e de oportunidades para o lazer e a cultura pode ter consequências profundas e transformadoras, influenciando nossa qualidade de vida e bem-estar. O lazer é uma dimensão da vida absolutamente central e que não algo do qual os jovens se ocupam de forma despreziosa, mas um direito fundamental de todos nós.

Referências

ALVES, Pedro M. S. "Consciência do tempo e temporalidade da consciência". *Phainomenon*, v. 1, n. 1, p. 111-130, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/phainomenon-2001-0013>. Acesso em: 14/09/2024.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e subjetividade*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1595/3577> Acesso em: 13/09/2024.

Bacal, S. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. "Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

MOURÃO, Victor Luiz Alves. "Temporalização do espaço social: apontamentos para uma sociologia do tempo." Ciências Sociais Unisinos, vol. 52, no. 1, jan/abr 2016, pp. 69-79. doi: 10.4013/csu.2016.52.1.09.

JUVENTUDES, SKATEBOARDING Y ESPACIOS EN EL GRAN LA PLATA

Jorge Ricardo Saraví

Introducción

El presente capítulo es fruto de una investigación que analiza la práctica del skate en el Gran La Plata (Ensenada, Berisso y La Plata), localidades de la Provincia de Buenos Aires, en Argentina. Se trata de prácticas son realizadas por sujetos en su mayoría jóvenes, aunque también por niños y adultos. Se ha buscado indagar asimismo en sus relaciones con el campo de la Educación Física. La investigación ha profundizado en modos, características, sentidos y significados que tiene el skate para quienes lo practican, así como para una parte del resto de la sociedad. Para ello se han utilizado un abanico de conceptos y estrategias metodológicas que pusieron en diálogo a la antropología, la sociología, las ciencias de la educación y la Educación Física. De modo más específico, los postulados de la Praxiología Motriz fueron empleados para analizar la lógica interna y la lógica externa. La relación de los sujetos con los espacios (plazas, skateparks, y en particular con el espacio público) se destacó como un importante eje analítico en la investigación, que será desarrollado aquí con mayor detenimiento.

Asimismo, fueron estudiadas las relaciones con los materiales, con el tiempo y con los otros participantes. La metodología utilizada fue cualitativa y de corte interpretativo. Los instrumentos de construcción de datos fueron entrevistas, observaciones participantes y fuentes secundarias (documentos, páginas de internet, redes sociales y videos).

Desde el surgimiento del skate en tanto práctica recreativa y de uso del tiempo libre, han existido formatos de competición que lo han vinculado al mundo del deporte. La organización de torneos ha fortalecido el avance del skate como práctica deportiva. Dicha vertiente que se ha potenciado a partir de la inclusión de la disciplina en los Juegos Olímpicos de Tokyo 2020, con continuidad en los J.J.O.O. de Paris 2024. El trabajo de investigación llega a conclusiones que nos permiten también visibilizar que los practicantes de skate en la región se manifiestan a través de acciones políticas en virtud de reclamos que consideran justos, y que se expresan y potencian por la grupalidad. El estudio pone también en evidencia la coexistencia de diferentes modos de práctica del skate, diversidad que se construye tanto en relación a los espacios utilizados (calle o *street*, y pista), así como en relación a la forma en que lo practican y lo entienden los propios skaters (sea de una manera más "libre" o más reglada y deportiva).

Los jóvenes, la ciudad y las prácticas

Este trabajo investigativo hace hincapié en prácticas realizadas por sujetos en su mayoría jóvenes, o que en todo caso suelen ser considerados como jóvenes por el resto de la sociedad. Por ello esta investigación es en cierta parte un estudio sobre juventudes, centrado en la práctica de los actores juveniles, en lo que De Certeau llama las "prácticas cotidianas" (De Certeau, 2010)¹. Hemos tratado de alejarnos de visiones esencialistas entendiendo que no hay una única manera de ser joven. En lo plural del concepto jóvenes o juventudes está encerrado lo particular de las diferentes vivencias y sentidos de los sujetos y sus colectivos. Los estudios sobre juventudes ya no son actualmente un tema marginal: desde hace un tiempo ha comenzado a ser valorado en el ámbito de las Ciencias Sociales. Las producciones que nos permiten pensar y analizar a la juventud desde una definición plural tienen ya un largo recorrido, iniciado en Francia por Bourdieu (1990a) y en Argentina por Margulis (1996). Diferentes autores han profundizado en esa senda arrojando claridad respecto a diferentes aspectos y matices de la temática (Chaves, 2010; Criado, 1998; Dávila León, 2004; Feixa, 2006; Reguillo, 2000). Esa perspectiva, en la cual nos inscribimos, contextualiza a la juventud de una manera situada histórica y socialmente. Del amplio espectro de prácticas que se pueden crear o desarrollar, en esta

¹ De aquí en adelante el lector o lectora encontrará comillas para palabras o citas textuales de autores que ha sido utilizados como bibliografía.

investigación nos interesan particularmente aquellas que están relacionadas con lo corporal y/o con lo deportivo. El estudio de las prácticas corporales de los jóvenes², ha cobrado un notorio desarrollo en los últimos años, en este trabajo nos referiremos específicamente a la práctica del skate. Pero ¿todos quienes practican son jóvenes? (o considerados como “jóvenes” por la sociedad). En las observaciones realizadas durante el trabajo de campo, hemos visto niños, niñas y adultos deslizándose con una tabla de skate.

Otro de los elementos constitutivos de la práctica corporal que hemos estudiado es que se desarrolla en ámbitos urbanos. Nuestro concepto de espacio toma como punto de partida las perspectivas de Henri Lefebvre (1981), Milton Santos (1990) y Michel De Certeau (2010), quienes conciben a los espacios como construcciones históricas y sociales, utilizados y practicados por los seres humanos en una temporalidad precisa. Considerando que el concepto ciudad tiene sus limitaciones (Mongin, 2006), preferimos el de prácticas urbanas, entendiendo que en ese tránsito nuestros estudios apuntan a “una teoría de las prácticas cotidianas, del espacio vivido y de una inquietante familiaridad de la ciudad” (De Certeau, 2010, p. 108). Dado que el estudio de *lo urbano* es una tarea amplia y compleja, en este caso

² Hemos utilizado el genérico masculino con el objetivo de facilitar la lectura (y la escritura). Nos sentimos sumamente alejados de las dualidades que entienden a lo masculino y a lo femenino como polos opuestos. Esta nota intenta ser sólo aclaratoria, no justificativa.

tomaremos como perspectiva de indagación qué sucede con las prácticas corporales que desarrollan los ciudadanos, desde sus propias experiencias urbanas (Segura, 2010). Los estudios sobre prácticas corporales de skate en sus vínculos con la ciudad y los espacios públicos proliferan día a día, en particular con abordajes desde las Ciencias Sociales. Las primeras investigaciones fueron publicadas en la década del noventa: Calogirou y Touché (1995) en Francia, Beal (1995) en Estados Unidos, Pegard (1996) en Canadá y Uvinha (1997) en Brasil.

En las grandes, medianas o pequeñas urbes del planeta vemos cada vez con mayor frecuencia a jóvenes que en los espacios públicos se expresan a través del cuerpo en una multiplicidad de disciplinas diferentes: acrobáticas, artísticas, riesgosas o no, muchas veces impactantes para el ocasional espectador. Los actores que las llevan adelante las protagonizan de manera activa, desarrollándolas y haciéndolas mutar. De esta manera, y como afirma Feixa, los jóvenes traducen sus prácticas “en una redefinición de la ciudad en el espacio y en el tiempo” que permite “humanizar plazas y calles (quizá con usos no previstos)” (Feixa, 2006, p. 117). En la última década, Latinoamérica se ha destacado en el estudio de los procesos de producción académica en torno a la tríada conceptual prácticas corporales-ciudad-jóvenes. Entre los autores que podrían considerarse como referencias podemos mencionar justamente a Reguillo Cruz (2000),

Carrano (2002), Stigger, González y Silveira (2007), Chaves (2010), y Saraví (2017).

Skate y espacios en La Plata, Berisso y Ensenada

Por una cuestión de extensión, en este texto nos centraremos en un análisis del espacio y los espacios utilizados por los skaters del Gran La Plata. El skate no sólo surge del entramado urbano, sino que forma parte de él. Nace desde la ciudad y muta en la medida en que ella cambia. El skate no es una práctica que se apoya en los espacios públicos urbanos, sino que se funde con ellos, los modifica y su práctica es a la vez modificada por las transformaciones arquitectónicas. Los skaters *producen* ciudad y crean un espacio material que se adapta a sus usos específicos (Hernández Mayorquin, 2018). El uso y apropiación de los espacios urbanos por parte de los jóvenes skaters es un tema que ya ha sido abordado por numerosos autores (Almada Flores, 2014; Brandão, 2006; Camino, 2012; Pegard, 1996; Saraví, 2012). Buscar un sitio, una escalera, un borde, en síntesis, transformar cualquier mobiliario o accidente urbano en un spot forma parte de esa apropiación. Pero aquí interesa destacar dos aspectos singulares de la relación entre quienes practican skate y los espacios urbanos: por un lado, la idea de apropiación, que remite a quedarse en un lugar, en una permanencia que suele ser de muchas horas, que luego se repite volviendo a ir a ese mismo lugar (al día siguiente o una semana después, o cuando sea). Por el otro, esto también

puede manifestarse en la itinerancia, en una búsqueda de buenos lugares para practicar. Trasladarse patinando por una calle o por la vereda, es quizás una apropiación más transitoria pero que al fin de cuentas también implica sentir el espacio público como temporariamente propio.

Los skaters entrevistados afirman que el espacio utilizado es su casa. El uso frecuente, implica una familiarización con dicho lugar. Por ejemplo, Santino relata enfático que: “para lo que es la movida del skate, el Teatro es muy grosso, no es solamente un lugar, fue nuestra casa durante un montón de tiempo, nosotros lo vivimos al 100%, mientras que estuvo abierto del todo, mientras que lo fueron cerrando, mientras que le fueron poniendo la rejita, todas las etapas las vivimos como si nos hubieran tocado el alma, era nuestra casa esa” (Santino, entrevista personal, 3 de marzo de 2017)³. O como afirma Jerónimo en relación al skatepark de Ensenada: “lo veo como una plaza, como un lugar que... yo sinceramente lo veo como mi casa, en realidad. Lo veo como que yo me crie ahí, que aprendí muchísimas cosas” (Jerónimo, entrevista personal, 20 de diciembre de 2018). El skate se trata de eso, de vivir en esos espacios, de vivirlos intensamente. Estar durante varias horas “tirando” un truco en un mismo lugar y como allí resulta óptimo, al día siguiente ir de nuevo y repetir el sitio elegido. Utilizar un espacio urbano reiteradamente como un espacio de encuentro, no

³ El entrevistado hace referencia al spot ubicado en el Teatro Argentino de La Plata (Saravi, 2019) y al proceso de colocación de rejas que impidió que los skaters luego pudieran continuar accediendo al lugar.

sólo de práctica corporal y deportiva. Un espacio que a la vez se refuerza desde lo social porque van a encontrarse con sus amigos y a quedarse ahí hablando, donde se produce un recambio casi permanente de actores, donde se genera un intercambio de carácter socioespacial. Si bien esto nos remite a la lógica externa, entendemos que es importante mencionarlo dado que se encuentra en estrecha relación con el uso de los espacios, es decir con su lógica interna.

Otra instancia de la apropiación está marcada por el hecho de llevar a los lugares de práctica rampas y barandas armadas de manera casera. Se trata de modificar los espacios mediante objetos que son producto de una cierta elaboración e implican en general el uso de herramientas para su confección. Para concretar este tipo de propuestas artesanales-autoconstructivas los jóvenes suelen utilizar por ejemplo materiales de rezago de obras en construcción (como palets de madera), con lo cual evitan el gasto de dinero. En ocasiones suelen llevar a las pistas pedazos de cordones de veredas, tal como lo hemos registrado en las observaciones realizadas en el skatepark ubicado en 32 y 26 de La Plata. Estos elementos suelen tener un carácter mucho más inestable que los diseñados para las pistas, y producen una cierta incertidumbre. Este concepto, remite al “grado de imprevisión ligado a ciertos elementos de una situación” (Parlebas, 2001, p. 248). En este caso se trata de la incertidumbre asociada al medio físico.

Al colocar, agregar e introducir objetos de hierro, de cemento, de madera -o del material que sea-, hacen que su sentimiento de pertenencia hacia el lugar sea más fuerte. En síntesis, readaptan el espacio con materiales que no estaban en ese lugar, que son traídos desde más lejos y que permiten que ese sitio sea nuevo, diferente, y que se adapte a la práctica del grupo, de acuerdo a sus necesidades. Todo ello refuerza ese sentimiento del espacio utilizado como propio, aunque no lo sea -o por lo menos no totalmente/únicamente. En este caso, consideramos que es más adecuado referirnos a transformación y reutilización de los espacios. Para el mexicano Hernández-Mayorquin “participar, inventar y producir simbólicamente los spots representa una táctica de empoderamiento” (2018, p. 93). Esto implica la posibilidad de modificar los espacios, y así de generar nuevas formas de usarlos. La lógica interna, en lo que refiere a la relación del skater con el espacio, parece entonces ser dinámica (siempre y cuando haya modificaciones concretas). En otras palabras, un lugar que ya fue visitado muchas veces puede ser diferente al introducirle algunos obstáculos nuevos, o con una reorganización de los mismos. Todo un desafío para los practicantes.

En la práctica llevada adelante en el Gran La Plata existen básicamente dos grandes tipologías o modalidades, de acuerdo a los espacios utilizados: el skate en pistas o skateparks, y el *street* skate o skateboarding de calles (a veces

llamado callejero)⁴. Entendemos que tienen muchos puntos en común, pero a su vez existen algunas diferencias que las distinguen y que será necesario señalar y analizar a continuación. Estas dos opciones, se pueden entender como una dicotomía, considerando que el *street* remite quizás a un costado más lúdico, en tanto que la práctica en pistas parecería aplicarse a aspectos ordenados y/o deportivos de la disciplina (y que a su vez respondería a ciertas expectativas sociales de parte de *otros* ciudadanos que no quieren verlos transgrediendo-rompiendo, ni escucharlos haciendo ruidos). Pero también sería interesante la perspectiva de entender el uso de ambos tipos de espacios no en términos de dicotomía sino de complementariedad. Creemos que ese debate binario impide un análisis de la complejidad de la práctica y, tal como plantean Glenney y Mull (2018), a considerarlo desde una perspectiva ecológica, de interconexión sujeto-entorno, es decir skaters-espacios. En ese sentido nuestro entrevistado Juliano afirma: “Yo creo que se complementan, yo creo que el skater siempre tiene que tener de una y de otra, por más que después tenés el tema social, que rompen todo, ese ya es un tema aparte que ni siquiera me meto porque es un tema recontra viejo” (Juliano, entrevista personal, 8 de febrero, 2017). Pero no duda cuando se posiciona en relación a sus propios gustos: “yo soy skater de

⁴ Actualmente el *street* y el *park* no solamente se encuentran en las prácticas no formalizadas y llevadas adelante en el tiempo libre, sino que también han devenido en categorías organizadoras de las competiciones de skate. Para más detalles ver el capítulo 4 de la tesis de Saravi (2019), referido a las relaciones entre skate y deporte.

calle, a mí me gusta salir y bardear, saltar una escalera y que salga y me eche la vieja y me gusta estar de ese lado del skate, no me gusta estar del otro”. Santino entiende que son modos de práctica y que ambos tienen sus matices: “el skatepark lo que te da es la fluidez, es el lugar donde vos tenés para ir a practicar y lo que tiene el street, la magia que tiene es que no hay nada hecho para que vos patines, está todo hecho pensado para otra cosa, tiene otro sentido” (Santino, entrevista personal, 3 de marzo de 2017).

Ambas formas, una más libre en las calles y otra que se realiza dentro de un espacio artificial, estuvieron presentes prácticamente desde el inicio en la historia del skate (originalmente fueron piscinas vacías, luego rampas medio tubo y hoy skateparks). Sin embargo, algunos practicantes parecen entender que el auge en la construcción de pistas conduce a que las prácticas de *street* sean menos frecuentes. Niceto dice respecto a esto: “con el auge de los skateparks... hoy en día hay tantos skateparks que los pibes son pibes de skatepark, yo también incluso voy más seguido a Elvira que a Obras Públicas, que casi nunca voy; pero que se yo, faltan esas ganas de patinar la calle que existían cuando éramos jóvenes y no había lugares que patinar” (Niceto, entrevista personal, 20 de abril de 2016)⁵. Por cuestiones de extensión, en este texto nos abocaremos al análisis de las prácticas callejeras o *streeteras*.

⁵ Obras Públicas es un spot urbano, ubicado en el centro de la ciudad de La Plata. “Elvira” remite al skate del barrio de Villa Elvira. Ambos espacios serán analizados unas páginas más adelante.

El *street*. Patinando por las calles del Gran La Plata

El skate surge en las calles de la ciudad, y teniendo en cuenta su historia podríamos decir que la práctica skater es callejera por excelencia. Según relata Iain Borden (2019), en la década del setenta los primeros surfers-skaters se lanzaban en California por calles con pendiente -siguiendo de cerca las curvas y ondulaciones del asfalto-, y utilizaban bancos de cemento en accesos o patios de escuelas. Los alemanes Van Doren y Pramann lo explican de la siguiente manera: “El skate tiene sus raíces en la calle. El street es el estilo que más se parece a la forma de origen del skateboard, porque con el *sidewalk-skating* empezó todo” (1992, p. 53). El *street* exige deambulación, consiste en recorrer, en buscar. De la misma manera en que el surfista busca la ola, el skater se encuentra oteando las rugosidades del paisaje urbano en busca de una textura diferente que se destaque, sobre la cual saltar o deslizarse. Esa búsqueda permanente es algo que caracteriza a la práctica street: por un lado el interés de no quedarse en un (único) sitio fijo, y por el otro la necesidad de cambiar, dado que muchas veces se sufren expulsiones en los sitios elegidos. El street implica riesgos, que son por un lado corporales, inherentes a la propia lógica interna; desde caerse, pasando por raspones y contusiones, hasta esguinces, dislocaciones o fracturas (Saraví, 2012). Pero además existen riesgos diferentes, de otro orden, más bien ligados a la lógica externa: al entrar o transitar por lugares no autorizados, se corre el riesgo de la expulsión (e inclusive

sufrir maltrato y violencia). A pesar de lo que se podría pensar a priori, esto no sucede solamente en el ámbito de las propiedades privadas, ya que en toda la región, los jóvenes que practican skate suelen ser literalmente echados del espacio público.

En la ciudad de La Plata los skaters dan cuenta de un uso de las calles como espacios a transitar. Al respecto Santino despliega ese conocimiento en las siguientes palabras: “Hay calles estratégicas que nosotros sabemos que son las que dan, las que están lindas para patinar, ponele 6 está linda para patinar, 47 está linda para patinar, no para quedarte, para cuando vas de un lado a otro; esas son las calles que agarrás, agarrás 8 también, está muy linda para moverte, 51 también, 53, que son las del Teatro” (Santino, entrevista personal, 3 de marzo de 2017)⁶. Se trata del deslizamiento, una experiencia corporal y espacial que produce una cierta fluidez, un vagabundeo o dar vueltas por la ciudad (Chaves, 2015). Un tránsito por las calles que no suele ser bien visto por taxistas y otros conductores de vehículos. Se trata de una búsqueda de elementos del paisaje urbano que puedan ser utilizados para la práctica.

El estilo *street* le otorga una nueva funcionalidad a los espacios urbanos, resignifica el mobiliario urbano. “Lo que tiene el *street*, la magia que tiene es que no hay nada hecho

⁶ El entrevistado está haciendo referencia a los números de las calles de la ciudad de La Plata. Ver: <http://callesdelaplata.blogspot.com/2012/02/numeracion-de-las-calles.html>

para que vos patines, está todo hecho y pensado para otra cosa, tiene otro sentido, un banco está hecho para sentarse, yo no veo un banco de la misma manera que lo ve el resto de la gente, yo veo un banco, para mí es un borde, yo veo una escalerita y ya la medí en escalones, no veo una escalera para subir, yo la busco para saltar, lo mismo ves un caño cualquiera en el piso, uno ve ese caño, ni lo mira, bueno, para nosotros es una baranda, se usa todo, ves un tacho de basura y bueno, nosotros lo usamos para saltarlo” (Santino, entrevista personal, 3 de marzo de 2017). No se trata sólo de lo que es el objeto en sí mismo, sino de los sentidos y significados que le asignan los skaters. Chiu (2009) opina que la geografía de la ciudad, en lugar de ser una suma de edificios emblemáticos conocidos por el resto de los ciudadanos y visitantes, en el mapa cognitivo del skater pasa a estar compuesta por una serie de plazas anónimas y pequeños espacios o rincones patinables.

Esto a su vez también puede ser leído en clave de obstáculos, de dificultades e irregularidades que presentan las superficies no preparadas para el deslizamiento. El *street* pone en evidencia un formato de práctica que implica sorprenderse y sorprender. Se trata de lo imprevisto, lo no calculado. Para los skaters locales, diversión parece rimar con transgresión. Pero si bien la idea de divertirse aparece en el vocabulario que ellos utilizan y fue recogida de manera textual en los discursos de las entrevistas, en cambio transgredir no aparece ni como verbo ni como acción. Es una

categoría que otros ciudadanos usan para describir algunas de sus prácticas, e inclusive una interpretación de las investigaciones. Tal como afirma la australiana Kara-Jane Lombard: “Ha habido una tendencia en los escritos académicos sobre el patinaje para priorizar la resistencia, pero esto no es necesariamente lo más importante en la mente de los patinadores” (2010, p. 480).

Los skaters quieren patinar, esa es su obsesión; y por momentos: a cualquier costo. Niceto lo expresa diciendo “patinás donde querés y buscás, pero no es que uno va intentando destruir un lugar, uno ve una prueba en un lugar... y te incita más a querer hacerlo, se vuelve más difícil, es un reto, realmente en el momento te chupa un huevo si se rompe, si se raya, si se mancha, la única sensación que uno quiere lograr es, que se yo, triunfar ante ese objetivo” (Niceto, entrevista personal, 20 de abril de 2016). Entendemos que ello tiene sus consecuencias en que, por ejemplo, una parte de los ciudadanos asocia skate con destrucción o rotura (de fuentes, de bancos, etc.). Construyéndose así una imagen de rebeldía, que por momentos parece ser cierta, y por momentos parecería una construcción mítica (la cual entendemos que se está modificando tanto de parte de los skaters como del resto de los vecinos). La modalidad *street* es practicada en todo el Gran La Plata. Tomando como punto de partida lo que nos informan nuestros entrevistados y lo que hemos registrado durante las observaciones, el *street* se desarrolla de manera muy activa en la ciudad de La Plata y

en menor medida en las localidades vecinas. La causa principal de esta diferencia parecería ser la dificultad para acceder a sectores adecuados en Ensenada y Berisso, ya que hay por ejemplo pocos edificios u otros espacios públicos (La Plata es el partido con mayor población de los tres, y por ende con mayor nivel de urbanización)⁷.

Además de los sitios locales para patinar, aparecen otras ciudades, otros *spots*, otras pistas. Carlos explica cómo fue su proceso viajero desde una localidad del partido de La Plata (distante a diez kilómetros aproximadamente): “de a poquito me expandí a La Plata, conocí chicos de La Plata, con algunos de esos chicos después me llevaron a Quilmes, a Bernal, después empecé a ir a Buenos Aires y de a poco me fui expandiendo cada vez más hasta que cuando empecé a viajar, me di cuenta que también no quería soltar nunca más el skate; el skate se basa mucho en eso, en viajar, ir conociendo lugares” (Carlos, entrevista personal, 19 de julio de 2016). El viaje no es sólo conocer nuevos espacios, es también tener la mente y el corazón abiertos a nuevas experiencias de vida. Juliano es categórico al respecto “Y todo lo hace el skate... yo gracias al skate empecé a viajar, viajar me mostró que estaba viviendo en una burbuja” (Juliano, entrevista personal, 8 de febrero, 2017). El viaje revela aspectos importantes y muestra

⁷ En su condición de capital de la Provincia de Buenos Aires (Argentina), la ciudad de La Plata es un importante centro administrativo. Desde el punto de vista arquitectónico posee muchos edificios públicos (particularmente en el sector de su casco fundacional). La mayoría de ellos son sedes de ministerios y-o de oficinas públicas provinciales.

que hay una itinerancia en busca de otros espacios. Lo cual caracteriza a una práctica cambiante, y a una relación de los skaters con espacios que suelen ser -frecuentemente-, “nuevos”. Por lo tanto, será necesario tiempo para conocer, adaptarse y ejecutar un amplio repertorio de acciones motrices en acuerdo con cada uno de esos espacios.

Para muchos skaters ellos no hay nada como practicar *street*, lo cual les brinda otras posibilidades de diversión. Severino, quien también tuvo su iniciación con el *street* afirma que “el skate de verdad está en la calle”, pero arroja algunos matices reconociendo que “eso depende de la manera de verlo de cada uno” (Severino, entrevista personal, 13 de abril 2016). Juliano se fusiona y se identifica con ese modo de práctica: “yo me acuerdo de andar en la calle y soy yo y el skate. En lo personal, no hay nada como andar en la calle” (Juliano, entrevista personal, 8 de febrero, 2017). Pero el *street* no es sólo la búsqueda permanente de lugares, sino que a la vez es asentarse en un lugar y quedarse allí practicando. Y si el lugar reúne las condiciones adecuadas y además tiene una cierta extensión para albergar a varios skaters, suele ser habitual retornar y continuar utilizándolo. De esta manera se consolida la apropiación del espacio público.

El desarrollo de esa sociabilidad y grupalidad que hemos explicitado algunas páginas antes, está actualmente concentrada y contenida en particular en un *spot* en La Plata, conocido comúnmente como “Obras” (o también como “OP”).

Estamos haciendo referencia a la plaza del edificio del Ministerio de Obras Públicas de la Provincia de Buenos Aires, sito en calle 7 entre 58 y 59. Allí son utilizadas particularmente sus veredas, sus bancos de cemento y la amplia explanada de entrada al edificio (que ocupa casi media manzana y es en cierta manera una plaza pública). En este último sector, central y más visible, suelen ubicarse algunos obstáculos improvisados por los propios skaters con materiales caseros. También hay una galería con columnas que forman parte del edificio, por la cual a veces patinan, pero en general no muy usada ya que de ahí los guardias los expulsan más rápidamente. El piso allí es sumamente adecuado para patinar. Uno de los skaters coloca el siguiente texto bajo una foto de Instagram, correspondiente a este espacio: “Nada más lindo que el frío, duro y hermoso piso de OP”.

El *street* es una forma de práctica que permite una cierta libertad. La elección a priori parece muy vasta, ya que en principio el skater tiene toda la ciudad por delante. Pero esa libertad es relativa y tiene un cierto carácter ficticio (Laurent, 2008), ya que el contexto pone ciertos límites. Por un lado, están las posibilidades corporales como límite concreto, pero también lo relacionado al mobiliario urbano utilizado y a la dificultad elegida: caerse al intentar deslizarse por una baranda, saltar desde una escalera demasiado alta, etc. El *street* se desarrolla en esa tensión constante de donde sí es posible practicar y donde no, en que lugares está

permitido o en cuales prohibido. La libertad tiene que ver más con la propia percepción del sujeto (Saraví, 2012), que con las características intrínsecas de la práctica. En este punto el espacio es un aspecto de la lógica interna que se entrelaza estrechamente con la lógica externa.

Desde la perspectiva de la lógica interna, el *street* es una práctica que se desarrolla en múltiples espacios, algunos similares pero otros diferentes. Si bien la ciudad puede parecer a priori un espacio estable, los lugares patinables y los mobiliarios urbanos sufren modificaciones (a veces ligadas a factores climáticos). Para quienes realizan este modo de práctica se trata de ir al encuentro de la incertidumbre, de “leer” la información proveniente del entorno y luego tomar decisiones en consecuencia. El riesgo está presente, pero la variabilidad *streetera* ofrece atractivos sumamente tentadores y permite un sinfín de posibilidades creativas.

Conclusiones

En la investigación realizada el principal interés ha sido conocer y entender a la práctica y a los practicantes, en sus relaciones interpersonales, en sus vínculos con el espacio, con el tiempo y con los materiales. El skate es una práctica corporal que está atravesando un proceso de cambios, por lo tanto este estudio ha sido una fotografía, una foto del presente, en una región determinada de Argentina, en un aquí y ahora. Es probable que dentro de algunos años el

skateboarding pueda tener características diferentes, aunque no lo sabemos a ciencia cierta. La multiplicidad de espacios, el uso flexible del tiempo, las transformaciones tecnológicas de los materiales y el movimiento hacia la deportivización son algunos de los elementos que ponen en evidencia este proceso.

El uso y apropiación del espacio y los espacios, es sin lugar a dudas un rasgo determinante en esta práctica, y ha sido el tema que hemos intentado abordar en este texto. Por cuestiones de extensión, el abordaje ha sido parcial, y se ha elegido realizar una aproximación a las practicas callejeras. A modo de conclusión diremos que el espacio urbano que seduce a los skaters no es único, que está conformado por varios espacios y que a su vez se dividen en sub-espacios: calles, veredas, escaleras, barandas en el *street*; ollas, quarters y cajones en el skatepark. Los skaters despliegan una serie de técnicas corporales que si bien en sí mismas son estereotipos motores, no se ejecutan de manera mecánica mediante automatismos robóticos, sino que son concretadas en una práctica reflexiva y creativa. Se trata de la inteligencia motriz (Parlebas, 2001) puesta en acción. Quienes patinan tratan de que en su práctica exista una porción de incertidumbre que les permita tomar decisiones y hacer elecciones motrices. Es una condición frecuentemente recreada, buscada. Esto se expresa en la búsqueda de lugares en calles y espacios públicos no preparados ni acondicionados.

Patinar en calles y lugares no preparados para hacer skate tiene un carácter más lúdico, más impredecible y que exige mayor capacidad de lectura del medio. En la práctica *street*, el skater debe adaptarse a las condiciones de cada lugar y las condiciones pueden cambiar sustancialmente de un sitio a otro. En la calle la búsqueda de lo impredecible, de lo no estandarizado, de un entorno que no está preparado ad-hoc, agrega mayores desafíos. En este modo de práctica, el eje pasa por el descubrimiento de sitios interesantes, cambiando permanentemente de lugar y encontrando nuevos rincones. Es afrontar nuevas dificultades motrices, enfrentarse a desafíos sumamente tentadores. Buscar, probar y experimentar nuevos obstáculos, de eso se trata el *street*, una práctica que exhibe el uso diverso de un gran abanico de espacios urbanos. El skater debe realizar ajustes corporales para amoldarse a las características del lugar y-o del objeto. El riesgo asumido de que la baranda de una escalera en un edificio abandonado puede moverse y desestabilizarse al apoyarse en ella, o efectuar un truco sobre una superficie que presenta irregularidades, son fuente de atracción para los skaters “streeteros”. A esta incertidumbre proveniente del artefacto (baranda, pared, rampa, etc.), se le suman aspectos del orden de lo externo: la posibilidad de que pase gente por el lugar al momento de hacer un truco, o que en medio de la ejecución un policía o un guardia los interfiera y-o los expulse. Se trata permanentemente de tomar decisiones frente a ese espacio que se torna cambiante e inestable.

Buscar formas de inestabilidad brinda mayores posibilidades de crear y producir acciones motrices. En el skate callejero, diremos que se trata de la utilización de espacios menos estandarizados y en los cuales el grado de incertidumbre es mayor. La opción de practicar en calles, remite a un costado más lúdico y libre, en tanto que en pistas está vinculada a un uso de espacios controlados y estandarizados; lo cual se podría plantear en términos de complementariedad.

Entender a las prácticas corporales desde una perspectiva sistémica implica otorgarle particular importancia a la interacción de quienes practican con el entorno (Parlebas, 2003). Una de las conclusiones de esta investigación es que para la práctica del skate en el Gran La Plata, se utilizan de manera activa y frecuente tanto las pistas, como las calles y otros espacios urbanos en el *street*. La práctica callejera tiene un carácter ambulatorio pero a la vez se realiza en spots ubicados en lugares céntricos. Y también se utilizan activamente las pistas de La Plata, Ensenada y Berisso. Ambas modalidades coexisten, una que podríamos denominar más libre, que se registra en la calle, veredas, plazas y en las entradas de edificios, y otra más estandarizada que es la que se observa en los skateparks. Esto permite una primera distinción, efectuada en acuerdo a los espacios utilizados, que da cuenta de la diversidad de facetas que exhibe esta práctica corporal. En el marco de las perspectivas que desde la Educación Física hemos querido aportar con esta investigación, entendemos que esta

diferenciación en función de los espacios utilizados implica aspectos que deberían ser tenidos en cuenta al momento de la enseñanza y/o del entrenamiento del skate.

Bibliografía

ALMADA FLORES, H. **La apropiación del espacio público a través de las prácticas deportivas juveniles**. 2014. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales con Especialidad en Estudios Regionales) – El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, B. C., México, 2014.

BEAL, B. Disqualifying the official: An exploration of social resistance through the subculture of skateboarding. *Sociology of Sport Journal*, v. 12, 1995.

BORDEN, I. **Skateboarding and the City: a Complete History**. Londres: Bloomsbury, 2019.

BOURDIEU, P. La juventud no es más que una palabra. In: BOURDIEU, P. **Sociología y Cultura**. México: Grijalbo, Colección Los Noventa, 1990.

BRANDÃO, L. **Corpos deslizantes, corpos desviantes: a prática do skate e suas representações no espaço urbano (1972 - 1989)**. 2006. Tesis (Maestría en Historia) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2006.

CALOGIROU, C.; TOUCHÉ, M. Sport-passion dans la ville: le skateboard. *Terrain*, n. 25, sept. 1995. Disponível em: <http://terrain.revues.org/document2843.html>. Acesso em: 21 out. 2024.

CAMINO VALLHONRAT, X. **Estudio cultural del skateboarding en Barcelona (1975-2010)**. 2012. Tesis (Doctorado en Antropología Urbana) – Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, 2012.

CARRANO, P. **Os jovens e a cidade. Identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará / Faperj, 2002.

CHIU, C. Contestation and Conformity: Street and park skateboarding in New York City public space. *Space and Culture*, v. 12, n. 1, p. 25-42, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1206331208325598>.

CHAVES, M. **Jóvenes, territorios y complicidades. Una antropología de la juventud urbana.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010.

CHAVES, M. La ciudad como lienzo de las culturas. In: QUEVEDO, A. (comp.). **La cultura argentina hoy. Tendencias.** Buenos Aires: OSDE-Siglo XXI, 2015.

CRIADO, E. **Producir la juventud: crítica de la sociología de la juventud.** Madrid: Istmo, 1998.

DAVILA LEÓN, O. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. *Ultima Década*, v. 12, n. 21, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n21/art04.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

DE CERTEAU, M. **La invención de lo cotidiano I. Artes de hacer.** 3. reimp. México: Universidad Iberoamericana e ITESO, 2010.

FEIXA, C. **De jóvenes, bandas y tribus.** 3. ed. Barcelona: Ariel, 2006.

GLENNEY, B.; MULL, S. Skateboarding and the Ecology of Urban Space. *J Sport Soc Issues*, v. 42, n. 6, dez. 2018.

GONZÁLEZ, F. Sociabilidades e práticas corporais: leitura de uma relação. In: STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ, F.; DA SILVEIRA, R. (Org.). **Esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HERNÁNDEZ-MAYORQUIN, H. E. **Identidades insurgentes en disputa por la ciudad: de la agencia juvenil al biopop en la producción social de las micropolíticas de la escena skater en la Zona Metropolitana de Guadalajara.** 2018. Tesis (Maestría en Comunicación de la Ciencia y la Cultura) – ITESO, Tlaquepaque, Jalisco, 2018. Disponible em: <https://rei.iteso.mx/handle/11117/5775>. Acesso em: 21 out. 2024.

LAURENT, J. **Le skateboard à Montpellier. Approches ethnosociologiques de populations, pratiques et espaces en tensions.** 2008. Tesis (Doctorado en Sociología) – Université de Poitiers, Maison des Sciences Humaines et Sociales, 2008.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace.** 2. ed. París: Anthropos, 1981.

LOMBARD, K. J. Skate and create/skate and destroy: The comercial and governmental incorporation of skateboarding. *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, v. 24, n. 4, 2010.

MARGULIS, M. (Ed.). **La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud.** Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996.

MONGIN, O. **La condición urbana. La ciudad a la hora de la mundialización.** Buenos Aires: Paidós, 2006.

PARLEBAS, P. **Juegos, deportes y sociedad. Léxico de praxiología motriz.** Barcelona: Paidotribo, 2001.

PARLEBAS, P. **Elementos de sociología del deporte.** Málaga: Instituto Andaluz del Deporte, Junta de Andalucía, 2003.

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER – Oliveira e Vasques (orgs.)
SARAVÍ – Juventudes, skateboarding y espacios en el Gran La Plata

PEGARD, O. **Ethnographie d'une pratique ludique urbaine: le skateboard sur la place Vauquelin à Montréal.** 1996. Tesis (Doctorado) – Université de Montréal, 1996.

REGUILLO CRUZ, R. **Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto.** Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.

SANTOS, M. **Por una geografía nueva.** Madrid: Espasa-Universidad, 1990.

SARAVÍ, J. R. **Skate, espacios urbanos y jóvenes en la ciudad de La Plata.** 2012. Tesis (Maestría en Educación Corporal) – UNLP, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012. Disponible em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/31293>. Acesso em: 21 out. 2024.

SARAVÍ, J. R. **Jóvenes, prácticas corporales urbanas y tiempo libre. Una mirada desde el skate.** Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2017.

SARAVÍ, J. R. **Skate en el Gran La Plata: Lógica interna, lógica externa y Educación Física.** 2019. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Educación) – UNLP, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2019. Disponible em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1798/te.1798.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

UVINHA, R. **Lazer na adolescência: uma análise sobre os skatistas do ABC paulista.** 1997. Tesis (Maestría) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Estudos do Lazer de la Faculdade de Educação Física, 1997.

VAN DOREN, M.; PRAMANN, U. **Fascinación skateboarding (monopatín), un libro de enseñanza en teoría y práctica.** Barcelona: Paidotribo, 1991.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Victor Hugo Nedel Oliveira é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou Pós-Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E- mail: victor.nedel@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489113176882485>

Daniel Giordani Vasques é Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Licenciado e Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou Pós-Doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é Professor e Pesquisador do Departamento de Educação Física, Fisioterapia e Dança e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: daniel.vasques@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8955-9676>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9104110072245556>

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Andressa Vieira Allet possui graduação em Educação Física Licenciatura Plena pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos -Unisinos (2010). Pós Graduada em Treinamento Desportivo. Mestrado em Ciências do Movimento Humano – PPGCMH/UFRGS (2023). Atualmente é educadora física em um projeto social esportivo (Programa Esporte Integral - PEI) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, supervisora das equipes esportivas da universidade e professora na rede estadual de ensino.

E-mail: vallet@unisinos.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4690-9035>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9326126442452172>

Clarice Cassab é professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFJF. Graduação em Geografia pela UFRJ e doutorado em Geografia pela UFF. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação e integrante da Rede de Pesquisadoras da América Latina sobre Urbanização Interseccionalizada – RELAUI.

E-mail: clarice.cassab@ufjf.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4974-6802>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4457832224708644>

Giancarlo Marques Carraro Machado é Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da mesma instituição. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e docente vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG). É coordenador do CITADINO (Núcleo de Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes). É autor dos livros “A cidade do skate: sobre os desafios da cidadinidade” e “De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo”. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2023.

E-mail: giancarlo.machado@unimontes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7404-9737>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5199223373148812>

Janaina Fontes de Oliveira possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2004). Especialização em Direito da Criança e do Adolescente pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP (2014). Mestrado em Ciências do Movimento Humano - PPGCMH/UFRGS (2024). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Direito da Criança e do Adolescente. Atua principalmente nos seguintes temas: Lazer, Educação, Políticas Públicas e Direito da Criança e do Adolescente.

E-mail: janaina-fontes@fpe.rs.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3271-282X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0325149048324238>

Jorge Ricardo Saraví es Doctor en Ciencias de la Educación (UNLP), y Magíster en Educación Corporal (UNLP). Realizó un Master en Ciencias y Técnicas de las Actividades de Físicas y Deportivas en la Universidad París V (Francia). Es Licenciado en Actividad Física y Deporte (UFLO), y Profesor en Educación Física (ISFD Olavarría). Actualmente se desempeña como Docente-investigador en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, de la Universidad Nacional de La Plata. Es Profesor Titular de la asignatura Educación Física 3 y Co-Director del Centro de Estudios e Investigaciones de Educación Física (CEIdEF) - Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS) - UNLP-CONICET.

E-mail: jrsaravi@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6277-2936>

Perfil en Memoria Académica:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/perfiles/1247SaraviJ.html>

José Guilherme Cantor Magnani é Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Mestre em Sociologia pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/CHILE). Defendeu tese de Livre-Docência em 2010 e de Titular em 2012 na Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Departamento de Antropologia da FFLCH da USP. É coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Lab/NAU/USP - <http://www.nau.flch.usp.br>), de sua revista eletrônica PONTO.URBE (<http://www.pontourbe.revues.org>) e da coleção "Antropologia Hoje" Nau/Editora Terceiro Nome e Grama. Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: jmagnani@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5263-1459>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9198706302142338>

Leonardo Brandão é Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Realizou estudos de Pós-Doutorado em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é Professor Concursado e Pesquisador no Departamento de História e Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). É líder do Laboratório de Estudos Contemporâneos (LEC/FURB).

E-mail: leobrandao@furb.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-001-8306-1092>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5093020142401478>

Melissa de Mattos Pimenta é Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), e Bacharel em Ciências Sociais também pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC/UFRGS/CNPq) e colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE/UFRGS/CNPq).

E-mail: melissa.pimenta@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7817-6469>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2983516301087100>

Raquel da Silveira possui graduação, mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No mestrado investigou mulheres no esporte e lazer, discutindo gênero e sexualidade. No doutorado desenvolveu sua tese sobre ciência e Educação Física, tendo realizado um ano desta investigação na Université Paris Nanterre, na França. Atualmente é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora do Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/UFRGS) e coordenadora do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF). Atua no ensino, pesquisa e extensão nas áreas: Educação Física, lazer, políticas públicas, gênero e ciências.

E-mail: raqufrgs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8632-0731>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7096433545647878>

SOBRE O CURSO DE EXTENSÃO

CURSO DE EXTENSÃO: JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER

Título: Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica

Palestrante: José Guilherme Cantor Magnani

Data de realização: 26 de março de 2024

Acesso no YouTube: https://www.youtube.com/live/p-riQft_ZuI?feature=shared

Título: Juventudes e lazers: produzindo operações críticas em diferentes territórios

Palestrante: Raquel da Silveira

Data de realização: 16 de abril de 2024

Acesso no YouTube: <https://www.youtube.com/live/L-p7LhkYWK0?feature=shared>

Título: Para além do esporte: uma história do Skate no Brasil

Palestrante: Leonardo Brandão

Data de realização: 23 de abril de 2024

Acesso no YouTube: <https://www.youtube.com/live/iZjdf0PjIeA?feature=shared>

Título: Juventudes na cidade: uma experiência de pesquisa com o movimento hip-hop em Juiz de Fora

Palestrante: Clarice Cassab

Data de realização: 30 de abril de 2024

Acesso no YouTube: <https://www.youtube.com/live/VwzxRDMqtiM?feature=share>
[d](https://www.youtube.com/live/VwzxRDMqtiM?feature=share)

Título: Skate na rua: a cidadinidade em questão

Palestrante: Giancarlo Marques Carraro Machado

Data de realização: 17 de junho de 2024

Acesso no YouTube:
https://www.youtube.com/live/QHGHMLxH_E4?feature=share

Título: O lazer como dimensão das vivências juvenis

Palestrante: Melissa de Mattos Pimenta

Data de realização: 20 de junho de 2024

Acesso no YouTube:
<https://www.youtube.com/live/WE0FONfwtkc?feature=share>

Título: Juventudes, Skateboarding y prácticas corporales urbanas en el Gran La Plata

Palestrante: Jorge Ricardo Saraví

Data de realização: 28 de junho de 2024

Acesso no YouTube:
https://www.youtube.com/live/_WGtq0ChVWI?feature=share

GEPJUVE

**Grupo de Estudos e Pesquisas
em Juventudes e Educação**



JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E LAZER

Victor Hugo Nedel Oliveira
Daniel Giordani Vasques
(organizadores)

Prefácio: Miriam Pires Corrêa de Lacerda
José Guilherme Cantor Magnani
Raquel da Silveira
Andressa Vieira Allet
Janaína Fontes de Oliveira
Leonardo Brandão
Clarice Cassab
Giancarlo Marques Carraro Machado
Melissa de Mattos Pimenta
Jorge Ricardo Saravi

Juventudes, lazer, território, sociabilidade quando articulados, nos permitem refletir acerca das distintas formas pelas quais, se autoriza ou não às juventudes, desfrutarem potenciais territórios de lazer. [...] Entendo que ao nos deixar atravessar pelas ricas experiências de conhecimento que os autores conosco compartilham, surgem novas perspectivas para estudos e pesquisas sobre as juventudes contemporâneas, na exata medida em que se abrem caminhos à invenção, que nos levarão, certamente, a pensar às bordas do já pensado (Miriam Lacerda).

